



PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PORTO NACIONAL

ANTONIO MIRANDA DOS SANTOS

CENTRO HISTÓRICO DE PORTO NACIONAL, TO: UM LUGAR TOMBADO.

PORTO NACIONAL - TO

2019

ANTONIO MIRANDA DOS SANTOS

CENTRO HISTÓRICO DE PORTO NACIONAL, TO: UM LUGAR TOMBADO.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins - UFT, Campus Universitário de Porto Nacional como requisito obrigatório para o título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Rosane Balsan

Linha de pesquisa: Estudos Geo-Territoriais

PORTO NACIONAL - TO

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- S237c Santos, Antonio Miranda dos.
Centro Histórico de Porto Nacional: Um Lugar Tombado.. / Antonio
Miranda dos Santos. – Porto Nacional, TO, 2019.
131 f.
- Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins
– Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação
(Mestrado) em Geografia, 2019.
Orientador: Rosane Balsan
1. Geografia. 2. Lugar. 3. Porto Nacional. 4. Tombamento. I. Título

CDD 910

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ANTONIO MIRANDA DOS SANTOS

**CENTRO HISTÓRICO DE PORTO NACIONAL, TO: UM LUGAR
TOMBADO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Geografia e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 29/01/2019

Banca Examinadora:

Rosane Balsan

Profa. Dra. Rosane Balsan (Orientadora), UFT

Karylleila dos Santos Andrade

Profa. Dra. Karylleila dos Santos Andrade, UFT

Kátia Maia Flores

Profa. Dra. Kátia Maia Flores, UFT

Porto Nacional, 2019.

Dedico o resultado dessa jornada a todos àqueles
que me apoiaram sonharam juntos para que eu
chegasse até aqui.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela força que sempre me delibera neste tipo de empreitada, pela vontade de sair e ir ao mundo, até temendo os desafios, porém, sem deixar que esses sejam impedimentos na minha caminhada.

Agradecimentos a minha família, Rosa Maria, Helena Mayã e Lorenzo, que se constituem pessoas igualmente belas e admiráveis em essência. Obrigado pelos estímulos que me impulsionaram a buscar vida nova a cada dia.

Agradeço, em especial, aos meus pais, Francisco e Creuza.

À minha orientadora, Profa. Dra. Rosane Balsan, pelo seu olhar atento e sua incansável dedicação, através de suas observações e recomendações, sempre proveitosas.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Porto Nacional, pelas aulas, debates e dicas que proporcionaram a mim, embasamento para produção desta dissertação.

À Banca do Exame de Qualificação, Profa. Dra. Carolina Machado Busch Pereira e Prof. Dr. José Pedro Cabrera Cabral, pelas contribuições e sugestões que foram de grande valia para finalização deste trabalho.

Aos colegas de turma, pelas construtivas discussões, proporcionadas pela diversidade de olhares e percepções sobre o mesmo objeto de interesse: o centro histórico de Porto Nacional-TO.

Enfim, que todos os que vivenciaram comigo esses dois anos transcorridos, que não resultaram somente na idealização deste trabalho, mas na minha contínua formação profissional e individual, que se sintam carinhosamente agradecidos.

RESUMO

A cidade de Porto Nacional está localizada na região central do estado do Tocantins, distante a 60 km de Palmas, capital do Estado. O centro histórico de Porto Nacional foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural (IPHAN), em novembro de 2008. Esse centro histórico, no decorrer da sua história sofreu significantes transformações causadas por demolições e inserção de novos prédios que influenciaram na sua ambiência original. O tombamento do centro histórico de Porto Nacional é o ponto de partida para o estudo demonstrado neste trabalho. Neste sentido, o objetivo principal desta pesquisa foi investigar como o centro histórico evidenciado como patrimônio cultural, sofreu e sofre permanências e modificações após o tombamento. Nesta pesquisa, elegemos a categoria lugar da geografia para debatermos a relação dos moradores do centro histórico de Porto Nacional com o lugar tombado. No entendimento de que o lugar está revelado no patrimônio cultural por representar um aspecto da história local, compreendido enquanto vínculo afetivo de pertencimento, como espaço vivido e produto das relações sociais. Lugar e patrimônio cultural são dois elementos importantes na formação das sociedades. Para realização deste trabalho, além da pesquisa bibliográfica e documental, aplicamos questionários e realizamos conversas com os moradores do lugar tombado. As referidas conversas foram denominadas por nós de eventuais. Esta denominação se dá em função de as referidas conversas não terem caráter de entrevistas, com agendamentos e perguntas diretas sobre a temática estudada. O suporte metodológico utilizado foi a fenomenologia. Ao final deste estudo verificamos que se faz necessária a compreensão de funções por parte dos atores sociais envolvidos no processo de preservação do centro histórico de Porto Nacional-TO.

Palavras-Chave: Geografia; Lugar; Porto Nacional; Patrimônio Cultural; Centro Histórico; Tombamento; Preservação.

ABSTRACT

The city of Porto Nacional is located in the central region of the state of Tocantins, 60 km away from Palmas, the state capital. The historic center of Porto Nacional was listed by the Institute of Artistic and Cultural Heritage (IPHAN) in November 2008. This historical center, in the course of its history has undergone significant transformations caused by demolitions and insertion of new buildings that influenced in its original ambience. The tipping of the historic center of Porto Nacional is the starting point for the study demonstrated in this work. In this sense, the main objective of this research was to investigate how the historical center evidenced as cultural patrimony, suffered and suffers permanencies and modifications after the tipping. In this research, we chose the place category of geography to discuss the relationship of the residents of the historic center of Porto Nacional with the place listed. In the understanding that the place is revealed in cultural heritage because it represents an aspect of local history, understood as an affective bond of belonging, as lived space and product of social relations. For the accomplishment of this work, in addition to bibliographical and documentary research, we applied questionnaires and held conversations with the residents of the place listed. These conversations are designated by us as possible. This denomination is due to the fact that these talks do not have the character of interviews, with scheduling and direct questions about the subject studied. The methodological support used was phenomenology. At the end of this study we verified that it is necessary to understand the role of social actors involved in the process of preserving the historical center of Porto Nacional-TO.

Keywords: Geography; Place; National Harbor; Cultural heritage; Historic center; Tumbling; Preservation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Mapa de localização da cidade de Porto Nacional-TO.....	13
Figura 2. Mapa rerratificação do tombamento de Porto Nacional-TO.....	50
Figura 3. Catedral Nossa Senhora das Mercês de Porto Nacional-TO.....	54
Figura 4. Primeira poligonal de tombamento do centro histórico de Porto Nacional-TO.....	56
Figura 5. Cópia do convite para notificação do tombamento do centro histórico de Porto Nacional-TO.....	63
Figura 6. Vista da Praça e Catedral Nossa Senhora das Mercês de Porto Nacional-TO.....	71
Figura 7. Antigo Coreto localizado na Praça Nossa Senhora das Mercês de Porto Nacional-TO.....	76
Figura 8. Vista atual da Praça Nossa Senhora das Mercês de Porto Nacional-TO.....	77
Figura 9. Imóvel abandonado, localizado no centro histórico de Porto Nacional-TO.....	83
Figura 10. Cotidiano do lugar.....	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Código das entrevistas e conversas eventuais.....	19
Quadro 2. Evolução dos nomes do órgão que cuida do Patrimônio Cultural Brasileiro (1937-2018).....	31
Quadro 3. Notícias referentes as ações do Iphan no estado do Tocantins, publicadas no portal da autarquia, no período de janeiro de 2008 a outubro de 2018.....	43
Quadro 4. Notícias referentes as ações desenvolvidas no município de Porto Nacional-TO, publicadas no portal do IPHAN, no período de janeiro de 2008 a outubro de 2018.....	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Notícias divulgadas no portal do Iphan por área de atuação entre janeiro de 2008 a outubro de 2018.....	45
Tabela 2. Quantidade de participantes em reuniões com o Iphan no período entre de janeiro de 2008 a outubro de 2018.....	62
Tabela 3. Lugares de referência para os moradores do centro histórico de Porto Nacional-TO.....	72

LISTA DE SIGLAS

BA	Bahia
CE	Ceará
CNRC	Centro de Referências Culturais
COMSAÚDE	Comunidade de Saúde Desenvolvimento e Educação
DAF	Departamento de Articulação e Fomento
DEPAM	Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização
DPI	Departamento do Patrimônio Imaterial
DR	Diretoria Regional
FCT	Fundação Cultural do Tocantins
FNC	Fundo Nacional de Cultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBPC	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
INB-SU	Inventário Nacional de Bens Imóveis
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
FNPM	Fundação Nacional Pró-Memória
MEC	Ministério da Educação
MESP	Ministério da Educação e Saúde Pública
PCH	Programa de Cidades Históricas
SHU	Sítio Urbano
SECOM	Secretaria de Comunicação
SECULT	Secretaria Municipal da Cultura e Turismo
SEPLAN	Secretaria do Planejamento e Orçamento
SPHAN	Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SR	Superintendência do Iphan
TO	Tocantins
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UHE	Usina Hidrelétrica

SUMÁRIO

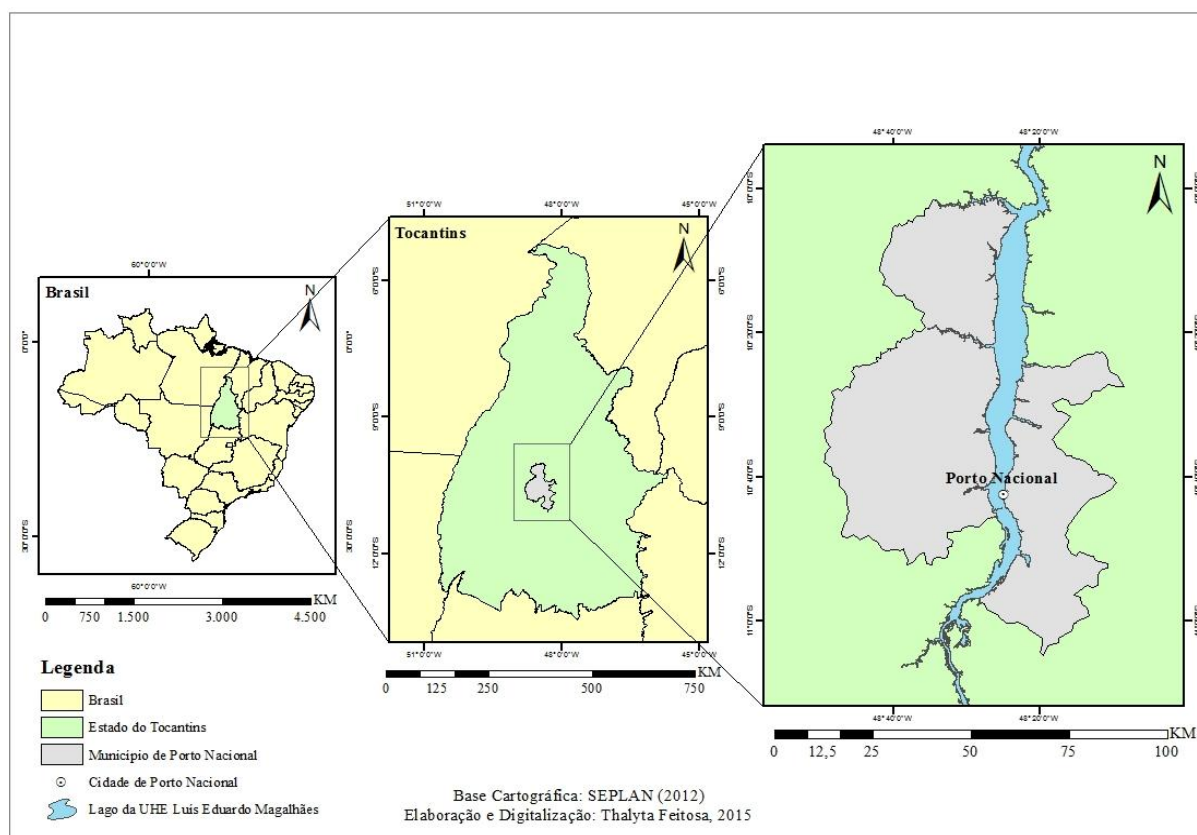
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1. A PATRIMONIALIZAÇÃO CULTURAL.....	21
1.1. As iniciativas gerais.....	21
1.2. Caminhos da patrimonialização no Brasil.....	26
1.3. O Tocantins no mapa da patrimonialização.....	36
1.4. Os lampejos da patrimonialização na esfera estadual.....	38
1.5. A extensão das ações da então 14ª Superintendência do Iphan no Tocantins.....	41
1.6. A criação da Superintendência do Iphan no Tocantins.....	42
CAPÍTULO 2. GEOGRAFIA E PATRIMÔNIO: MODO DE PRESERVAÇÃO E PROTEÇÃO EM PORTO NACIONAL - TO.....	46
2.1. Concepção geográfica do patrimônio cultural.....	46
2.2. A maneira do tombamento da cidade de Porto Nacional.....	49
2.2.1. O dossiê de tombamento de Porto Nacional a sua maneira.....	55
2.3. O modo ou ausência de mobilização na proteção de um bem cultural.....	58
2.4. Geografia, lugar e tombamento.....	64
2.4.1. O lugar tombado em Porto Nacional.....	67
CAPÍTULO 3. O OLHAR SOBRE O LUGAR TOMBADO.....	74
3.1. O lugar e as transformações compulsórias.....	75
3.2. O olhar de quem habita o lugar.....	79
3.3. O ponto de vista do usuário.....	84
3.4. A visibilidade e/ou invisibilidade das instituições sobre o lugar tombado.....	87
CONSIDERAÇÕES.....	93
REFERÊNCIAS.....	97
APÊNDICE.....	105
Apêndice A. Roteiro para as conversas eventuais.....	105
ANEXO.....	106
Anexo A. Dossiê de tombamento do centro histórico de Porto Nacional: Notícia História.....	106

INTRODUÇÃO

A cidade de Porto Nacional, distante aproximadamente a 60km de Palmas, capital do estado do Tocantins, encontra-se localizada na Mesorregião Oriental, Microrregião de Porto Nacional. Situada às margens do rio Tocantins (Figura 1), ela se tornou um importante porto de navegação e comunicação entre os núcleos de povoamento (especialmente os espaços minerários) do antigo norte goiano, com as principais regiões econômicas dos períodos Colonial e Imperial do Brasil. Tornando-se, um local relevante para o comércio da região, fomentado pelo rio Tocantins.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do município de Porto Nacional, conforme o censo realizado no ano de 2010, era de 49.146 pessoas. De acordo com o Instituto, a estimativa populacional para o município em 2018 é de 52.700 pessoas (IBGE, 2018).

Figura 1. Mapa de localização da cidade de Porto Nacional - TO



Fonte: FEITOSA (2017, p.16).

Conforme Pereira (2014), o núcleo histórico de Porto Nacional surgiu a partir dos povoamentos do Arraial de Pontal em 1738 e o Arraial do Carmo em 1746. Segundo a autora, esses dois arraiais foram muito importantes para a formação do lugar.

Sobre o surgimento do lugar, o IPHAN salienta:

As versões sobre a formação da então Porto Real, deixam lacunas difíceis de aclarar. São versões de historiadores e intelectuais que se basearam nos poucos documentos escritos, nas narrativas e desenhos dos viajantes que no início do século XIX, que por lá passaram e, em informações orais de antigos moradores. (IPHAN, 2007, p. 26).

De acordo com Godinho (1988), a atual cidade de Porto Nacional passou pelas seguintes nomenclaturas: Porto Real, correspondente ao período Colonial brasileiro, Porto Imperial, denominação recebida no período Imperial do Brasil e, finalmente, Porto Nacional, nomenclatura recebida com o advento da república.

Conforme Godinho (1988), na segunda década do século XIX, a cidade de Porto Nacional já contava com seu largo, onde estava construída a antiga capela de Nossa Senhora das Mercês. Segundo a autarquia, essa capela foi demolida no final do mesmo século. No seu lugar, foi construída a atual edificação da catedral Nossa Senhora das Mercês.

É possível perceber que, a inserção do prédio da catedral, com sua arquitetura românica, de certa forma, trouxe um destoar em relação a arquitetura vernacular das residências do centro histórico¹ de Porto Nacional, dando um caráter arquitetônico não condizente com os demais centros históricos das cidades do mesmo período no estado do Tocantins.

Em relação ao impacto da construção do prédio da catedral Nossa Senhora das Mercês à paisagem do lugar, o Iphan ressalta:

A malha urbana e o casario colonial de Porto Nacional, de nítida influência colonial, com a introdução da catedral, adquirem características semelhantes, pelo menos em termos de escala, às antigas vilas medievais da Península Ibérica e do sul da França. (IPHAN, 2007, p.17).

Para o Iphan (2007), os centros históricos são resultados do desenvolvimento das cidades, através do tempo e onde foram sendo acumuladas as diversas etapas do seu

¹Definem-se aqui centro histórico como um conjunto de ruas, largos e praças, casario, monumentos e paisagem urbana, construídos até a década de 1960, antes da industrialização dos processos construtivos e das práticas de planejamento desenvolvimentista. Práticas e processos que provocaram grandes transformações na maioria das cidades em todo o mundo. Este fenômeno está intimamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo e da generalização do automóvel como meio preferencial de transporte (IPHAN, 2007).

crescimento, estagnação ou decadência. A cada época foram sendo anexados ou superpostos estilos arquitetônicos, as intervenções, as destruições, as ruínas, as construções mais recentes, enfim as transformações dos espaços urbanos e arquitetônicos. Há cidades que deixam ver todo o dinamismo desse processo. Todas essas etapas ajudam a definir o que hoje encaramos como centro histórico.

No final do século XIX, conforme já citado neste texto, foi demolido o prédio da capela Nossa Senhora das Mercês. Em seu lugar, foi construída a edificação da catedral que recebeu o mesmo nome.

Em 2001, de acordo com Iphan (2007), motivados pela formação do lago da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, construída no município de Lajeado-TO, foram demolidas algumas casas, a praça da catedral e o coreto. Esta edificação (coreto), segundo o Iphan (2007), localizado no centro da praça da catedral, tinha sua construção datada de 1948. No mesmo ano da demolição foi construída a avenida Beira Rio.

Foi nesse contexto que, em 2007 o Iphan, iniciou o processo de tombamento do centro histórico de Porto Nacional. Conforme o Iphan (2008b), o tombamento de Porto Nacional foi aprovado pelo Conselho Gestor, em 27 de novembro do ano de 2008.

Por compreender que o tombamento de um bem cultural é sempre um processo de perdas e ganhos que, dependendo da condução do processo de tombamento, no que tange à transparência no diálogo entre poder público e grupo detentor, quanto à clareza e obrigações sobre a conservação e preservação do patrimônio, as perdas poderão ser maiores para todas as partes envolvidas. Por conhecer um pouco da realidade vivida em Porto Nacional, enquanto técnico gestor de patrimônio cultural (tanto na esfera estadual, quanto na federal), por ter conhecimento da problemática que é a aplicação das normas de preservação do bem tombado e a aceitação das mesmas por parte dos moradores do centro histórico. Bem como, por entender que, o centro histórico de Porto Nacional é um lugar, palco de histórias e vivências, são fatores que nos motivaram realizar esta pesquisa.

Ultimamente as ciências geográficas vêm fazendo discussões valiosas em relação ao patrimônio cultural. O debate sobre as ações de preservação constitui-se um produtivo campo de investigação e de pesquisa, em virtude de seus desdobramentos sociais, culturais, políticos e econômicos, bem como, pelas dinâmicas, articulações e conflitos suscitados entre os agentes produtores do espaço.

Nesta pesquisa elegemos a categoria de lugar na geografia para debatermos a relação dos moradores do centro histórico de Porto Nacional com o lugar tombado. O lugar está

evidenciado no patrimônio cultural por representar um aspecto da história local, compreendido enquanto vínculo afetivo, de pertencimento, como espaço vivido e produto das relações sociais. Assim, lugar e patrimônio cultural são dois elementos importantes na formação das sociedades

De acordo com Monastirsky (2006), o patrimônio cultural está inserido no espaço geográfico, onde o mesmo se apresenta como um bem importante de análise. Para o autor, o patrimônio cultural é constituído tanto por estratos do tempo, quanto pelos olhares do presente que, juntos compõem desdobramentos conceituais sobre ele e o espaço em que está inserido.

Entendemos que este trabalho na geografia, poderá contribuir para o desenvolvimento de futuras ações que possam fortalecer o processo de preservação do patrimônio cultural, em especial, na cidade de Porto Nacional-TO.

Assim, analisamos o centro histórico de Porto Nacional-TO como um lugar tombado, para isso, foi necessário refletimos sobre o sentido de lugar para os moradores do centro histórico de Porto Nacional, no que tange a apropriação e o sentimento de pertencimento dos habitantes em relação ao lugar tombado; analisamos o processo de tombamento e os efeitos deste no que diz respeito a apropriação e ações institucionais de preservação. Para isso, analisamos o dossiê que justificou o Ato do Tombamento do centro histórico de Porto Nacional; identificamos a percepção dos moradores sobre o tombamento; investigamos como o centro histórico evidenciado como patrimônio cultural, sofreu e sofre permanências e modificações após o tombamento; e, refletimos sobre os vários olhares sobre o lugar tombado.

Para a realização deste trabalho seguimos alguns critérios relacionados à pesquisa qualitativa. Assim, fez-se necessário aprofundarmos sobre a metodologia da pesquisa qualitativa nas ciências humanas. Portanto, entre outros autores, recorremos a Holzer (1997) e Chizzotti (1995).

Entendendo que a fenomenologia busca uma análise compreensiva e não explicativa dos fenômenos e que, nesta pesquisa, nos servimos do método husserliana, estudando como o centro histórico de Porto Nacional se apresenta a partir do seu tombamento, bem como, as relações cotidianas do lugar.

Iniciamos a pesquisa com o estudo do dossiê de tombamento do centro histórico de Porto Nacional, pois entendemos que a condução do processo de tombamento de um bem é parte crucial para a consolidação das políticas de preservação do patrimônio tombado. Além

do dossiê, fizemos análises da Constituição Brasileira, Decretos, Portarias, Processos de Tombamentos, etc.

Paralelo ao levantamento documental, realizamos a revisão bibliográfica, destacamos autores relacionados ao tema “patrimônio cultural” Choay (2001), Chuva (2009), Costa E. (2008), Cruz (2012), Fonseca (2005a; 2005b), Sant’anna (1995), entre outros. Em relação à categoria de lugar na geografia humanista, dedicamos nossa leitura a vários autores, entre eles, Nigro (2010), Oliveira (2015), Monastirsky (2006), Helph (2014), Holzer (1999), porém, a nossa atenção especial foi para o geógrafo chinês Yi-Fu Tuan.

Sobre às técnicas de pesquisa para o desenvolvimento dessa dissertação, utilizamos a pesquisa bibliográfica; pesquisa documental e pesquisa de campo.

Pesquisa bibliográfica: Consiste na bibliografia já disponível sobre o tema da pesquisa. Com base nesse contexto, foram pesquisados materiais disponíveis tais como teses, dissertações, livros, artigos, etc., com temas relacionados à pesquisa.

Pesquisa documental: Diferentemente da pesquisa bibliográfica, a principal característica dessa técnica é que a fonte de coleta de dados está restrita à documentos – fontes primárias – tais como: jornais, documentos oficiais, dossiês, cartas patrimoniais, etc. Deste modo, para coleta de documentos como: leis, relatórios, dossiês e outros, foram realizadas pesquisas em instituições públicas como: Secretaria de Cultura de Porto Nacional, Câmara Municipal de Porto Nacional, Superintendência do IPHAN/TO e pesquisas em diversos sítios na internet.

Pesquisa de campo: “A pesquisa de campo é aquela cujo objetivo é de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para qual se procura uma resposta [...]” (MARCONI E LAKATOS, 2006, p.188). Nesse sentido, a pesquisa de campo foi constituída no reconhecimento da área de estudo, observação do cotidiano, realização de conversas com moradores do lugar, coleta de fotografias e entrevistas, sendo utilizado também o diário de campo.

Optamos por realizar entrevistas com os seguintes atores: pesquisadores que pesquisam ou pesquisaram temas relacionados a este objeto de estudo, o primeiro e o atual gestor da Superintendência do Iphan no Tocantins e o gestor municipal do período em que ocorreu o tombamento do centro histórico de Porto Nacional. Foram entrevistas agendadas e gravadas com perguntas predefinidas por nós.

Em relação aos moradores do centro histórico, a princípio, pensamos em aplicar questionários. No entanto, ao conhecer melhor a realidade, na qual foi identificada

umarelutância por parte das pessoas em responder questionários (devido os vários questionários já aplicados no centro histórico de Porto Nacional), e, principalmente, por utilizarmos neste trabalho o método fenomenológico. Ao invés de aplicar questionários, optamos por realizar conversas eventuais, no intuito de abstrair o máximo do pensamento, posicionamento, reações e sentimentos dos habitantes do centro histórico tombado de Porto Nacional, no que diz respeito ao sentido de pertencimento que os referidos moradores nutrem pelo lugar. Todas as informações prestadas pelos moradores têm garantia total de sigilo. Assim, as pessoas puderam falar despreocupadamente.

Sobre o método fenomenológico de pesquisa, Martins (2006, p.16) corrobora:

A fenomenologia procura enfocar o fenômeno, entendido como o que se manifesta em seus modos de aparecer, olhando-o em sua totalidade, de maneira direta, sem a intervenção de conceitos prévios que o definam e sem basear-se em um quadro teórico prévio que enquadre as explicações sobre o visto.

As referidas conversas eventuais se desenvolveram da seguinte forma: num primeiro momento, foi produzido um roteiro. Após a definição do roteiro, fomos à campo observar a rotina dos moradores e, eventualmente, desenvolver diálogos com os mesmos.

As conversas e observações do cotidiano foram realizadas no período de setembro de 2017 a março de 2018. Ocorridas às terças e quintas feiras, alternadamente nos períodos do início das manhãs e aos finais das tardes. É importante ressaltar que, devido a fatores particulares envolvendo os moradores, nem todas às vezes foram possíveis desenvolver os diálogos, nos possibilitando apenas à ação de observação. Na maioria dos casos em que foram realizadas as conversas, foi possível seguir o roteiro produzido. Porém, em alguns casos isso não foi possível devido à alegação de falta de tempo por parte dos moradores. Em outros casos, porém, quando tocamos no assunto tombamento, os moradores interromperam a conversa demonstrando insatisfação com o tema.

Dessa maneira, cabe alguns esclarecimentos acerca de códigos que, por ventura, possam aparecer nas transcrições realizadas. O quadro a seguir sintetiza esses códigos das entrevistas e conversas eventuais (Quadro 1).

Quadro 1. Códigos das entrevistas e conversas eventuais

Tipo de pessoa entrevistada	Sigla	Total de entrevistados* e conversas eventuais**
Pesquisadores	Pa, Pb, Pc	03*
Morador(a)	Conversa 1, conversa 2....	35**

Fonte: Org.SANTOS,AntonioMirandados., 2018.

Quanto aos gestores e ex-gestores, optamos por identificá-los pelo cargo que representa ou representou e/ou, pelo nome do próprio gestor.

Lembramos que, foram autorizadas pelos entrevistados (as), a publicação neste trabalho, dos dados coletados nas referidas entrevistas.

É importante destacar que, numa pesquisa, é necessária uma descrição clara e objetiva em relação à metodologia e às técnicas de pesquisa utilizadas em cada capítulo e/ou etapas da pesquisa ao longo do trabalho. Neste aspecto, a construção do trabalho estruturou-se em quatro etapas aqui apresentadas, delineadas de acordo com os objetivos propostos. Sendo definidas da seguinte forma:

Primeira etapa: consistiu-se nas aulas das disciplinas do mestrado, pesquisas bibliográfica, documental e (re) construção teórico-metodológica do objeto de estudo;

Segunda etapa: pesquisa e produção iconográfica e início dos trabalhos de campo para análise empírica do objeto de estudo;

Terceira etapa: continuação dos trabalhos de campo e interpretação sistemática dos dados e informações;

Quarta etapa: preparação, finalização e defesa da dissertação.

Tanto as tabulações dos questionários, a sistematização dos dados das conversas eventuais, assim como as transcrições das entrevistas e as discussões propostas entre teoria, sujeitos e objeto, nem todas aparecem ao longo do corpo do texto desta dissertação. Por isso, é interessante elencar de maneira breve o que trata cada um dos capítulos que seguirão adiante, bem como, seus objetivos.

No primeiro capítulo, intitulado “Patrimonialização cultural”, a ideia principal é fazer um debate sobre o processo de patrimonialização dos bens culturais, a partir surgimento dos instrumentos de proteção na França pós revolução, no final do século XVIII. A concepção das políticas de proteção nos demais países desenvolvidos e os fatores que contribuíram para a instituição das ações protetivas dos bens culturais no mundo ocidental. Bem como, discutir a evolução das políticas de proteção e preservação do patrimônio cultural no Brasil e o reflexo

dessas políticas em Tocantins e no centro histórico de Porto Nacional, objeto de estudo desta pesquisa. Nesse contexto optamos também por analisar os conceitos de monumentos, patrimônio histórico e patrimônio cultural, tendo como base de análise as cartas patrimoniais, decretos e a Constituição Brasileira de 1988.

Da mesma forma, discutir as políticas de preservação cultural na esfera estadual, também, as ações do Iphan no estado do Tocantins, no período de 1987 a 2018.

No segundo capítulo, nomeado de “Geografia e patrimônio: modo de proteção em Porto Nacional-TO”, optamos por debater a presença das ciências geográficas na pesquisa sobre patrimônio cultural, os fatores que potencializam a geografia no processo de discussão sobre a preservação e a refuncionalização dos espaços urbanos tombados como patrimônio cultural.

Refletir sobre o sentido de lugar no contexto do patrimônio cultural protegido, dando ênfase ao conceito de lugar na geografia humanista, mormente às ideias defendido por Yi-Fu Tuan. Além disso, discutir o processo de tombamento do centro histórico de Porto Nacional e a contextura na qual ocorreu o tombamento. Igualmente, analisar o dossiê de tombamento e a composição do mesmo nos seus aspectos teórico/metodológicos, bem como, a participação social nas discussões sobre o significado do tombamento, tanto para o Estado, como para os moradores e proprietários das edificações tombadas. Analisar também as transformações ocorridas no centro histórico de Porto Nacional-TO.

No terceiro capítulo, chamado de “O olhar sobre o lugar tombado”, analisamos a percepção dos atores envolvidos na vida cotidiana do centro histórico (habitantes do lugar), os usuários do centro histórico (pesquisadores) e as instituições civis, eclesiástica e públicas, que de certa forma atuam no lugar tombado (Paróquia, Comsaúde, Secult, Iphan). O objetivo é refletir sobre o olhar destes entes supracitados, nas suas diversas funções e sentimentos em relação ao centro histórico de Porto Nacional-TO, bem como, o reflexo desses olhares no cotidiano do lugar.

Nas considerações, serão apresentadas algumas discussões e reflexões surgidas no decorrer de toda a obra em questão. Entendendo que, o centro histórico de Porto Nacional-TO, é um campo fértil para o desenvolvimento deste trabalho, um lugar propício para pesquisa científica que certamente atende às demandas, postas em evidências, uma vez que, há uma pluralidade de olhares e percepções sobre o lugar.

CAPÍTULO 1. A PATRIMONIALIZAÇÃO CULTURAL

1.1. As iniciativas gerais

“Quando se dissipa o patrimônio com loucuras, procura-se restaurá-lo com culpas”. (Tácito)²

Partindo da premissa que a patrimonialização cultural é uma ação que tem como finalidade fomentar o desenvolvimento através da valoração e revitalização dos bens culturais, por meio de políticas públicas, discorreremos brevemente sobre o panorama mundial da patrimonialização cultural desde os seus percussores na Europa até a realidade atual do nosso objeto de estudo, o centro histórico de Porto Nacional-TO.

Neste trabalho optamos por utilizar o termo patrimônio cultural desde o início, apesar de sabermos que este termo é usualmente novo no Brasil, se consagrando com a Constituição Federal de 1988, que no seu Artigo 216, traz o seguinte texto:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...] (BRASIL, 1988, p. 129).

Este novo conceito representou significativo avanço ao reconhecer a dimensão imaterial e, principalmente por relativizar a noção de excepcionalidade – substituída em parte pela de representatividade, bem mais incluyente e capaz de destacar a importância das contribuições dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

De acordo com Choay (2001) o patrimônio está ligado a estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade, situada no tempo e no espaço. Talvez foi nesse entendimento que se inicia na França, ainda nas primeiras décadas do século XIX, o debate sobre a preservação e proteção do patrimônio cultural:

Quando criou-se, na França, a primeira Comissão dos Monumentos Históricos, em 1837, as três grandes categorias de monumentos históricos foram constituídas pelos remanescentes da Antiguidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos. Logo depois da Segunda Guerra mundial, o número dos bens inventariados

²Públio Cornélio Tácito. Foi um historiador, orador e político romano, na idade Antiga. Mais informações disponíveis em: <<http://www.citador.pt/frases/quando-se-dissipa-o-patrimonio-com-loucuras-proc-tacito-13874>>.

duplicara, mas sua natureza era praticamente a mesma. Eles provinham, em essência, da arqueologia e da história da arquitetura erudita. (CHAOY, 2001, p.13).

Notamos que, por muito tempo, desde as primeiras iniciativas para proteção do patrimônio cultural, o conceito de patrimônio esteve associado a ideia de monumentalidade em que, o título de Monumento Histórico era atribuído para dar estatuto jurídico destinado a proteger o bem cultural, representado pelas edificações, obras de artes, sítios arqueológicos, etc.

Segundo Choay (2001), com o passar do tempo, o conceito e denominações de monumentos históricos foram se ampliando surgindo assim novas categorias, tais como: arquitetura menor, arquitetura vernacular e arquitetura industrial das usinas³.

Apesar dessa mudança em que, o domínio patrimonial passa a não se limitar apenas aos edifícios individuais, no entendimento do que deveria ser protegido enquanto memória de uma nação, ainda prevalecia a preocupação com a história daqueles que, oficialmente eram os protagonistas dessa história, representada, principalmente, pelas edificações (individuais ou em conjunto) e as obras de artes.

De acordo com Torelly (2012), as nações da Europa Ocidental e os Estados Unidos demandavam valores que permitissem o reconhecimento de seus cidadãos em relação a uma identidade comum de nação. As expressões materiais referenciadas pelos monumentos, arquitetura civil e militar, documentos, a música e os livros, além das obras de artes, formavam a memória coletiva de um povo.

Nesse contexto, a noção de excepcionalidade é definida enquanto critério para seleção dos bens que seriam patrimonializados. Com isso, podemos afirmar que esse critério de seleção é uma das causas irreparáveis da perda de referências históricas e culturais em muitas nações em todo o mundo.

Hoje, os belgas lamentam o desaparecimento da Maison duPeuple (1896),⁴ obra-prima de Horta, demolida em 1968; e os franceses, LesHalles, de Baltard, destruído em 1970, apesar dos vigorosos protestos que se levantaram em toda França e no mundo inteiro. Por mais prestigiosos que fossem, essas vozes eram de uma pequena minoria diante da indiferença geral. (CHOAY,2001, p.13).

³Arquitetura menor, termo proveniente da Itália para designar as construções privados não monumentais. Arquitetura vernacular, termo inglês para distinguir os edifícios marcadamente locais, arquitetura das usinas, dos altos fornos, de início reconhecida pelos ingleses.

⁴A MaissonduPeuple, ou Casa do Povo, foi um edifício Art-Nouveau de Bruxelas construído por Victor horta para o Partido operário Belga. LesHalles foi um mercado de Paris, França. LesHalles de Paris foi o nome dado ao mercado atacadista de alimentos frescos.

Segundo Riegl (2006), para compreender a realidade de como se constitui o patrimônio cultural no mundo, principalmente no mundo ocidental, faz-se necessário verificar o objetivo e a necessidade da preservação: manter o bem para que ele pudesse continuar sendo usufruído. Essas ações sempre estiveram a serviço de interesses, sejam eles, artísticos, científicos, políticos, religiosos, etc.

Conforme Choay (2001), levando em consideração apenas o período a partir da Idade Moderna e, apenas na França, a autora ressalta as centenas de igrejas góticas que foram destruídas entre os séculos 17 e 18 com a finalidade de embelezamento, sendo assim substituídas pelos estilos barrocos e clássicos. Atitudes como essas, a autora denomina de vandalismo ideológico. Isso revela que os estados, por interesses políticos/ideológicos, promoveram a destruição de parte do patrimônio cultural que não era apenas de uma nação, e sim, mundial.

Em 4 de agosto de 1972, a Assembléia Legislativa promulga um decreto sobre a eliminação dos monumentos, resíduos do feudalismo e, sobretudo, dos monumentos de bronze de Paris. Um mês depois, no 18 verdelmiário do ano II, a Convenção decreta que todos os sinais da monarquia e do feudalismo serão destruídos [...] (CHOAY, 2001. p 108).

De acordo com Oliveira (2016), em função das ações radicais dos revolucionários em destruir tudo que lembrasse o Antigo Regime, é possível que a Revolução Francesa ocorrida no final do século XVIII, tenha sido o acontecimento que motivou o início das ações de preservação e proteção do patrimônio cultural no mundo ocidental. “O novo Estado organiza, pela primeira vez, um aparelho administrativo para proceder ao recolhimento e inventário da produção artística herdada do clero e da nobreza”(OLIVEIRA, 2016, p.42).

Segundo Sant’anna (1995), o patrimônio nacional foi a solução encontrada pelos burgueses que assumira o poder na França, estimular a população a um comportamento menos destrutivo e justificar a intervenção do Estado. Foi através da regulamentação da intervenção do Estado Francês no processo de proteção do patrimônio cultural, que teve início as políticas preservacionistas no mundo ocidental.

A Revolução Industrial é considerada um outro marco do interesse mundial pela proteção e conservação do patrimônio cultural representado pelos monumentos. Conforme Choay(2001, p.127):

A Revolução Industrial como processo de desenvolvimento planetário dava, virtualmente, uma dimensão universal ao conceito de monumento histórico, aplicável em escala mundial. Como processo irremediável, a industrialização do mundo contribuiu, por um lado, para generalizar e acelerar o estabelecimento de leis visando a proteção do monumento histórico e, por outro lado para fazer da

restauração uma disciplina integral, que acompanha os progressos da história da arte.

É visível que a consagração dos monumentos através das práticas de valoração, ocorre de forma lenta, levando em consideração os dois marcos dessas iniciativas já mencionados nesse debate. Pois, segundo Choay (2001), na Itália e na Áustria, por exemplo, no final do século XIX, ainda questionavam os valores dos monumentos.

O século XX, impactado na sua primeira metade por dois grandes conflitos mundiais (Primeira e Segunda Guerras Mundiais), apresenta uma nova conjuntura referente ao conceito, proteção, preservação e conservação do patrimônio cultural.

De acordo com Caldeira (2006), o elevado número de destruições de bens culturais provocadas pelos conflitos durante a Segunda Guerra Mundial, motivou na sociedade a importância da cultura universal. Desperta assim o sentimento de que, determinadas obras pertenciam não apenas às pessoas do lugar ou da nação, mas sim, à humanidade. Dessa forma, a proteção dos bens culturais passou a ser um direito e um dever de todas as sociedades, consolidando assim, instituições, como a Organização das Nações Unidas - ONU, encarregada de assegurar a solução pacífica dos conflitos e defender os bens culturais.

Mesmo antes da criação da ONU no período entre guerras, já surgira algumas iniciativas da sociedade em torno da preocupação com a integridade dos bens culturais, em especial os monumentos históricos. Como é o caso da Carta de Atenas citada por Caldeira (2006, p.96).

A Carta de Atenas foi elaborada durante o I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos (1931) e teve como temática a longevidade dos monumentos históricos, considerados como susceptíveis à ação ameaçadora dos agentes atmosféricos. Visando proteger os monumentos dessa ação degeneradora, a Carta recomenda que seja realizado o monitoramento constante das condições físicas dessas construções.

Conforme Caldeira (2006), a Carta de Atenas, chamou a atenção também, para a importância do papel da educação, principalmente de crianças e jovens, no processo de preservação dos monumentos culturais.

Neste mesmo período na América, surgem iniciativas de medidas preventivas para o patrimônio. Conforme relata Bo (2003, p.36):

[...] no âmbito americano, o Tratado de Proteção de Instituições Científicas e Artística e Monumentos Históricos, conhecido como Pacto Roerich em referência ao seu inspirador, Nicholas Roerich, deve ser lembrado. Assinado em 1935, em Washington, pelos países da União Pan-Americana, o pacto trata da proteção do

patrimônio em caso de guerra e prevê medidas preventivas a serem tomadas antes da eclosão dos conflitos.

No Brasil, na mesma década, é criada as condições jurídicas para a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional:

[...] o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, foi a primeira norma jurídica brasileira a dispor acerca da limitação administrativa ao direito de propriedade, criando o instituto do tombamento (CHUVA, 2009, p.147).

Segundo o Art. 17 do Decreto nº 25/37:

“As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, reparadas, pintadas, ou restauradas, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.” (BRASIL, 1937).

Segundo Bezerra (2009), a partir de 1945, com a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura(UNESCO), este órgão passa a organizar as ações de proteção do patrimônio cultural da humanidade.

[...] a Organização é palco de disputas e conflitos que espelham o contexto sócio-político internacional e é compreensível que a Unesco, no campo cultural, tenha se mostrado “particularmente ativa no que se refere ao patrimônio mundial”. [...] O trabalho em prol da preservação do patrimônio concentrou-se, inicialmente, em áreas tradicionais da cultura de elite como os monumentos e sítios históricos ou as obras de arte. Com o passar do tempo, o próprio conceito de cultura da Organização vai sendo ampliado e consequentemente a definição do patrimônio vai-se alargando e incorporando grandes áreas excluídas (p. ex. o patrimônio imaterial), que passam, então, a ser beneficiados com ações específicas. (BEZERRA, 2009, p.2).

Para Fonseca (2005), após a sua criação em 1948, a UNESCO assumiu a missão de defender os bens culturais considerados patrimônios da humanidade. Sua atuação no processo de patrimonialização dos bens culturais, trouxe uma contribuição para uma nova dinâmica do conceito de patrimônio. De acordo com Bo (2003), o tema patrimônio imaterial ou intangível, vem sendo tratado na organização desde o princípio das suas atividades. Segundo o autor, esse debate foi motivado principalmente, pelos países em desenvolvimento. Porém, apesar das discussões, num primeiro momento, a Entidade não foi capaz de articular entre as nações normativas para preservação e proteção do patrimônio intangível.

No âmbito da Organização, o texto mais abrangente, resultado de longas negociações, encontra-se nas Recomendações sobre a Salvaguarda da Cultura

Tradicional e Popular, aprovadas na Conferência-Geral de 1989. A 31^a Conferência-Geral da UNESCO autorizou o diretor-geral da Organização, em novembro de 2001, a convocar reuniões de peritos governamentais para negociação com vista à futura Convenção de Proteção ao Patrimônio Intangível. A primeira reunião ocorreu em setembro de 2002 (BO, 2003, p. 69).

Conforme Fonseca (2005), no século XX, esse modelo de políticas de patrimônio se disseminou mesmo em países de tradição não ocidental, como por exemplo, nos países africanos. E entrou em diálogo com as práticas preservacionistas de nações muito antigas e com um patrimônio cultural reconhecidamente, como são os casos do Japão e a China.

No entanto, podemos considerar o Brasil, como um dos países ocidentais pioneiros na instituição de instrumentos jurídicos a fim de preservar e proteger o patrimônio intangível. A Constituição Federal de 1988, no seu Art. 16 consolidou esse novo conceito de patrimônio: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência a identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]” (BRASIL, 1988, p.129).

1.2. Caminhos da patrimonialização no Brasil

"Nós temos que dar ao Brasil o que ele ainda não tem e que por isso ainda não viveu, nós temos que dar uma alma ao Brasil e para isso todo sacrifício é grandioso, é sublime" (ANDRADE, 1988, p. 234).

Segundo Oliveira (2016), embora tenha havido no Brasil, registros de iniciativas de preservação de monumentos históricos ainda no século XVIII e no final da década de 1910 em função da evasão de bens e obras de arte para o exterior, ter começado as discussões sobre a proteção do patrimônio, é somente na década de 1920, que as iniciativas sobre a preservação do patrimônio cultural ganha força no país.

Chuva (2009, p.157) afirma que "alguns projetos para institucionalização da proteção ao “patrimônio nacional” foram produzidos no bojo do nacionalismo, que se configurava na década de 1920."Projetos originados principalmente nos estados de Bahia, Minas Gerais e Pernambuco. Conforme a autora, nenhum deles, contudo, partiu daqueles intelectuais envolvidos com as diferentes correntes do movimento modernista.

Com isso, constata-se que o debate entorno da patrimonialização no Brasil, se inicia nas duas primeiras décadas do século XX, porém, de forma isolada (CHUVA, 2009).

Para Chuva (2009), embora fossem iniciativas com características regionais, todas elas referiam-se como patrimônio nacional, o que reforçava a ideia de constituição de uma nação.

De acordo com Fonseca (2005), foram as manifestações de preocupação com o estado das edificações e obras de arte colonial expressas pelos modernistas, que despertaram, principalmente nas classes artística e intelectual, a necessidade de se mobilizarem em defesa de um estilo arquitetônico genuinamente brasileiro.

Com base na justificativa de que a perda desses monumentos acarretaria um prejuízo irreparável à nação, os modernistas acrescentaram a seu compromisso de atualizar a linguagem artística em relação às vanguardas europeias, a missão de construir uma tradição cultural brasileira, de que a proteção dos bens culturais de valor histórico e artístico era uma das iniciativas mais visíveis. (FONSECA, 2005, p.168).

Portanto, foram tanto as iniciativas de cunho regionalista, como as iniciativas de caráter nacionalista, que deram início ao debate entorno da preservação dos bens culturais no Brasil. Destacando-se como motivação preservacionista, as cidades mineiras, devido ao estado crítico que se encontravam as edificações e obras de arte daqueles lugares. Porém, conforme Chuva (2009), foram os modernistas da década de 1930 que lideraram o processo de discussão e articulação em prol das políticas de preservação e proteção do patrimônio cultural nacional:

Os modernistas que participavam então de outras redes, na década de 1930, tomariam as rédeas desse projeto junto a Capanema.⁵ Noções como as de “passadismo” e de “culto a saudade” defendida por aqueles agentes da década de 1920, seriam desconsideradas pelo grupo que se articulou junto ao MESP⁶ (CHUVA, 2009, p. 155).

Daremos aqui, um destaque para a participação de Mário de Andrade (escritor, crítico literário, folclorista) pelo seu papel em defesa da construção de uma identidade nacional que representasse o caráter multicultural do Brasil.

A militância de Mário de Andrade no movimento modernista e principalmente, o seu conhecimento em relação à cultura, tanto material como imaterial dos diferentes grupos que compunha a sociedade brasileira, o tornou uma referência no processo de construção da referida identidade por meio da valorização do patrimônio cultural.

Kersten (1998) relata que, Mario de Andrade insistia no estudo empírico das manifestações culturais. Buscava também informações do patrimônio móvel, documentos,

⁵ Gustavo Capanema Filho foi Ministro da Educação e Saúde Pública, MESP no período de 1934 a 1945.

⁶ Ministério da Educação e Saúde Pública.

obras de arte, peças arqueológicas e material etnográfico. Esta preocupação de Mário de Andrade em fortalecer a identidade nacional, com base nas diversas expressões culturais brasileira, remonta à década de 1920:

Na tentativa de sistematizar as informações empíricas reunidas em suas viagens Mário sentiu a necessidade de ampliar seu conhecimento antropológico. Seu propósito de descobrir uma imagem que desse sentido ao Brasil moderno, levou a que interrogasse o passado em busca de elementos que propiciassem visibilidade à identidade do país, não como origem, mas como projeto. Propôs-se, então, a construir a língua brasileira influenciada pelo culturalismo boasiano⁷. Com mais este cabedal retornou ao nordeste em 1929. Tinha por objetivo efetuar a pesquisa de campo, sistemática, resgatando o imaginário local à cultura brasileira. (KERSTEN, 1998, p.63)

Ousamos afirmar que Mário de Andrade era uma pessoa que estava além do seu tempo. Pois, segundo Bo (2003), as recomendações da UNESCO sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular só foram aprovadas no ano de 1989 por ocasião da Conferência Geral da entidade.

Cruz (2012) descreve que na década de 1930 no Brasil, houve um movimento de patrimonialização do patrimônio, destacando-se Mário de Andrade, autor do primeiro anteprojeto de Lei de proteção do patrimônio cultural, datado de 1936. Segundo a autora, o movimento está situado no contexto histórico e político da primeira metade do século XX, baseado no nacionalismo.

Tal como na França pós Revolução Francesa, no Brasil pós Revolução de 30 urge o reconhecimento de uma identidade nacional, como uma espécie de élan de uma sociedade que busca reconstruir-se sobre novas bases. Eleger parte da herança histórica material e imaterial desses Estados e protegê-la como representante de uma suposta identidade nacional é uma faceta dessa racionalidade hegemônica (CRUZ, 2012, p.97).

De acordo com Oliveira (2016) o poder exercido pelo Estado Novo, com argumento de defesa de uma identidade nacional, foi decisivo para a oficialização das políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio cultural no Brasil. A autora afirma que uma das medidas adotadas de início foi a modificação da estrutura do então Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) através da Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937, que cria o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

⁷Franz Boas e a “Escola Boasiana” surgiram nos Estados Unidos em fins do século XIX e princípios do século XX. Conhecida como Escola Histórico-Cultural Americana, introduziu o conceito de história nos estudos antropológicos.

Antes, em 1936, Mário de Andrade, a pedido de Gustavo Capanema, elaborou o anteprojeto referente à preservação do patrimônio cultural nacional. “Coube a Gustavo Capanema, Ministro da Educação de 1934 a 1945, tomar a iniciativa dos estudos para o novo projeto de lei federal referente à matéria” (BRASIL/MEC, 1980, p.14).

Chuva (2001) destaca que o texto apresentado por Mário de Andrade no seu anteprojeto, foi um texto frutificador de ideias, em que propunha procedimentos embasados na proposta da construção de uma cultura nacional. Porém, as propostas apresentadas por Mário de Andrade não foram plenamente aceitas no texto final do Decreto-Lei nº. 25/37. No entanto, serviram de escopo para a construção do mesmo. A autora identifica duas propostas importantes apresentadas no referido anteprojeto que foram totalmente integradas no Decreto 25:

- a) Noção de pertencimento à categoria de patrimônio artístico nacional, que caracterizou a distinção de bens tombados;
- b) Classificação e registro do patrimônio de acordo com sua inscrição em um dos quatro livros do tombo, quais são: livro do tombo arqueológico e iconográfico, livro do tombo histórico, livro do tombo de belas artes e, livro do tombo de artes aplicadas (CHUVA, 2001, p.148).

Conforme Oliveira (2016) a Constituição de 1937, ratificou as disposições de proteção do patrimônio, estabelecidas ainda na constituição de 1934. E após a promulgação da Carta Magna, Getúlio Vargas, em 30 de novembro do mesmo ano, institui o Decreto-Lei nº. 25/37, que cria o primeiro instrumento jurídico de preservação do patrimônio cultural brasileiro, o tombamento⁸.

A instituição do Decreto-Lei nº. 25/37, organiza a proteção do patrimônio cultural material e regulamenta as ações do então SPHAN. “Assim, o Órgão federal incumbido de proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro é a mais antiga entidade oficial de preservação dos bens culturais na América Latina”. (BRASIL/MEC 1980, p.14).

De acordo com documento do MEC/SPHAN (1980) Rodrigo Melo Franco de Andrade foi o primeiro diretor escolhido para presidir o então Sphan e que os primeiros trinta anos de história do órgão foi chamado de “fase heroica⁹”.

⁸ Para Gasparini (2004, apud Gasparini, 2006, p.53), tombamento "é a submissão de certo bem, público ou particular, a um regime especial de uso, gozo, disposição ou destruição em razão de seu valor histórico, cultural, artístico e paisagístico [...] o tombamento, ato administrativo que declara e registra em livro próprio o valor histórico, artístico, turístico e paisagístico de certo bem para preservá-lo."

⁹ Adjetivo que corresponde à realidade do trabalho desenvolvido na época.

Essa primeira fase do SPHAN ficou conhecida como a “fase heróica”, famosa por “salvar” monumentos em risco de degradação. Porém, nessa fase não houve espaço para o mapeamento cultural pensado por Mário de Andrade, nem tampouco para uma preocupação com a memória das camadas ditas subalternas. (COSTA A., 2011, p.5).

Conforme mencionado anteriormente, o estado degradante em que se encontrava a arquitetura colonial, principalmente das cidades mineiras, em função do tempo e do descaso, tanto do proprietário, quanto do poder público. Bem como, o processo de urbanização que ocorria nas capitais dos estados, com destaque para as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo é confirmado através do documento Brasil/Mec (1980, p.20): “A intensa urbanização que ocorreu no Brasil, no início do século, notadamente no Rio de Janeiro e em São Paulo e, depois em algumas capitais estaduais, provocou a destruição de parte considerável dos acervos culturais dessas cidades, antes da criação do Sphan.”

Tudo isso, exigia do órgão responsável pela preservação, ações firmes e objetivas capazes de preservar parte da história da nação. E ao mesmo tempo, fazer valer de fato, o que propunha o Decreto-Lei nº 25/37 no seu Art. 1º.: “Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937)

Para Oliveira (2016, p.49):

Na gestão do primeiro diretor do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, a narrativa formulada nas três primeiras décadas do órgão visava ao convencimento da população sobre a existência e a necessidade de valorização e de preservação de um patrimônio histórico e artístico brasileiro. Esta foi uma fase fortemente atrelada ao contexto político do Estado Novo, quando houve uma intensa ação estatal, centralizada e restrita ao plano federal, sendo o patrimônio utilizado estrategicamente para a construção de uma identidade nacional e para a valorização de uma arte genuinamente brasileira.

Nas três primeiras décadas, além de convencer a população da necessidade de preservar o patrimônio cultural brasileiro, através da publicação e divulgação de técnicas de preservação, bem como, da instituição do Ato do tombamento. Ao órgão dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade, cabia também a missão de selecionar o que deveria ser preservado e declarado patrimônio nacional.

Sobre a seleção dos bens que seriam preservados, comenta Oliveira (2016, p. 49): “Neste contexto, as cidades mineiras tiveram destaque, pois se enquadravam na visão de um

patrimônio nacional concebido como um monumento artístico, uma obra de arte acabada, que deveria ser preservada como tal”.

Nesta primeira fase, conforme Mec/Sphan (1980) os bens móveis receberam especial atenção e passaram a constituir o acervo dos museus e casas históricas instaladas pelo Sphan. De acordo com a instituição, foram empreendidas ações educativas a fim de sensibilizar a população da necessidade da preservação:

[...] toda uma atividade para sensibilizar a população, quanto ao valor e importância do acervo cultural representado pelos edifícios que compunham os núcleos tombados e pelos bens móveis neles existentes, teve de ser empreendida com caráter permanente através de publicações de técnicas e divulgação jornalística [...]. (BRASIL/SPHAN, 1980, p.19).

Vale ressaltar que, desde a sua criação, oIphan passou por fases diferentes que envolveram mudanças de práticas, procedimentos, conceitos e denominações do próprio órgão (Quadro 2).

Quadro 2. Evolução dos nomes do Órgão que cuida do Patrimônio Cultural Brasileiro (1937-2018)

Período	Denominação
1937-1946	Serviço do Patrimônio histórico e Artístico Nacional – SPHAN
1946 – 1970	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN
1970-1979	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN
1979-1990	Fundação Nacional Pró-Memória – FNPM
1990-1994	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural- IBPC
1994	Retorna a denominação de IPHAN

Fonte: Iphan, 2016. Nota: Org. SANTOS, Antonio Miranda dos., 2018.

O período que vai de 1967 a 1979, é denominado pelo próprio Iphan de Segunda Fase. Essa denominação é baseada nas novas práticas, conceitos, procedimentos e desafios que o órgão enfrentara.

[....] ano de 1967, marca o momento em que Rodrigo Melo Franco de Andrade, presidente do órgão desde 1938, aposenta-se e, em seu lugar, posiciona-se o arquiteto Renato Soeiro Esse período foi marcado pela adequação do perfil das políticas de patrimônio às novas circunstâncias do país. (SOPHIA, 2015, p.318).

De acordo com Sophia (2015) a segunda fase do processo de patrimonialização no Brasil é caracterizada por um novo direcionamento das ações de preservação. As ações de tombamento se voltam para os conjuntos históricos. Segundo a autora, a maior expressão desse novo direcionamento se dá com a criação em 1972, do Programa de Cidades Históricas (PCH). O referido programa, seria resultado da preocupação em identificar o papel dos centros históricos nas novas cidades capitalistas.

O período denominado a segunda fase do Iphan, corresponde também o período da ditadura militar no Brasil. Em especial, os anos de 1969 a 1973, foi marcado por forte crescimento na economia, o chamado milagre econômico, que desencadeou no crescimento da indústria, das cidades e do setor imobiliário.

Segundo Fausto (2001) o período de 1969 a 1973, caracteriza-se pela proeminência do “milagre econômico”, se identificando pelo crescimento na economia e pelas baixas taxas de inflação.

Sobre a figura do Iphan no período denominado “milagre econômico”, Sophia contribui:

É importante ressaltar que, entre os anos de 1967 e 1979, o IPHAN, catalisado pelas políticas empreendidas no regime militar, parece ter contribuído para congregar diversas iniciativas que estavam em sintonia com a ideia de desenvolvimento e de patrimônio promovidos pelo Estado brasileiro e por organismos internacionais. (SOPHIA, 2015, p.324).

Conforme Costa A. (2011) nos anos de 1970, o Estado promove uma redefinição nas políticas de preservação no Brasil. Nesse mesmo período, a UNESCO, passa a utilizar o conceito de patrimônio cultural em substituição à denominação de patrimônio histórico e artístico. Isso corre em função de uma nova compreensão de que, a herança da cultura da humanidade sobrepõe os valores de ancianidade ou apenas de arte.

É fato que, na segunda fase, constitui-se um novo olhar para as políticas de preservação e proteção do patrimônio cultural no Brasil, voltadas principalmente para o tombamento dos conjuntos históricos. Como foram os casos, por exemplo, dos conjuntos arquitetônicos das cidades de Lençóis na Bahia e, a Cidade de Goiás, no estado de Goiás, respectivamente nos anos de 1973 e 1978. Porém, a concepção de patrimônio cultural, no que tange a diversidade formadora da nossa identidade, não era concebida pelos governos da época.

É importante salientar que a política voltada para o tombamento em conjunto, perpassa o período em que o arquiteto Renato Soeiro esteve à frente do Iphan, continuando assim, em

vigor até os dias atuais. Como justificativa para essa afirmação, citamos os exemplos do conjunto arquitetônico de Natividade-TO, tombado em 1987 e o conjunto arquitetônico de Porto Nacional-TO, tombado em 2008, conforme sítio do Iphan¹⁰.

Em relação a organização administrativa do IPHAN, o documento Brasil/Mec, traz a seguinte informação:

Em termos legislativos cabe registrar nesse período o Decreto nº. 66.967, de 27 de julho de 1970, que dispunha sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura e que sem seu artigo 14 transformou a Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Instituto (IPHAN). [...] a Portaria nº 230 de 1976, aprovou o Regimento Interno do IPHAN. Com isso ganhou o órgão uma nova estrutura: seus Distritos converteram-se em Diretorias Regionais, nove ao todo, e sete Grupos de Museus e Casas Históricas passaram a integrar a sua organização. (BRASIL/MEC, 1980, p. 20).

Destacamos aqui, a 7ª Diretoria Regional, com sede na cidade de Brasília, que compreendia o Distrito Federal e os estados de Goiás, Mato Grosso e o território de Rondônia. Lembramos que nessa época, o estado do Tocantins ainda não havia sido criado.

Nesse período, conforme documento do Ministério da Educação (MEC) o Órgão procurou conciliar a preservação dos valores tradicionais com o desenvolvimento econômico das regiões. Deve-se a isso, o rápido desenvolvimento urbanístico do país, a industrialização e a valorização imobiliária.

Uma nova fase no Iphan se inicia em 1979, quando assume a direção do órgão o designer, Aloísio Sérgio Barbosa de Magalhães, conhecido apenas como Aloísio Magalhães. Fundador do Centro de Referências Culturais, CNRC (1975) Aloísio Magalhães possuía uma ideia mais abrangente em relação à dinâmica cultural brasileira. Essa “nova” ideia era defendida no âmbito do CNRC.

Conforme discorre (COSTA A., 2011, p. 03): "O Centro Nacional de Referências Culturais já possuía uma perspectiva bastante abrangente de proteção aos bens culturais, tendo como meta “um sistema referencial básico, a ser empregado na descrição e na análise da dinâmica cultural brasileira”.

A autora ainda destaca que:

O CNRC amparava-se no conhecimento obtido junto às populações sobre determinados modos de fazer, conhecimentos experimentais e técnicas de preparo. Esse material, após analisado e considerado como “novo patrimônio”, era devolvido

¹⁰ Mais detalhes sobre os conjuntos urbanos tombados ver em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/106>>.

as suas comunidades na forma de produto, agora com maior condição de desenvolvimento apropriado¹¹. (COSTA A., 2011, p.03).

Segundo Fonseca (2000) a metodologia desenvolvida pelo CNRC foi incorporada à Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) após a sua inserção ao IPHAN em 1979.

Conforme Costa A. (2011) o CNRC, se preocupou em fomentar e documentar o jeito de ser e fazer, a expressão da cultura popular manifestada nos diferentes grupos, manifestações estas que não eram consideradas bens culturais. De acordo com a autora:

O trabalho do CNRC era composto de três estágios: a *identificação* do fenômeno como relevante, subentendendo a interação para conhecimento de sua dinâmica própria; o registro através dos instrumentos adequados ou mais convenientes para classificação e *indexação* que resultem numa memória; e a *devolução* à comunidade pela ação mais adequada a cada caso (COSTA A., 2011, p.44)

Percebemos que a partir da gestão de Aloísio Magalhães, ocorre no Iphan reorientação para novas práticas dentro da própria instituição, possibilitando assim, reflexões a respeito do intangível, na condição de bem cultural que precisava ser valorizado. Vem à tona um debate já iniciado por Mário de Andrade nas primeiras décadas de trajetória do Iphan.

Segundo Chuva (2012) a criação da Fundação Nacional Pró-Memória, em 1980, proporcionaria o crescimento de vários setores da cultura. Iniciando-se a fase moderna da trajetória da preservação do Brasil a partir da fusão entre SPHAN/CNRC, originando o IPHAN/PRÓ-MEMÓRIA.

Após a morte de Aloísio Magalhães, 1982, como aponta Chuva (2017) até meados da década de 1990, o órgão de preservação do patrimônio cultural brasileiro passou por momentos difíceis, relacionados aos conflitos internos e até a sua extinção, (como ocorreu em 1990, quando o Sistema Pró-Memória foi extinto pelo governo Fernando Collor de Melo e em seu lugar, criado Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC).

Conforme Sant'anna (2003) até a década de 1970, as ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro eram exclusividade do Iphan. Porém, a partir daquela década, as esferas estaduais e municipais do Brasil começaram a implementar ações voltadas para este fim. No entanto, o Iphan continuava ditando os contornos gerais da prática de preservação no Brasil. Segundo a autora, na década de 1990, esse cenário se transforma, pois, governos estaduais e municipais passam a financiar intervenções em sítios históricos, como foi o caso por exemplo, da “recuperação” do Pelourinho em Salvador-BA.

¹¹Trecho retirado do artigo. Democratização das políticas culturais. Da intenção de Aloísio Magalhães à salvaguarda do patrimônio imaterial (1975-2001). Disponível em:<www.snh2011.anpuh.org/resources/anais>. Acesso em 25 jan. 2017.

É importante ressaltar que o artigo 23 da Constituição Federal de 1988, estabelece que: "É competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: III. Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos¹²".

Dessa forma, fica evidente que a responsabilidade pela proteção do patrimônio cultural é das três esferas. Podemos assim compreender que, cabe ao Iphan, responsabilizar-se diretamente com a proteção dos bens de referência nacional. Assim como, às esferas estaduais cabe a proteção aos bens regionais e aos municípios, os bens locais. Lembramos que o dever pela preservação do patrimônio cultural é de todos, poder público e sociedade civil.

Destacamos que esta definição de responsabilidades não é necessariamente uma regra. Pois, um bem tombado na esfera federal, primeiramente é uma referência local, pois está situado em um lugar específico de uma determinada região. Assim, as responsabilidades dos poderes, tanto estadual quanto local, não serão eximidas pelo fato do tombamento ser federal. Reportando ainda à Constituição Federal, o artigo 216 explicita que o patrimônio cultural é composto pelos bens de natureza material e bens de natureza imaterial:

Art. 216. Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, p. 129)

O texto constitucional, além de reconhecer que a tarefa de preservar o patrimônio cultural brasileiro cabe ao Estado, em parceria com a sociedade, adota uma ótica mais abrangente reconhecendo o patrimônio cultural como a memória e o modo de vida da sociedade brasileira, juntando assim, elementos materiais e imateriais.

A proteção dos bens imateriais no Brasil ainda é recente. Foi institucionalizada através do Decreto nº. 3.551 (BRASIL, 2000). Segundo Costa A. (2011) a institucionalização da proteção do patrimônio imaterial sofre influências externas e se baseia na Declaração dos Direitos Humanos. De acordo com a autora, o referido decreto é fruto das discussões ocorridas no Seminário do Patrimônio Imaterial em Fortaleza-CE, 1997. O seminário contou

¹²Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

com a participação da UNESCO, que teve importante papel no debate sobre da salvaguarda do patrimônio imaterial.

O Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000, define que os registros dos bens de natureza imaterial devem ser feitos em diferentes livros, distinguindo os Saberes, as Celebrações, as Formas de expressão e os Lugares. Conforme o referido Decreto:

Art. 1º. Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias,

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

Conforme o portal Iphan¹³, o Decreto nº. 3.551 criou também o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial com a finalidade de viabilizar projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural brasileiro.

1.3. O Tocantins no mapa da patrimonialização

*"Tocantins: veia aberta num brejal
Que se derrama pelo cerrado vasto
E reconfigura a estampa da
— e do peito —
Esculpida nos ásperos, no torto,
Na dura vontade do sertão¹⁴."
Pedro Tierra (2005)*

Pelo Art. 13 das Transições Constitucionais e Transitórias da Constituição Federal de 1988 é criado o estado do Tocantins:

¹³**Portal do Iphan.** Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/busca?search_query=noticias+iphan%2Fto&do_search=y&buscar>.

¹⁴*In: TIERRA, Pedro. O Porto submerso. Brasília: Edição do autor, 2005.*

Art.13. É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989.

§ 1º O Estado do Tocantins integra a Região Norte e limita-se com o Estado de Goiás pelas divisas norte dos municípios de São Miguel do Araguaia, Porangatu, Formoso, Minaçu, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Campos Belos, conservando a leste, norte e oeste as divisas atuais de Goiás com os Estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso. (BRASIL, 1988, p.151).

O Tocantins é o estado mais novo da federação, porém, conforme afirma Parente (1999, p.58) o seu povoamento teve início na primeira metade do século XVIII.

Nas décadas de 1730 e 1740 ocorreram as descobertas auríferas no norte de Goiás e, por causa delas, a formação dos primeiros arraiais no território onde hoje se situa o Estado do Tocantins. Natividade e Almas (1734), Arraias e Chapada (1736), Pontal e Porto Real (1738). Nos anos 40 surgiram Conceição, Carmo e Taboca, e mais tarde Príncipe (1770). Alguns foram extintos, como Pontal, Taboca e Príncipe. Outros resistiram à decadência da mineração e no século XIX se transformaram em vilas e posteriormente em cidades.

No entanto, o processo de patrimonialização na região que compreende hoje, o atual estado do Tocantins, só teve início no final da década de 1980, com o tombamento do centro histórico de Natividade, ocorrido no ano de 1987.

Segundo Oliveira (2016 apud SANT'ANNA, 1995, p.58-59) o conceito de centro histórico, configurou-se pela primeira vez em Viena, Áustria, século XIX, por ocasião da construção de um anel viário. A referida obra dividia o núcleo antigo das áreas da cidade que atenderiam à nova dinâmica industrial, pois era impossível adaptar as áreas antigas às novas exigências sem que houvesse destruição.

Para Queirós (2007) com o passar do tempo o conceito de centro histórico tem sofrido alterações. Porém, para a autora, há uma regra geral para o conceito de centro histórico: "[...] é visto como um livro de memórias materiais e imateriais, que possui importantes referências e indicações de identidade dos povos que aí habitam e habitaram ao longo do tempo." (QUEIRÓS, 2007, p.3).

Messias (2010, p.188) afirma que "O Centro Histórico de Natividade foi inscrito nos seguintes livros de tombo: livro de tombo histórico, livro de tombo arqueológico, livro de tombo etnográfico e paisagístico". Nesse período, conforme informações coletadas no sítio digital do Iphan, o estado de Goiás pertencia a 8º DR (Diretoria Regional do SPHAN) que compreendia os estados do Centro-Oeste e o Distrito Federal. Nesse período, a área geográfica que compreende o estado do Tocantins ainda pertencia a Goiás, portanto, localizava-se na região Centro-Oeste do Brasil.

Messias (2010, 187) destaca que “O despacho do Ministro da Cultura sobre o ato de homologação desse tombamento foi publicizado no Diário Oficial de 14 de julho de 1987.”

Originada da mineração de ouro, que deixou fortes marcas na cidade e arredores, localizada a 226 km da capital Palmas, Natividade tem em seus casarios e no traçado das ruas características do estilo colonial. Santos (2009, p.5) descreve algumas características sobre o centro histórico de Natividade - TO:

Seu centro histórico (18 alqueires), tombado como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde 1987, abriga a Igreja de Nossa Senhora da Natividade, Igreja de São Benedito e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que acreditam ter sido inacabada ou que seu teto e parte das paredes ruíram.

Na primeira década deste século, a preservação do patrimônio cultural de Natividade recebeu um grande impulso através do Programa Monumenta. Conforme o sítio do Iphan, o referido programa, que tinha a proposta de conjugar recuperação e preservação do patrimônio cultural com o desenvolvimento econômico e social, atendeu 27 cidades brasileiras.

Segundo o parecer do Conselho Consultivo do Iphan (2012) eram metas do Programa Monumenta, promover obras de restauração e recuperação de bens tombados e edificações localizadas na poligonal de tombamento, além de capacitação de mão de obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos (IPHAN, 2012).

De acordo com o Parecer do Conselho Consultivo do Iphan (2012) o Monumenta contou com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, e o apoio da UNESCO. Além de uma contrapartida dos municípios contemplados pelo programa.

Sobre as ações de preservação do Programa Monumenta em Natividade-TO, Picanço (2009, p.107) afirma que “[...] o Monumenta em Natividade conseguiu preservar a arquitetura dos bens, resgatando o estilo colonial, observando os valores históricos e estéticos[...].”

1.4. Os lampejos da patrimonialização na esfera estadual

Na década de 1990, após a criação do estado do Tocantins ocorrida em 1988, através da Constituição Federal promulgada em 05 de outubro do mesmo ano, algumas ações de preservação do patrimônio cultural foram desenvolvidas pela esfera estadual. Um exemplo dessas ações foi o projeto denominado “conhecer para preservar”, que se consistia num

inventário prévio das manifestações culturais e monumentos históricos e arquitetônicos do Tocantins. Sobre este projeto, Barbosa e Silva (2008, p.69) descreve que:

[...] foi dividido em cinco etapas: (1ª) abrangeu as cidades da região sudeste; (2ª) contemplou as cidades da região norte; (3ª) intitulada “conhecendo e preservando as culturas indígenas do Tocantins”, esta etapa englobou todos os povos que vivem no estado; (4ª) esta etapa que não foi realizada, tinha como objetivo a região sul e (5ª), etapa que também não foi realizada, pressupunha um mapeamento arqueológico.

A Lei 431, de 28 de julho de 1992, promoveu os primeiros atos de tombamento na esfera estadual. Conforme o texto do art. 1º da referida Lei:

Art. 1º. Ficam tombados e integrados ao Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Tocantins, os prédios públicos que sediaram os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário do primeiro governo do Estado do Tocantins, com sede na cidade de Miracema do Tocantins, sua primeira capital, e em Palmas: -I. prédio que sediou o Palácio Araguaia - Sede do Poder Executivo; Rua Osvaldo Vasconcelos, s/nº - Miracema do Tocantins; II- prédio que sediou a Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins; Rua Hosana Cavalcante, s/nº - Miracema do Tocantins; I II- prédio que sediou o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins; Praça Mariano Cavalcante, S/N - Miracema do Tocantins; IV- prédio que primeiro sediou a Assembléia Legislativa em Palmas; V- prédio que primeiro sediou o Poder Executivo " O Palacinho" em Palmas.

Os referidos bens foram tombados antes da instituição de uma Lei de proteção do patrimônio cultural do Tocantins. Somente em 1993, foi publicada a Lei Estadual 577/93, que dispõe sobre a proteção e preservação do patrimônio histórico e artístico cultural do estado do Tocantins.

Nos seus mais trinta anos de criação, o estado do Tocantins, não consolidou uma política de preservação e proteção para o patrimônio cultural. Neste período, ocorreram várias mudanças nas estruturas do órgão de cultura do estado, alternando entre Secretaria de Cultura e Fundação Cultural. Nos organogramas dos referidos órgãos, as denominações dos setores responsáveis pelo patrimônio cultural também alternaram entre, Coordenação, Diretoria e Superintendência de Patrimônio Cultural.

Atualmente, conforme o portal Tocantins¹⁵, o estado não tem um órgão próprio para ações relacionadas à cultura. Há apenas uma Agência de Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa (AGETUC). No organograma da referida Agência consta uma Superintendência de Cultura, com as seguintes gerências: Gerência de Fomento e Promoção

¹⁵Disponível em: <www.to.gov.br>. Acesso em: 06 de fev. 2018.

da Cultura e Gerência de Acervo e Patrimônio Histórico e Artístico Cultural (TOCANTINS, 2018).

Porém, conforme Secretaria de Comunicação do Governo do estado do Tocantins (SECOM) desde a criação do estado do Tocantins, foram desenvolvidas várias ações de preservação e proteção do patrimônio cultural do Estado. Segundo a SECOM (2011) foram ações relacionadas aos inventários com metodologia do próprio órgão de cultura do estado e inventários com metodologias do Iphan, sendo:

a) Inventários desenvolvidos com metodologias próprias: conhecer para preservar, inventário da súsia, inventário do capim dourado e o inventário das referências culturais de Monte do Carmo. b) Inventários com metodologia do Iphan: Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) – e o Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos (INBI-SU), ambos realizados em Porto Nacional (SECOM, 2011).

Além dos referidos inventários, de acordo com a SECOM (2011) duas igrejas foram inscritas em livros de tombos do Estado, são elas: Igreja Nossa Senhora da Consolação (Tocantinópolis) e Igreja Nossa Senhora do Carmo (Monte do Carmo). Ocorreram também neste período, conforme notícias do órgão de Comunicação do estado do Tocantins, alguns mapeamentos de comunidades quilombolas, tais como: Comunidade Cocalinho (município de Santa Fé do Araguaia), Comunidade Malhadinha (município de Brejinho de Nazaré), Comunidade Barra do Aroeira (município de Santa Tereza do Tocantins) e Comunidade Lagoa da Pedra (município de Arraias).

Essa falta de política consistente para o patrimônio cultural na esfera estadual, que se traduz na ausência de um órgão com estrutura necessária para o desenvolvimento das ações de preservação e proteção, se reflete também nas esferas municipal. Vejamos como exemplo as duas únicas cidades tombadas pelo Iphan no estado do Tocantins, Natividade e Porto Nacional. Conforme seus portais,¹⁶ ambas, apesar de ter nos seus organogramas um órgão denominado de Secretaria de Cultura e Turismo, não há na estrutura dessas secretarias um departamento específico de patrimônio cultural e nem técnicos com formação nas áreas a fins.

¹⁶ Pode ser verificado nos sites das secretarias e departamentos de Natividade e Porto Nacional. Disponíveis em: <<http://www.natividade.to.gov.br/326/>>e <<http://www.portonacional.to.gov.br/index.php/ultimas-noticias/38-sec-cultura-e-turismo>>. Acesso em: 06 fev. de 2018.

1.5. A extensão das ações da então 14ª Superintendência do Iphan no Tocantins

Conforme o portal do Iphan¹⁷, em 2007, especificamente no dia 10 de novembro, a 14ª Superintendência do Iphan (SR) fez a entrega da restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo para os moradores da cidade de Monte do Carmo-TO. Segundo o referido portal, a recuperação da igreja, no valor de R\$ 258 mil, foi executada através de um convênio com o Fundo Nacional de Cultura (FNC). Lembramos que, nessa época, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo ainda não era tombado pela esfera estadual, fato que só ocorreu em 2012 (SECOM, 2012).

Ainda em 2007, de acordo Cavalcante e Kimura (2008), a então 14º SR, que tinha sob sua jurisdição os estados de Goiás, Mato Grosso e Tocantins, com sede em Goiânia-GO. Em parceria com a Fundação Cultural do Tocantins (FCT) iniciou um projeto de reconhecimento das referências culturais do Estado, com a denominação de Mapeamento do Patrimônio Cultural do Tocantins. Técnicos do Iphan e FCT percorreram grande parte do território tocaninense, registrando e coletando dados que dessem subsídios para o Iphan, bem como, para a FCT, delinearem futuras ações de preservação do patrimônio. O referido projeto resultou na publicação de um livro intitulado: “Vivências e Sentidos: o patrimônio cultural do Tocantins”, publicado em 2008.

No mesmo ano de 2008, conforme portal do Iphan¹⁸, a autarquia em parceria com a Prefeitura Municipal de Porto Nacional e o Governo do Estado do Tocantins, por meio da FCT, concluem e entregam para os moradores da cidade, o projeto de modernização do Museu Histórico de Porto Nacional. Conforme o órgão, o referido projeto recebeu recursos no valor de cento e trinta e três mil e novecentos reais do Programa Museu, Memória e Cidadania do Iphan. Além do projeto de modernização, segundo informações do Iphan (2008b) foi executada pela entidade a obra de restauração do edifício que sedia o museu. De acordo com informações do portal Iphan¹⁹, a execução do projeto custou trezentos e noventa e nove mil e seiscentos reais.

Conforme o Iphan (2008b) também no ano de 2007, deu-se início ao tombamento de Porto Nacional, através da instrução do Processo nº 1.553-T-08. A homologação do tombamento acontece um ano depois, em novembro de 2008.

¹⁷ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1953/iphan-restaura-igreja-de-nossa-senhora-do-carmo-to>>. Acesso em 06 fev. 2018.

¹⁸ **Portal do Iphan.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/busca?search_query=noticias+iphan%2Fto&do_search=y&buscar>.

¹⁹ **Portal do Iphan.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/busca?search_query=noticias+iphan%2Fto&do_search=y&buscar>.

Sobre o tombamento de Porto Nacional, que é objeto deste estudo, aprofundaremos nos capítulos seguintes desta dissertação. Importante ressaltar que, após vinte anos do tombamento de Natividade, o Iphan, por meio da sua 14ª SR, volta a tomba um centro histórico na região, agora, no já constituído estado do Tocantins.

Quanto às ações de proteção do Iphan, em relação ao patrimônio imaterial em Tocantins, destaca-se o registro das bonecas karajá. Conforme IPHAN (2012) as bonecas foram registradas em dois livros: no livro dos Saberes, com a denominação: Saberes e Práticas Associados ao modo de fazer Bonecas Karajá. E no livro de Formas de Expressão como Ritxòxò: Expressão Artística e Cosmopológica do povo Karajá. O referido registro abrange as aldeias Karajá nos estados de Goiás, Mato Grosso, Pará e Tocantins. Destacamos que o processo para o registro das bonecas Karajá teve início em 2010 e segundo Iphan (2012) foi coordenado pela SR em Goiás, com a supervisão do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI).

Além das bonecas Karajá é importante salientar que, o Ofício dos Mestres de Capoeira e a Roda dos Mestres de Capoeira foram registrados como Forma de Expressão ainda em 2008. De acordo com Iphan (2012) o registro abrange todo Território Nacional. Dessa forma, é responsabilidade de cada Superintendência estadual a salvaguarda desse bem nos seus respectivos estados.

1.6. A Criação da Superintendência do Iphan no Tocantins

O ano de 2009 é um marco histórico para o Iphan. Neste ano, o Governo Federal, através do Decreto, nº. 6.844, de 7 de maio de 2009, aprova a Estrutura Regimental da autarquia e define cargos e funções (BRASIL, 2009). Para alguns estados, como é o caso do Tocantins, este marco é ainda mais significativo, pois, o referido decreto acaba com as superintendências regionais e cria as superintendências estaduais.

Com a instalação da Superintendência, com sede na capital Palmas, o Iphan/TO, passa a coordenar as ações de preservação e proteção do patrimônio cultural nacional no Estado.

Para analisarmos a atuação do órgão federal de preservação do patrimônio cultural no Tocantins, no período de 2008 a 2018, apresentaremos dois quadros com notícias retiradas do sítio do Iphan, referentes às ações realizadas no Estado pela autarquia. Sendo que, no primeiro quadro (Quadro 3) daremos destaque para as notícias das ações desenvolvidas em todo

Tocantins. Já no segundo quadro (Quadro 4) destacaremos as notícias com ações realizadas no município de Porto Nacional.

Quadro 3. Notícias referentes as ações do Iphan no estado do Tocantins, publicadas no portal da autarquia, no período de janeiro de 2008 a outubro de 2018²⁰

(continua)

Ano*	Notícias	Quant. ²¹
2008	- Técnicos realizam última etapa do Mapeamento do Patrimônio Cultural e Natural do Tocantins. - Iphan lança livro Vivências e Sentidos - o patrimônio cultural do Tocantins; - Iphan inaugura museu em Porto Nacional (TO); - Iphan realiza ato de notificação de tombamento de Porto Nacional (TO); - Conselho Consultivo aprova o tombamento de Porto Nacional (TO) e o registro da Renda Irlandesa (SE).	5
2009	- Iphan e Monumenta entregam praça e Ponto de Cultura ao povo de Natividade;	1
2012	- Comitê Gestor vai elaborar Plano de Salvaguarda para as bonecas Karajá (Ritxòkó); - Bonecas Karajá recebem título de Patrimônio Cultural do Brasil na próxima semana; - Bonecas Karajá: Novo Patrimônio Cultural Brasileiro.	3
2014	- Definida agenda de ações de Educação Patrimonial do Iphan-TO; - Concluída a primeira Etapa de restauração das fachadas dos imóveis de Porto Nacional.	2
2015	- Tocantins ganha Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira; - Iphan-TO reúne com detentores da capoeira para a construção do Plano de Salvaguarda; - Iphan (TO) realiza I Encontro com Representantes das Casas de Matriz Africana; - Publicação Orientações para a Regularização das Casas de Matriz Africana é lançada; - Cartilha orienta regularização das casas de religião de Matriz Africana em TO; - Comunidade de Natividade (TO) participa de palestra sobre sítios arqueológicos; - Natividade (TO) vai reinaugurar o escritório técnico.	7
2016	- Crianças aprendem a ter outro olhar sobre o patrimônio cultural de Natividade (TO); - Casas de Religião de Matriz Africana estão sendo mapeadas em Palmas (TO);	2

²⁰ Portal do Iphan. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/busca?search_query=noticias+iphan%2Fto&do_search=y&buscar>.

²¹ Quantidade

(conclusão)

2017	-Termo de Execução Descentralizada 01/2017 - Execução e pesquisa histórica e etnográfica dos mestres, grupos e praticantes de Capoeira existentes no estado do Tocantins - ETAPA I (Região Sudeste); - Reunião Ampliada da Salvaguarda da Capoeira e Festival de Cantigas, em Palmas (TO); - Personalidades do Tocantins recebem a Medalha Mário de Andrade;	3
Total	-	12

* Nos anos de 2010, 2011 e 2013 não houveram ações registradas.

Fonte: Iphan, 2018. Nota: Org. SANTOS, AntonioMirandados.,2018.

Quadro 4. Notícias referentes as ações desenvolvidas no município de Porto Nacional, publicados no portal do Iphan, no período de janeiro de 2008 a outubro de 2018²²

Ano*	Notícias	Quant.
2008	- Iphan inaugura museu em Porto Nacional (TO); - Iphan realiza ato de notificação de tombamento de Porto Nacional (TO); - Conselho Consultivo aprova o tombamento de Porto Nacional (TO) e o registro da Renda Irlandesa (SE);	03
2014	- Concluída a Primeira Etapa de restauração das fachadas dos imóveis de Porto Nacional.	01
Total	-	04

*Nos anos de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013,2015, 2016 e 2017 não houveram ações registradas.

Fonte: Iphan, 2018. Nota: Org. SANTOS, Antonio Miranda dos.,2018.

De acordo com dados coletados através de buscas realizadas no portal do Iphan²³, foi identificado que nos últimos dez anos, o portal na internet divulgou vinte e cinco notícias de ações realizadas no estado do Tocantins. Conforme demonstrativo do quadro 4, percebe-se que, são ações diversificadas que abrangem áreas do patrimônio imaterial, patrimônio material, educação, capacitação, notificação e promoção. Sendo que as ações de promoção foram as mais divulgadas no portal da instituição no período de 2008 a 2018, representando 36% de total de notícias publicadas (Tabela 1).

²²Portal do Iphan. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/busca?search_query=noticias+iphan%2Fto&do_search=y&buscar>.

²³Portal do Iphan. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/busca?search_query=noticias+iphan%2Fto&do_search=y&buscar>.

Tabela 1. Notícias divulgadas no portal do Iphan por área de atuação entre janeiro de 2008 a outubro de 2018

Área	2008	2009	2012	2014	2015	2016	2017	2018	%
Capacitação	-	-	-	-	2	-	-	-	8
Educação	-	-	-	1	1	1	-	-	12
Notificação	1	-	-	-	-	-	-	-	4
Patrimônio	1	-	2	-	2	1	2	-	28
Patrimônio	1	1	-	1	-	-	-	-	12
Promoção	3	-	2	-	3	-	1	-	36
Total									100

Fonte: Iphan, 2018. Nota: Org. SANTOS, Antonio Miranda dos.,2018.

Quando analisamos o quadro 4, referente as ações realizadas apenas no município de Porto Nacional, verificamos um total de quatro notícias. Constatamos ainda que dessas quatro notícias, apenas uma refere-se à ação realizada após o tombamento de Porto Nacional. As demais, apesar de serem publicadas em 2008, são anteriores ao tombamento que, segundo o Iphan (2008b) teve seu parecer aprovado pelo Conselho Consultivo de Patrimônio Cultural em 27 de dezembro de 2008.

É possível que as ações divulgadas pelo portal do Iphan, não sejam as únicas realizadas pela a instituição no estado do Tocantins, porém, esse demonstrativo servirá para refletirmos sobre as ações do órgão no Tocantins e a comunicação da autarquia com a população, especialmente no município de Porto Nacional, tombado em novembro de 2008.

Sobre os assuntos, ações e comunicação do Iphan em Porto Nacional, trataremos nos capítulos seguintes dessa dissertação.

CAPÍTULO 2. GEOGRAFIA E PATRIMÔNIO: MODO DE PRESERVAÇÃO E PROTEÇÃO EM PORTO NACIONAL - TO

“O lugar ficou conhecido como Fonte dos Padres, mas depois que seus pequenos alunos indígenas órfãos vindos do reino começaram a se banhar ali, passou a ser chamado de Água de Meninos.” (BUENO, 2012 apud OLIVEIRA, 2014, p. 4).

2.1. Concepção geográfica do patrimônio cultural

O interesse pela temática do patrimônio cultural tem crescido de forma significativa nas mais diferentes áreas científicas. Assim, o debate sobre a preservação do patrimônio cultural vem se tornando cada vez mais multidisciplinar. Na geografia, essa discussão ocorre de forma paulatina, porém, progressiva. Apesar de percebermos que dentro da Geografia Humana e da Geografia Cultural ainda ser pouco os autores que debatem a respeito da preservação do patrimônio cultural é possível identificar a importância da produção geográfica no processo de promoção e preservação do patrimônio. Essa apropriação da geografia em relação ao patrimônio cultural se dá, principalmente, através dos estudos sobre as categorias espaciais de lugar e paisagem, bem como a refuncionalização dos espaços e a promoção turística dos bens culturais.

De acordo com Figueiredo (2013a) mesmo a geografia urbana e a geografia cultural sendo linhas recentes no âmbito da ciência geográfica, os estudos sobre o patrimônio cultural desenvolvidos por profissionais desta ciência, vem contribuindo para a configuração das cidades no que tange a organização e apropriação do espaço.

Talvez possamos atribuir esse crescimento paulatino, porém, progressivo, ao vasto campo de atuação do geógrafo, em especial, no campo da geografia do turismo da geografia urbana e da geografia cultural. Esses estudos na geografia, contribui para que possamos compreender a organização sócio espacial dos núcleos urbanos tombados, a relação destes com o turismo, a promoção e a preservação do patrimônio cultural.

Conforme Nór (2013) corroborando com o viés das categorias de lugar e paisagem no âmbito do patrimônio cultural, ressalta que, quando se vinculam às categorias espaciais com a noção de patrimônio, emerge a preocupação com a salvaguarda da cultura por meio dos novos mecanismos e instrumentos para a preservação, a conservação e a gestão dos bens culturais, dentre os quais se destacam o lugar como patrimônio imaterial e a paisagem como cultural.

Cifelli (2010) estabelece uma análise geográfica de compreensão e importância dos bens culturais, tanto tangível quanto intangível, dentro de uma organização sócio espacial, a partir de uma ótica de renovação urbana no contexto do discurso patrimonialista, baseado na preservação e fortalecimento do patrimônio cultural.

Na mesma linha, Costa E. (2008, p.68) destaca a importância da análise geográfica na refuncionalização dos centros históricos tombados:

O patrimônio cultural estabelecido no espaço e refuncionalizado para novas atividades, sejam elas turísticas ou comerciais locais/regionais, representa, hoje, matéria de discussão dentro da análise geográfica das novas dinâmicas urbana [...] observa-se intervenções de caráter eminentemente cenográfico, descompromissadas em revelar os reais valores histórico-culturais dos núcleos urbanos tombados[...].

Sobre esse assunto Nigro(2010, p.55) colabora: “No Brasil, especificamente, vem sendo realizado muitos estudos na Geografia do Turismo e na Geografia Urbana, relacionando o tema do patrimônio com o turismo cultural e com a questão da revitalização de áreas centrais”.

Conforme Nigro (2010) a atenção dos geógrafos pelo patrimônio cultural é algo recente e para se compreender esse apreço pela temática faz-se necessário compreender dois eixos analíticos. O primeiro, diz respeito a uma linha de pesquisa epistemológica que trata como as questões culturais e simbólicas são abordadas ao longo do tempo na geografia. Osegundo, de acordo com a autora, esparge para a necessidade de entender o processo de fortalecimento e difusão do patrimônio capaz de despertar o interesse de pesquisadores da geografia em estudar o tema.

A análise geográfica do patrimônio cultural, em especial o edificado, contribui para que possamos conhecer o ordenamento sócio espacial das cidades tombadas. Conforme Santos (2009), a discussão entre geografia e patrimônio cultural, permite-nos entender os usos do espaço, funções, apropriações e consumo do patrimônio cultural estabelecidos no espaço geográfico. Além disso, segundo o autor, essa análise nos favorece compreender as mudanças

no espaço geográfico, tanto em sua morfologia, quanto do ponto de vista das funções de processo, pois o espaço geográfico é um conjunto de sistemas de objetos e ações humanas.

Santos (1977) conceitua o termo rugosidade, criado por ele próprio, no âmbito da geografia e da concepção espacial, tratando da refuncionalização das formas originais dispostas no espaço/lugar. Essas novas funções se dá em decorrência das dinâmicas espaciais. Destarte, podemos identificar a rugosidade no processo de refuncionalização dos centros históricos tombados, pois é comum atribuir novos usos às edificações, principalmente, aos prédios públicos, a fim de atrair visitas ao lugar, fomentar o turismo e, conseqüentemente, a economia.

Segundo Oliveira (2015) se compreendermos que as rugosidades não estão restritas apenas aos elementos fixos de diferentes contextos históricos, mas também à memória e às subjetividades do plano simbólico que as mesmas despertam, passamos a denominá-las de rugosidades patrimoniais.

De acordo com Monastirsky (2006) o patrimônio cultural estar inserido no espaço geográfico, onde o mesmo se apresenta como um bem importante de análise. Para o autor, o patrimônio cultural é constituído tanto por estratos do tempo, quanto pelos olhares do presente que juntos compõem desdobramentos conceituais sobre ele e o espaço em que está inserido. Assim, "quando o espaço transpõe o tempo na memória social ele torna-se patrimônio, campo conflituoso de representações sócio-políticas" (FIGUEIREDO, 2013a, p.56). De acordo com o autor, o geógrafo inicia seu olhar sobre o patrimônio a partir da própria espacialidade que é resultante da produção social.

Nigro (2010) ao citar autores como Graham, Ashworth e Tunbridge (2000), identifica três dimensões de uma geografia do patrimônio: espacial; significação, representação e identidade; bem econômico.

A primeira é que, mesmo o patrimônio sendo muitas vezes intangível e cambiante, ele é inerentemente espacial. Pois todo patrimônio ocorre em algum lugar e é patrimônio de alguém. A segunda dimensão é que, como o patrimônio atenta para as questões de significação, representação e identidade é de interesse da Geografia Cultural e Histórica Contemporânea. Segundo a autora, à Geografia interessa considerar o patrimônio como campo de tensões sociais e assim revelar como o passado é lembrado e representado e as implicações que isso tem no presente e na construção das relações de "pertencimento". Já a terceira dimensão refere-se ao patrimônio não só como um bem cultural, mas econômico, que

possui múltiplos usos e consumos, o que o transforma numa fonte de conflito entre interesses de grupos envolvidos.

Sobre esse contexto, Arantes (1987, p.48) corrobora: “No nosso ponto de vista, a questão da preservação do patrimônio é um campo de análise extremamente pertinente à Geografia, pois aponta para elementos significativos da produção social do espaço, já que ele, antes de tudo é sempre uma forma de intervenção. ”

Gomes (1996) destaca que uma das características do geógrafo é ser um observador capaz de interpretar a representação humana no espaço. Nesse sentido, podemos entender que a leitura geográfica do patrimônio é essencial para o entendimento das relações do homem com o espaço construído e a valoração deste espaço/lugar, enquanto identidade cultural para o grupo que nele habita.

A Geografia humanista propõe novas análises de valores, representações simbólicas, sociais, conceitos de lugar, espaço, etc.

Dessa forma Nigro (2010, p. 65) colabora:

A Geografia humanista procura retomar algumas características fundamentais do humanismo, como a subjetividade do saber, que fará com que o espaço seja visto como um campo de representações simbólicas carregado de significações e marcado pela vivência e afetividade. [...] no bojo dos referenciais marxistas e humanistas presentes nos estudos geográficos nos últimos anos, desenvolvem-se cada vez mais pesquisas revelando a intersecção entre o patrimônio cultural e a Geografia.

2.2. A maneira do tombamento da cidade de Porto Nacional

Conforme a Ata da 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural²⁴, Iphan, o tombamento do centro histórico de Porto Nacional foi aprovado no dia 27 de novembro de 2008, por ocasião da referida reunião.

Segundo informações do Parecer Técnico 003/2008DEPAM/IPHAN²⁵, o Dossiê de Tombamento de Porto Nacional, aberto sob o número 01450.005680/2008-88 e, que, além dessa numeração, recebeu também o número 1.553-T-08 para continuidade da Série Histórica "Processos", do Arquivo Central do Iphan, foi elaborado em novembro de 2007 em parceria entre a 14ª Superintendência Regional/Iphan - GO, a Fundação Cultural do Estado do Tocantins e a Prefeitura Municipal de Porto Nacional (IPHAN, 2008b).

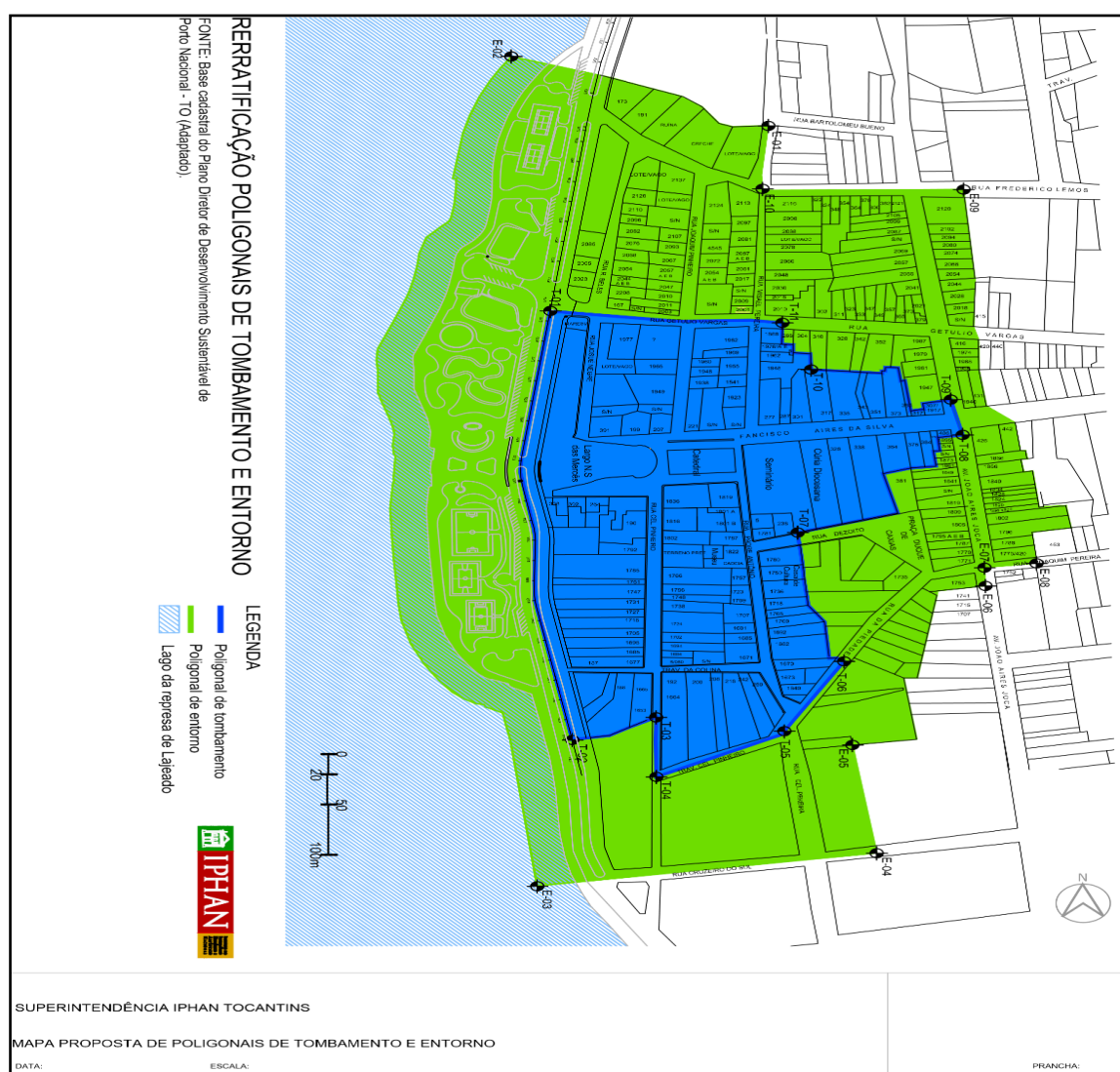
²⁴ O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural é órgão colegiado de decisão máxima do IPHAN para as questões relativas ao patrimônio material e imaterial.

²⁵ DEPAM/IPHAN – Departamento do Patrimônio Material do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural.

De acordo com Documento de Certificação do DAF/IPHAN²⁶, o centro histórico de Porto Nacional, foi inscrito no Livro de Tombo Histórico, Volume 3, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no dia dezessete de novembro de 2011 (IPHAN, 2007).

A área tombada de Porto Nacional já passou por revisões na sua poligonal. Em 2012, ocorreu a rerratificação da poligonal de tombamento, publicada no Diário Oficial da União, no dia 15 de outubro de 2012 (Figura 2). A homologação se deu através da Portaria nº 111, de 15 de outubro de 2014, publicada no Diário Oficial da União, Seção – 1, nº 200, em 16 de outubro de 2014.

Figura 2. Rerratificação do tombamento de Porto Nacional-TO



Fonte: Superintendência do Iphan/TO, 2012.

²⁶ DAF/IPHAN – Departamento de Articulação e Fomento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Segundo o Iphan (2014) a rerratificação da poligonal de tombamento de Porto Nacional foi evidenciada durante as atividades de fiscalização e na emissão dos pareceres de obras/ e ou serviços na área protegida. Conforme documento de justificação da rerratificação, a poligonal anterior (que foi aprovada com o tombamento em 2008) possibilitava que no mesmo conjunto de casarios pareados fosse possível realizar intervenções sem preservar as características arquitetônicas, uma vez que no entorno regulamenta-se apenas a ambiência (IPHAN, 2014). Além disso, segundo o referido documento, havia questionamentos por parte dos moradores na delimitação da poligonal de tombamento. O que também, segundo o Iphan, justifica a ampliação, tanto da área tombada, quanto da área de entorno.

Sobre a poligonal de entorno, segundo a autarquia, ampliou-se em pontos de forma que pudesse haver uma transição entre a área tombada e o restante da cidade. Ampliou-se também 20 metros para dentro do lago com o “objetivo de dar ao Iphan legitimidade para opinar sobre elementos como aterros, trapiches, ou outros que venham a ser propostos para a faixa da borda de água da cidade situada em frente ao centro histórico”. Em outro local, ocorreu redução na extremidade da Rua João Aires Joca (IPHAN, 2014).

Apresentaremos a seguir, uma síntese das razões para o tombamento, apresentadas, através do dossiê de tombamento do centro histórico de Porto Nacional:

O tombamento de Porto Nacional visa resgatar a história do itinerário que vai de Cavalcante, ao sul, à Porto Nacional, ao norte; As três esferas, representadas pelo Iphan, Fundação Cultural do Tocantins (FCT) e a Prefeitura Municipal de Porto Nacional, estão empenhadas na preservação da cidade; O Iphan e a FCT assessoram a prefeitura e realizam trabalhos conjuntos, entre essas ações destacam-se, o inventário dos imóveis situados no centro histórico (realizados em 2004 e 2005), restauração de dois imóveis (antiga cadeia e casa de câmara); **Partiu da prefeitura a iniciativa de elaborar o dossiê de tombamento**; A prefeitura ofereceu à 14ª SR do Iphan um imóvel para sediar o escritório técnico da autarquia na cidade, bem como, a contratação de um historiador e um arquiteto para dar apoio ao processo de tombamento; **Como se vê, o momento é propício ao tombamento**(IPHAN, 2007, p.37, grifo nosso).

Podemos observar que há algumas contradições no que diz respeito as informações do Iphan em relação ao próprio dossiê de tombamento de Porto Nacional.

Percebe-se nas razões para o tombamento do centro histórico de Porto Nacional apresentadas no dossiê, que havia uma perspectiva, talvez excessivamente otimista por parte do Iphan, principalmente, no que tange aos efeitos positivos que o tombamento traria para Porto Nacional. Constata-se esse “excesso” de otimismo, quando é destacada a situação da conjuntura para o tombamento. Podendo ser verificada na frase: “como se vê, o momento é

propício para o tombamento” (IPHAN, 2007, p. 37). O que mais chama a atenção é que esta afirmação se dá após o apontamento de que a Prefeitura de Porto Nacional ofereceu um imóvel para sediar o escritório técnico do Iphan, bem como, prometeu a contratação de um historiador e um arquiteto para “administrar” o tombamento.

No entanto, é possível deduzir quenunca esteve nos planos do Iphan abrir um escritório técnico em Porto Nacional, como não ocorreu até o momento.

Além disso, pode se questionar o interesse e as prioridades do Iphan a respeito do tombamento do centro histórico de Porto Nacional, uma vez que a autarquia, dá ênfase a promessa da Prefeitura de Porto Nacional em doar um espaço para o escritório e contratar dois profissionais (um arquiteto e um historiador) como razões para o tombamento. Até porque, quem é responsável diretamente pelas orientações e principalmente, pela fiscalização no âmbito do bem tombado é a esfera que executa o tombamento. Neste caso, o próprio Iphan, não podendo essa responsabilidade direta ser transferida para terceiros.

Destarte, podemos avaliar que em algumas situações, esse otimismo mencionado anteriormente, pode ter sido repassado de forma demasiada pelos autores do tombamento e/ou atores sociais que coadunavam para os habitantes do lugar. Justifica-se isso, com a opinião dos moradores (obtida durante as conversas eventuais) em que todos afirmam que o Iphan fez muitas promessas e não as cumpriu. Dentre essas promessas feitas pelo Iphan, constatamos através das referidas conversas, as seguintes:

- ❖ “As casas seriam reformadas”;
- ❖ “Os proprietários teriam facilidades nos financiamentos para conservação dos imóveis”;
- ❖ “O centro histórico seria reformado”;
- ❖ “Iria haver investimento no centro histórico”;
- ❖ “Os moradores receberiam recursos para reformar suas casas”;
- ❖ “O Iphan estaria presente orientando os moradores”;
- ❖ “O tombamento fortaleceria a economia da cidade através do turismo”.

É importante ressaltar que num processo de mobilização que visa a proteção de um bem cultural, faz-se necessário que os agentes públicos atuem com transparência na comunicação com a sociedade do bem a ser protegido. Dirimir dúvidas a respeito da proteção de um bem e seus efeitos devem ser metas a serem alcançadas.

Uma possível falta de transparência na comunicação do órgão responsável pelo tombamento do centro histórico de Porto Nacional com os moradores do lugar, pode ser identificada nas conversas realizadas com os mesmos para fins desta pesquisa. Citamos como exemplo o depoimento da conversa nº 11²⁷: “[...] no momento todo mundo apoiou o tombamento, nem tinha como não apoiar, disseram pra nós que nossas casas iam ser todas reformadas, que ninguém ia pagar nada, que a gente não precisava se preocupar, que era direito nosso, que o centro histórico ia ficar muito bonito [...].”

Ressaltamos que, conforme Decreto Lei nº 25 de 1937, o proprietário do bem tombado de caráter particular tem obrigações de realizar obras de conservação necessárias à preservação do bem (BRASIL, 1937). Caso o proprietário não tenha condições para realizar as obras de conservação deverá comunicar ao Iphan e comprovar a sua insuficiência financeira. Dessa forma, conforme a legislação supracitada, somente os proprietários que comprovarem não ter condições financeiras para realizar os serviços de conservação é que terão seus imóveis conservados pelo Estado.

Segundo Magalhães (1985, p. 186) a solução para a conservação do patrimônio era a conscientização da comunidade: “O melhor guardião de um bem cultural é o seu dono”.

No entanto, ainda sobre a comunicação com os detentores do bem, Barcelos e Almeida (2017, p.6) fazem alusão à Declaração de Amsterdã:

De acordo com a Declaração de Amsterdã²⁸ (1975), as informações precisam ser claras e acessíveis, pois são elas a base para as decisões que devem ser tomadas com a participação da população. Os poderes locais devem comunicar suas experiências e instaurar uma troca constante de informações e ideias. Deve também explicar à população o valor histórico e arquitetônico das edificações a serem conservadas e fornecer indicações sobre regulamentos e normas.

É possível constatar que a comunicação do Iphan com os moradores do centro histórico tombado de Porto Nacional, ainda é incipiente. Podemos justificar esta afirmação na fala do então Superintendente da autarquia, Marco Aurélio Zimmermann, em entrevista²⁹ para fins desta pesquisa. Perguntado como estava sendo feita a comunicação do Iphan com a comunidade de Porto Nacional, o então superintendente responde: “Olha, você não vai acreditar, mas até hoje, fazendo um ano que tomei posse, nós não tivemos uma reunião com a comunidade [...].”

²⁷ Conversa nº.11, realizada no dia 05 de dez. 2017.

²⁸ Declaração de Amsterdã, 1975. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>>, acesso em 26/02/2018.> Acesso em 24 de abr. 2018.

²⁹ Entrevista realizada no dia 23 de mar. 2018.

Conforme descrito no dossiê de tombamento de Porto Nacional, a intenção primeira do Iphan era tombar apenas a catedral Nossa Senhora das Mercês (Figura 3) porém, segundo a autarquia, uma melhor observação do lugar e o contato com seus agentes fizeram com que o órgão entendesse a importância de ampliar a área de proteção:

Inicialmente pensou-se em preparar um dossiê para tombamento de seu monumento maior, a catedral de N. Sra. das Mercês. No entanto, uma observação mais acurada, a vivência da cidade, a fala de seus agentes sociais e, sobretudo o clima positivo, em que encontramos a cidade, levaram-nos a perceber que um conjunto significativo de por volta de 64 casas em torno daquele edifício merecia ser preservado. Esse conjunto de edificações, além de dar suporte ao monumento, propicia um melhor entendimento da história da cidade como um todo. (IPHAN, 2007, p.11).

Figura 3. Catedral Nossa Senhora das Mercês de Porto Nacional - TO



Fonte: SANTOS, 2018.

Ao analisar o dossiê de tombamento, nota-se uma mudança significativa de planejamento por parte do Iphan no que tange à área protegida em Porto Nacional pela autarquia.

Conforme relata o próprio Iphan (2007, p.13):

A área então delimitada por uma poligonal irá ser descrita mais tarde e, acredita-se é a mais representativa deste centro histórico. Abrange aproximadamente 250 edificações e resguarda as miradas dos principais pontos focais contidos na malha, ou até fora dela como é o rio/lago, englobando a Avenida Beira Rio no trecho em frente ao centro histórico.

2.2.1. O dossiê de tombamento de Porto Nacional a sua maneira

“Partiu da prefeitura a iniciativa de elaborar o Dossiê de tombamento, proposta essa logo acolhida e apoiada pelo Iphan” (IPHAN, 2007, p.18, grifo nosso). O motivo do grifo é em função de que há uma dicotomia entre a fala do Iphan e a fala do prefeito de Porto Nacional, na época do tombamento). Nesta frase, trazida no corpo do dossiê de tombamento de Porto Nacional, é possível perceber uma inconformidade entre a mesma e o real apresentado no processo do referido tombamento. Inconformidade também percebida na fala do então prefeito de Porto Nacional, na época, Paulo Sardinha Mourão. A referida frase, conforme apresentada no dossiê, dá a entender que foi a prefeitura que elaborou o dossiê de tombamento (ver anexo A). No entanto, isso não se configura no processo nº. 1.553-T-08 e, é contradita pelo então prefeito de Porto Nacional, no período em que ocorreu o tombamento, em entrevista³⁰, para fins desta pesquisa.

Perguntado ao então prefeito, Paulo Sardinha Mourão, quem foi o responsável pela a elaboração do dossiê de tombamento de Porto Nacional, o mesmo afirmou: “Foi o Iphan, foi o Iphan quem contratou a empresa”.

Conforme Iphan (2007) para delimitar a área de tombamento e seu entorno foi utilizada a poligonal definida pela FCT, quando esta realizou o inventário dos bens imóveis – INB-SU,³¹ do centro histórico da cidade, em 2004.

A necessidade de delimitação da área de entorno veio a seguir, impondo-se de uma maneira natural. A Fundação Cultural do Tocantins, em 2004, imbuída, também de sentido preservacionista, realizou o inventário de aproximadamente 250 bens imóveis no centro histórico. Para isso foi delimitada uma área dentro da qual se presume estaria o grosso das edificações ditas históricas, sem privilegiar estilos ou épocas. (IPHAN, 2007, p.11).

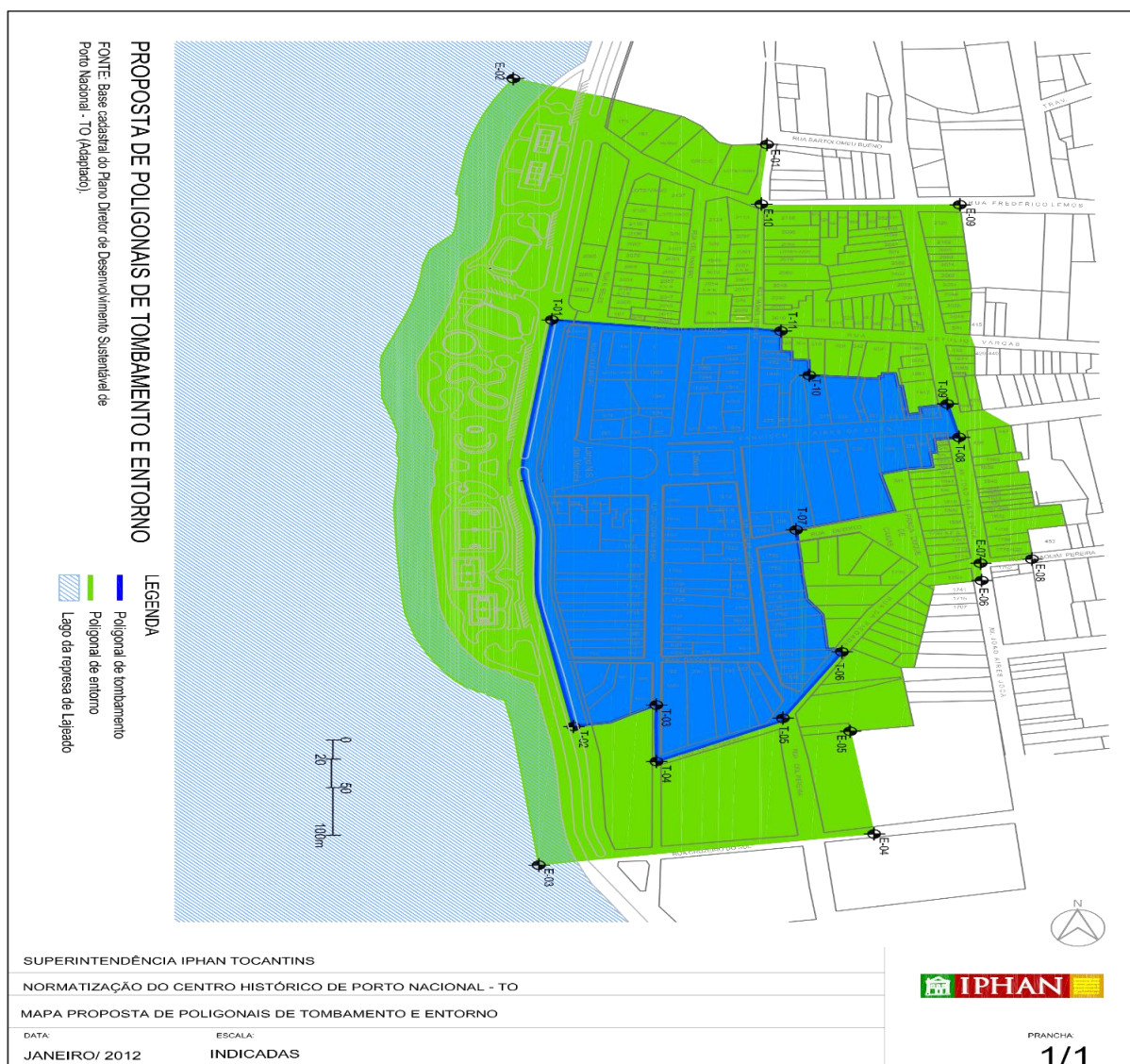
Iphan (2007) aponta que é possível constatar que a definição da poligonal de tombamento (Figura 4) de Porto Nacional, foi de fato, uma demarcação já existente, delimitada para a realização do inventário de bens imóveis, feita pela FCT:

Para delimitar a área que corresponde ao centro histórico, parte-se do que já está demarcado no Plano Diretor. No caso de Porto Nacional optou-se pela área traçada pela Fundação Cultural do Tocantins, FCT, quando da elaboração do inventário nacional de bens imóveis, realizado em 2004/2005, por esse órgão. Essas duas demarcações de área são, embora não coincidentes, bastante aproximadas (IPHAN, 2007, p.11).

³⁰ Entrevista realizada no dia 23 de dez. 2017

³¹ INB-SU – Inventário de bens imóveis em sítios urbanos (IPHAN).

Figura 4. Primeira poligonal de tombamento do centro histórico de Porto Nacional - TO



Fonte: Superintendência do Iphan/TO, 2012.

A decisão do Iphan em utilizar a delimitação realizada pela FCT em 2004, por ocasião do inventário dos bens imóveis, nos possibilita a presumir que a autarquia perdeu uma oportunidade de conhecer de forma mais apropriada às características dos imóveis de Porto Nacional e principalmente, de construir um diálogo mais técnico com moradores e proprietários de imóveis da área tombada.

De acordo com Iphan (2007) o Dossiê de tombamento do centro histórico de Porto Nacional, foi elaborado no ano de 2007. O mesmo é composto por dois volumes: o primeiro, além de informações históricas sobre a cidade, contém também registros fotográficos, plantas cadastrais, análises de alguns exemplares arquitetônicos e informações sobre o patrimônio imaterial. Já o segundo volume é composto apenas de registro fotográfico do centro histórico.

O Dossiê de tombamento de Porto Nacional foi alvo de questionamentos por parte dos membros do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural por ocasião da sua 59ª reunião, que tinha como um dos pontos de pauta o tombamento de Porto Nacional.

Conforme Ata do Conselho Consultivo, a 59ª reunião foi presidida pelo então presidente do Iphan, Luiz Fernando de Almeida e contou com a presença dos seguintes conselheiros: Augusto Carlos da Silva Telles, Breno Bello de Almeida Neves, ItaloCampofiorito, Marcos Castilho de Azambuja, Maria Cecília Londres Fonseca, Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, Nestor Goulart Reis Filho, Paulo Ormino David de Azevedo, Roque de Barros Laraia, Sabino Machado Barroso, Ulpiano Toledo Meneses. Representante da sociedade civil, Heloisa Helena Costa Ferreira - representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, José Liberal de Castro, representante do Instituto de Arquitetos do Brasil e Suzanna do Amaral Cruz Sampaio representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (IPHAN, 2008a).

Segue observações feitas por alguns conselheiros a respeito dos documentos que compunham do Dossiê de tombamento de Porto Nacional.

Conselheira, Myriam Andrade Ribeiro:

[...] acho que fomos um pouco vítimas de duas coisas. Primeiro, do vídeo que foi apresentado: O fotógrafo se apaixonou pelos elementos, nos mostrou muitos detalhes, mas não nos apresentou um conjunto. Esse vídeo não deu uma ideia do que é Porto Nacional a partir do que foi apresentado [...] (IPHAN, 2008a, p.14).

Conselheiro, José Liberal de Castro:

Ouvi com atenção os Conselheiros se expressarem e percebi perfeitamente, entendi bem a posição que do Conselheiro Nestor Goulart assume nesse problema. Na verdade, pode ser que estejamos sendo vítimas daquilo que a Conselheira Myriam Ribeiro já falou: o vídeo não dá ideia alguma do conjunto”. [...] o processo não- vem acompanhado de documentação específica. No processo não há desenhos, o vídeo não mostra nada, não conheço Porto Nacional. Fico na dúvida (IPHAN, 2008a, p.15).

Luiz Fernando de Almeida³²:

Agradeço muito, compartilho da sua opinião, acho que realmente há problema a ser superado da apresentação do dossiê se ateu basicamente ao mérito. Acho que a Conselheira Jurema Machado comentou também em nossa última reunião que precisamos construir os processos de tombamento de tal maneira que os critérios de

³² Atual presidente do Iphan, ano 2018.

conservação estejam absolutamente claros. [...] realmente acho que deixamos a desejar na apresentação de Porto Nacional [...] (IPHAN, 2008a, p.16).

O que foi exposto sobre o Dossiê de tombamento de Porto Nacional, tanto pelas críticas feitas pelos conselheiros do Conselho Consultivo do Iphan, quanto pelo o que o próprio dossiê traz no seu escopo, nos permite pensar que a produção do documento que embasou a proposta de tombamento, teve mais uma conotação política do que técnica. Ou foram incipientes os cuidados técnicos necessários para a justificação do tombamento de Porto Nacional.

Sobre a fragilidade técnica do dossiê, Nascimento e Balsan(2017, p.128) analisam:

Os gestores municipais da época teriam que ter mais rigor na seleção da documentação como o histórico dos imóveis mais evidentes e antigos da cidade, por exemplo, a genealogia da família pertencente ao imóvel, bem como sua arquitetura (estilo colonial), um manual ilustrativo de cada imóvel com imagens internas e externas para melhor visualização entre outros. Há indícios aqui de que houve pouca informação no que se refere à comprovação por meio da documentação talvez, esse seja um dos motivos em que a maioria dos conselheiros foram desfavoráveis ao tombamento de Porto Nacional/TO.

A respeito das ponderações feitas por Nascimento e Balsan (2017) é importante mencionar que as autoras, ao falar do rigor que os gestores municipais deveriam ter tido na seleção da documentação que compunham o dossiê de Porto Nacional, baseiam-se no que afirma o próprio documento do Iphan (2007, p.62): “Partiu da prefeitura a iniciativa de elaborar o dossiê de tombamento, proposta essa logo acolhida e apoiada pelo Iphan”.

No entanto, esta afirmação já foi contradita Sr. Paulo Sardinha Mourão, na época, prefeito de Porto Nacional, em entrevista³³: “Foi o Iphan, foi o Iphan quem contratou a empresa”. É importante ressaltar também que não há no Processo de Tombamento de Porto Nacional, disponibilizado pela Superintendência do Iphan/TO, nenhum documento que comprove a autoria do dossiê por parte da prefeitura.

2.3. O modo ou ausência de mobilização na proteção de um bem cultural

Conforme Iphan (2014) a mobilização social ao longo da preparação de um grupo detentor para a proteção de um bem é considerada uma condição essencial para que o processo avance. Nesse momento, o estado se aproxima da sociedade apresentando a proposta para a titulação do bem como patrimônio cultural. A sociedade aceita ou não a proposta e, por

³³ Entrevista realizada no dia 23 de dez. 2017.

sua vez, apresenta seu ponto de vista e aponta questões que podem ser elaboradas como recomendações para a proteção.

Entende-se que a mobilização deve ser realizada através de ações sensibilizadoras, baseadas num discurso transparente em que, a meta principal deve ser alcançar o maior número de pessoas que serão avultadas com a proteção do bem, e delas, elucidar o máximo de dúvidas que as tenham sobre os efeitos da proteção de um bem cultural e o papel dessas pessoas na preservação do bem protegido.

No período denominado de fase heróica³⁴ do Iphan, que corresponde a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937-1969) havia uma preocupação para que a comunidade se apropriasse do patrimônio nacional. Essa preocupação se justificava através do discurso nacionalista de que aquela era a nossa cultura, nossa identidade. Nesse período, de acordo com Fonseca (2005) empreendeu-se campanhas de informação e publicações sobre o valor patrimonial que de certa forma, não alcançou as expectativas, pois devido ao fato das publicações serem muito técnicas, a população permaneceu-se indiferente à causa.

Segundo Fonseca (1997) foi a partir da criação do CNRC, no ano de 1975, por Aloísio Magalhães, que a questão de apropriação do patrimônio cultural pela comunidade, transformou-se em ações mais consistente. O lema do discurso dessas ações era: “a comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio” (FONSECA, 1997, p. 185).

Sabemos que, quem primeiro deve eleger um bem como patrimônio cultural é o detentor desse bem. Porém, o Estado através do seu órgão representante (neste caso o Iphan), no exercício da função de proteger um bem cultural, deve utilizar mecanismos de sensibilização do grupo detentor, a fim de despertar nas pessoas que serão alcançadas diretas ou indiretamente com o Ato de proteção (no caso de Porto Nacional, o tombamento) possam se sentirem sujeitas no processo de proteção e preservação dos bens culturais com os quais se relacionam.

Ao analisarmos o Processo nº. 1.553-T-08, referente ao tombamento de Porto Nacional, não encontramos no mesmo, algum documento (ata de reunião, folder, panfleto, etc.) que comprovem ou tenham servido de suporte para as ações mobilizadoras e sensibilizadoras dos moradores e proprietários de imóveis do centro histórico durante o processo de tombamento. Sobre esse tema, Nascimento (2014, p.96) discorre: “[...] já

³⁴Essa primeira fase do Iphan, em que Rodrigo Melo Franco de Andrade esteve no comando, é conhecida como a fase heróica, já que além de contribuir para o fortalecimento da instituição, também foi necessário estabelecer uma série de medidas para preservar o patrimônio histórico e cultural do Brasil.

(37,50%) dos moradores afirmam que não houve nenhum tipo de comunicação, seja ela oralizada, via comunicação impressa, ou mesmo um plebiscito". Segundo a autora, o tombamento de Porto Nacional foi motivado por interesses políticos, administrativos e econômicos.

Diante dessa realidade, bem como, se utilizarmos a máxima de que o processo fala por si só, podemos questionar a realização das referidas ações, ou pelo menos, o alcance das mesmas junto aos moradores e proprietários de imóveis do centro histórico de Porto Nacional.

Torna-se importante ressaltar que a falta de esclarecimento geral sobre o significado do tombamento, num processo com características burocráticas e de gabinete, sem diálogo e comunicação transparente com os atingidos pelo ato, pode causar sérios problemas no decorrer da aplicação das normativas de preservação.

Destarte, entende-se que a participação social na preservação de um bem cultural, tangível ou intangível, é fundamental em todas as fases do processo de proteção do bem. Conforme Declaração de Amsterdã (1975) a população deve, baseadas em informações objetivas e completas, participar realmente, desde a elaboração dos inventários até a tomada de decisões.

Entretanto, faz-se necessário compreender que as ações sensibilizadoras (ou educativas) devem ser um processo contínuo, respeitando as características de cada etapa vivenciada numa dinâmica dialógica e transparente entre técnicos e detentores do bem cultural.

Conforme a Carta de Petrópolis, “a preservação do Sítio Urbano (SHU) deve ser pressuposto do planejamento urbano, entendido como processo contínuo e permanente, alicerçado no conhecimento dos mecanismos formadores e atuantes na estruturação do espaço” (IPHAN, 1987, p.2).

Segundo Horta, Grunberg e Monteiro (1999) a dinâmica dialógica e contínua empreendida entre o grupo social e o poder público, através dos técnicos do patrimônio cultural, faz parte das ações educativas ou educação patrimonial:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a

geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA, GRUMBERG e MONTEIRO, 1999, p.1).

No caso de Porto Nacional, é possível que durante o processo de tombamento, não tenha havido a atenção necessária do órgão responsável, no desenvolvimento de ações educativas que visassem à preparação dos moradores e proprietários de imóveis do centro histórico, sobre os efeitos da proteção do bem. É visível a falta de conhecimento dos habitantes do lugar, no que diz respeito às normas de preservação adotadas pelo o Iphan, bem como, o papel do órgão protetor, dos moradores e proprietários na conservação dos bens culturais. Essa constatação, pode ser justificada pela ausência de documentos no processo nº1.553-T-08, que comprovem a execução de ações educativas, bem como, nas falas dos moradores durante as conversas eventuais, realizadas para fins dessa pesquisa, que demonstram que os referidos moradores do centro histórico tombado em Porto Nacional, não participaram do processo de tombamento do lugar.

Nascimento (2014) demonstra a falta de informação dos moradores do centro histórico de Porto Nacional sobre o processo de tombamento:

Um resultado que nos chamou bastante atenção foi a falta de informação dos moradores sobre o processo de tombamento, pois, dos 72 entrevistados, apenas (21,42%) conheciam o processo de tombamento ou tinha ouvido falar. Enquanto (78,57%) desconheciam o processo de tombamento composto por dois documentos, a Ata de Tombamento e o Dossiê. Quando ficaram sabendo do tombamento, sua casa já estava tombada e não poderia mais sofrer nenhum tipo de alteração, caso contrário sujeito a punições (NASCIMENTO, 2014, p.96).

Conforme dados obtidos nas conversas eventuais com moradores do centro histórico de Porto Nacional, foi possível identificar que a maioria dos moradores que participaram das conversas, afirmam que não ficaram sabendo ou não participaram de reunião para tratar do tombamento durante o processo que estava em curso. Ainda segundo afirmações desses moradores, os mesmos não participaram de reunião por não ficarem sabendo da realização das mesmas (Tabela 2).

Tabela 2. Quantidade de participantes em reuniões com o Iphan, entre janeiro de 2008 a outubro de 2018

Participação em reuniões durante o processo de tombamento	Nº	Participação em reuniões após o tombamento	Nº	Total de Conversas
Não participou de reunião	25	Não participou de reunião	20	-
Participou de uma reunião	10	Participou de uma reunião	15	-
Participou de duas ou mais reuniões	0	Participou de duas ou mais reuniões	0	35

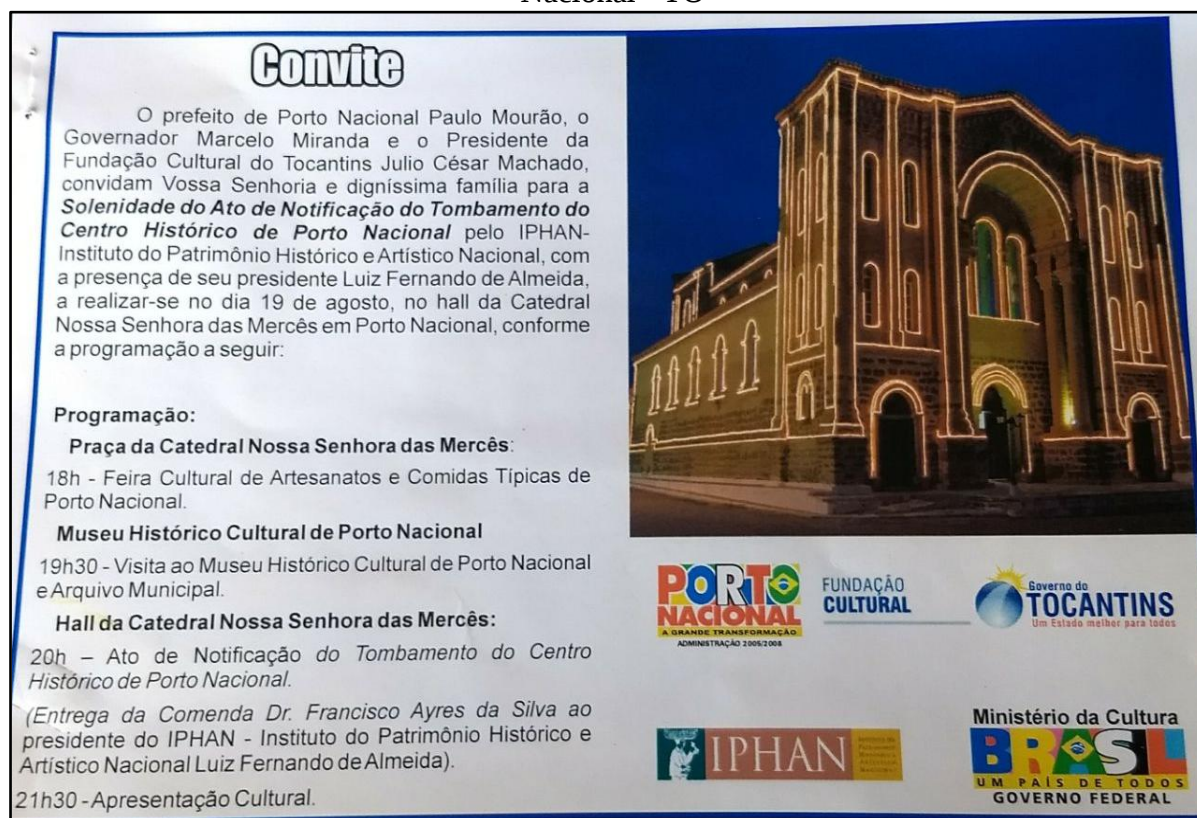
Fonte: Dados da pesquisa. Nota: Org. SANTOS, Antonio Miranda dos., 2018.

Conforme demonstrado na tabela anterior (Tabela 2) é possível verificar que durante o tombamento, não houve mobilização suficiente junto aos moradores do centro histórico de Porto Nacional, para que os mesmos pudessem entender o processo que estava em curso. Principalmente, no que tange aos efeitos do tombamento. Percebe-se ainda que nesses dez anos pós tombamento, o Iphan continua tendo pouco diálogo com os moradores do lugar tombado.

Durante a pesquisa de campo tivemos acesso à cópia impressa de um convite (Figura 5) destinado aos moradores (não se sabe se o convite foi destinado a todos moradores da cidade ou apenas aos moradores do centro histórico) para que os mesmos participassem de uma programação em que, um dos pontos de pauta seria o Ato de Notificação do tombamento do centro histórico.

É importante salientar que este convite não se encontra anexado no corpo físico do processo de tombamento do centro histórico de Porto Nacional, disponibilizado pela Superintendência do Iphan/TO.

Figura 5. Cópia do convite para Notificação do tombamento do centro histórico de Porto Nacional - TO



Fonte: Material cedido por Maria Lúcia Fernandes Rocha³⁵, 2018.

Ao analisar a cópia do convite percebemos que aquilo que pode ter sido o Ato de Notificação do tombamento, pode também ter recebido muito mais um caráter político personalista. O que nos permite os seguintes questionamentos:

a) Qual o objetivo do Iphan e dos órgãos parceiros do processo de tombamento de Porto Nacional em fazer do Ato de Notificação, um evento político, como por exemplo, a entrega de comendas?

b) Qual foi o alcance deste Ato de Notificação para os moradores do centro histórico de Porto Nacional?

Ressaltamos que, não há no dossiê de tombamento, nenhum registro sobre este referido evento.

³⁵ Moradora do centro histórico.

2.4. Geografia, lugar e tombamento

Conforme a expressão de Vidal de La Blache³⁶, “Geografia é a ciências dos lugares e não dos homens” (MORAES, 2005, p.24). Assim, na Geografia tradicional, o lugar era associado à ideia de região e localização geográfica.

Atualmente, diferentes correntes vêm trabalhando o conceito de lugar na Geografia através de outra ótica. Essas correntes se dividem entre uma abordagem marxista e uma abordagem fenomenológica e humanista. A análise marxista discute o conceito de lugar numa perspectiva do processo de produção do capital, enquanto a outra corrente (fenomenológica e humanista) conceitua o lugar numa ótica do cotidiano do espaço vivido.

Segundo Relph (2014) há pessoas que tem pouco interesse por lugares, assim como, há pessoas que não tem interesse ou possuem um sentido pouco desenvolvido de lugar. Porém, segundo o autor, a ciência geográfica seduz aqueles que têm sentido de lugar e promove melhoras desse sentido.

Neste trabalho, discutimos o lugar através de uma visão fenomenológica e humanista, dando ênfase ao espaço vivido, pois, os geógrafos humanistas definem o lugar enquanto uma experiência vivenciada pelos seres humanos num determinado espaço.

Conforme, Holzer (1999) a preocupação dos geógrafos humanistas, em conformidade aos princípios fenomenológicos é conceituar o lugar a partir da experiência vivenciada pelo homem num determinado espaço. Nesta linha de discussão, o referido autor contribui: “[...] estas ideias apontam para um dado: o da semelhança entre o que os fenomenólogos chamam de "mundo" e o que os geógrafos humanistas denominam de "lugar; o do "lugar" como um dos constituintes básicos da Geografia, como uma de suas essências” (HOLZER, 1999, p. 70).

Segundo Lukermann (1964) o lugar é a base de sustentação dos estudos geográficos, pois ter consciência do lugar é ter consciência da realidade. Segundo o autor, o conhecimento do lugar é o simples fato da experiência.

De acordo com Oliveira (2014) desde o início da geografia humanista, o lugar passou a ser a essência da ciência geográfica. Ainda segundo a autora: “As dimensões significativas do lugar, que na realidade é o sentido que se atribui a este ou aquele (o meu ou o nosso lugar), são pensadas em termos geográficos a partir da experiência, do habitar, do falar e dos ritmos e transformações” (OLIVEIRA, 2014, p.15).

³⁶Paul Vidal de La Blache, foi um geógrafo francês, considerado um dos maiores nomes da geografia mundial, fundador da corrente denominada Possibilismo.

Para Tuan (1974) apud Holzer (1999) o lugar é uma realidade que é explicado sobre as perspectivas das pessoas que lhe dão significado através da experiência, portanto ele é mais substancial do que a localização.

Yi-Fu Tuan, conforme afirmação supracitada, percebe o lugar não apenas enquanto uma localização, mas, principalmente, como significado atribuído por quem o habita. Para conceituar o lugar, o referido autor, dá ênfase a experiência vivida no espaço localizado. Nogueira (2013, p.86) referindo-se a Tuan, ressalta: “Este autor, não concebe aqui o lugar sem os homens, nos faz refletir sobre a possibilidade de que a relação que se estabelece com o lugar é resultado também da relação que se estabelece com os homens que nele habitam”. Segundo a autora, o lugar é um mundo de significados que são adquiridos através da experiência humana e mostrado pelo o que eu experiencio, bem como, pela a experiência do outro.

Oliveira (2014) corrobora com a discussão sobre o lugar a partir da experiência vivida da seguinte forma: “É o lugar experienciado como aconchego que levamos dentro de nós. Ou o lugar consciente do tempo social histórico, recorrente e mutável, no transcorrer das horas do tempo em um espaço sentido dentro de um lugar interior ou exterior” (OLIVEIRA, 2014, p.16).

Em Holzer (1999) é possível perceber o conceito de lugar a partir das experiências vividas, porém, não se pode perder a noção da essência espacial:

Proponho que se defina o lugar sempre como um centro de significados e, por extensão, um forte elemento de comunicação, de linguagem, mas que nunca seja reduzido a um símbolo despido de sua essência espacial, sem a qual torna-se outra coisa, para a qual a palavra "lugar" é, no mínimo, inadequada (HOLZER, 1999, p. 78).

Nesse sentido, Tuan (2013) no seu clássico livro "Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência", afirma não haver necessidade de se fazer esforço para estruturar nosso espaço, uma vez que esse espaço em que nos movemos, integrante de nosso cotidiano é de fato nosso lugar. Ainda segundo o autor, os lugares podem se fazer visíveis por meio de inúmeros meios: rivalidade ou conflito com outros lugares e manifestações de arte e arquitetura.

Percebe-se que o lugar é fruto de uma construção heterogênea de hábitos e interesses baseados na ação e reação humana no contexto do espaço vivido. Entendemos que é a experiência vivida pelas pessoas, a relação que as mesmas desenvolvem entre elas e com o espaço localizado nos seus diversos âmbitos, que faz nascer o sentimento de pertença, fator primordial para a construção da identidade do lugar.

Sobre o sentimento de pertencimento, Tuan (2013) enfatiza que é uma experiência diferente e cultural porque comporta um “sentido de lugar”. Assim, o encanto pelo sítio histórico se deve às “qualidades inerentes dos hábitos arraigados e ao direito moral que as pessoas têm de manter seus costumes típicos contra as forças das modificações”. Este raciocínio de Tuan, nos permite compreender que o tombamento pode ser uma das formas de lutar contra as forças das modificações, uma vez que este mecanismo protege a originalidade dos sítios históricos.

Compreende-se que é o sentimento de pertença que faz nascer o caráter indentitário do lugar. Esse caráter se constrói através da relação interpessoal entre o grupo e deste, com o espaço localizado. Podemos afirmar que esta relação pode ser considerada uma relação de intimidade construída no contexto do lugar.

Sobre o lugar íntimo Tuan (2013, p.176) enfatiza: “O lar é um lugar íntimo. Pensamos na casa como lar e lugar, mas as imagens atraentes do passado são evocadas não tanto pela totalidade do prédio, que somente pode ser visto, como pelos seus elementos e mobiliários que podem ser tocados [...]”.

Na obra "Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência", Tuan (2013) ressalta que os lugares íntimos existem a partir do momento em que as pessoas estabelecem contatos, sendo que esses lugares íntimos se tornam lugares transitórios e pessoais. Segundo o autor, esses lugares ficam gravados na memória, sendo satisfatórios a cada vez que são lembrados. O autor acrescenta ainda que a cidade que nascemos também é um lugar íntimo. Pode até ser uma cidade simples, sem elegância arquitetônica, porém, nos ofendemos se alguém à crítica.

Segundo Relph(2014) apesar do contraponto de outras interpretações, no fundo elas se convergem no entendimento da importância do sentido do lugar para compreensão e correção da política neoliberal que diminui a qualidade de vida das pessoas. “[...] estudar e promover lugar, seja da perspectiva humanista, da perspectiva arquitetônica ou psicológica é uma prática de resistência” (RELPH, 2014, p.21). Ainda conforme o autor, a percepção de lugar baseado na fenomenologia poderá contribuir para que se encontre caminhos para lidar com reflexos de temas relacionados à globalização no local.

2.4.1. O lugar tombado em Porto Nacional

“Por que vocês não deixaram a floresta?

Não podemos sair de nosso lugar.

Por que?

Amamos ficar em nossa floresta.

Gostamos daqui.

É um lugar tranquilo para dormir.

É tépido.

Não é ruidoso.”

Yi-Fu Tuan (2013, p. 177)

Conforme Iphan (2008b) o tombamento do centro histórico de Porto Nacional foi aprovado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan, por ocasião da sua 59ª reunião, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 2008. Já contabilizando mais de uma década que o referido centro histórico se tornou patrimônio cultural brasileiro.

Segundo Burda e Monastirsky (2011) a composição do espaço urbano por parte do patrimônio cultural se dá, quando este mostra seus traços históricos e a história das relações sociais. Segundo os autores, a preservação do patrimônio edificado colabora para o reconhecimento identitário do indivíduo que, por sua vez, colabora com a integração deste com a sociedade.

Sobre a relação espaço/lugar e tombamento os autores supracitados salientam:

O espaço geográfico, considerado como espaço vivido e como consequência da prática social dos habitantes ao longo da história, demonstra-se também a partir da presença dos edifícios tombados, o Centro Histórico também como um espaço social, onde foi construído, produzido e projetado o espaço urbano (BURDA e MONASTIRSKY, 2011, p.117).

Conforme Pereira (2015) o patrimônio cultural, por meio da sua materialidade, bem como, pelos seus usos, suas funções e pela experiência cotidiana de seus detentores, torna-se um elemento importante para a análise espacial.

Na perspectiva da geografia humanista, a abordagem do patrimônio cultural edificado se dá, principalmente, no que diz respeito ao espaço urbano, transformado em lugar através da vivência de seus detentores, por meio das inter-relações e dos significados atribuídos ao bem cultural.

O geógrafo chinês, Yi-Fu Tuan, considerado um dos maiores humanista da geografia, contribui decisivamente para a compreensão da categoria de lugar no espaço urbano. O autor enfatiza a importância da preservação das características (arquitetônicas, tradições, etc.) do espaço/lugar para a idealização deste como um bem com sentido de lugar.

Nessa linha, Tuan (2013, p.213) discorre:

Uma cidade não se torna histórica simplesmente porque ocupa um mesmo sítio durante um longo tempo. Os acontecimentos passados não produzirão impactos no presente se não foram gravados em livros de história, monumentos, desfiles e festividades solenes e alegres que todos reconhecem fazer parte de uma tradição que se mantém viva. Uma cidade antiga guarda um acervo de fatos nos quais as sucessivas gerações de cidadãos podem se inspirar e recriar sua imagem de lugar.

Como já foi afirmado, os estudos do geógrafo Yi-Fu Tuan é uma das principais referências para a geografia humanista. Contribuindo de forma especial para a definição da categoria de lugar com base na fenomenologia. Utilizamos neste trabalho o conceito de lugar defendido pelo autor e através deste conceito, refletiremos sobre o patrimônio cultural no campo geográfico.

O Documento de Certificação DAF/IPHAN mostra que o centro histórico de Porto Nacional foi inscrito no Livro de Tombo Histórico³⁷ (IPHAN, 2007). Conforme portal Iphan³⁸, nesse livro são inscritos bens culturais em função de seu valor histórico para a sociedade.

No processo de observação do objeto de estudo, através das conversas eventuais com os moradores do centro histórico, foi possível perceber que na seleção de pertença dos mesmos, em relação a alguns espaços/lugares inseridos na área tombada, identificamos que a catedral e a praça da catedral são os lugares de maior referência. Perguntado aos moradores qual o melhor lugar do centro histórico além da sua própria residência, foi constatado um empate, em que, 35% dos moradores apontaram a catedral e outros 35% apontaram a praça da catedral como o melhor lugar. Observou-se que, a catedral e seu entorno é a maior referência cultural³⁹ para os moradores do lugar (Tabela 3).

³⁷Neste livro são inscritos os bens culturais em função do valor histórico. É formado pelo conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Brasil e cuja conservação seja de interesse público por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil. Esse Livro, para melhor condução das ações do Iphan, reúne, especificamente, os bens culturais em função do seu valor histórico que se dividem em bens imóveis (edificações, fazendas, marcos, chafarizes, pontes, centros históricos, por exemplo) e móveis (imagens, mobiliário, quadros e xilogravuras, entre outras peças).

³⁸ Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/busca?search_query=noticias+iphan%2Fto&do_search=y&buscar>

³⁹A expressão “referência cultural” tem sido utilizada sobretudo em textos que têm como base uma concepção antropológica de cultura, e que enfatizam a diversidade não só da produção material, como também dos sentidos

Em relação a transformação do espaço em lugar, Tuan salienta: “[...] o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado. [...] é possível descrever o lugar sem introduzir explicitamente conceitos espaciais [...] movemo-nos das experiências diretas e íntimas para aquelas que envolvem cada vez mais apreensão simbólica e conceitual” (TUAN, 2013, p.3-6, 151).

Sobre o conceito de patrimônio cultural, a vigente Constituição Federal do Brasil define: “[...] constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira[...].” (BRASIL, 1988, p.129).

Concatenando a definição de patrimônio cultural trazida pela a Constituição Federal com o conceito de lugar definido por Tuan é possível perceber a similaridade entre as duas concepções. Tanto a Carta Magna, quanto o autor, fazem alusão ao valor atribuído, à referência, à identidade. Tuan (2013) enfatiza o lugar vivido e experienciado. O lugar de significados que passa a ser apropriado com sentimento de pertença pelo grupo. Assim, similarmente, entendemos que para um bem tornar-se patrimônio cultural, faz –se necessário que o mesmo seja apropriado pelo grupo através do sentimento de pertencimento. É sabido que, quem primeiro deve valorar o seu patrimônio cultural é o grupo em que o mesmo está inserido.

Sobre o conceito de patrimônio cultural, Fonseca (2005) destaca que, é tudo que criamos, valorizamos e queremos preservar. Incluindo os monumentos, mas também, as edificações singelas, as obras de artes, mas também, as celebrações, as formas de expressões, os fazeres e saberes.

Em Tuan (2013) compreendemos que o lugar pode ser considerado uma referência cultural a partir das relações experienciadas entre o ser humano e o espaço vivido. Destarte, entendemos que a referência cultural pode vir a ser também um patrimônio cultural desde que concebida pelo grupo a partir da apropriação deste e o sentimento de pertença atribuído a ela.

É importante ressaltar que, o Iphan, ao elaborar a metodologia para o INRC no ano de 2000, elege o *lugar* como uma de suas categorias e define-a da seguinte forma:

e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais. Essa perspectiva plural de algum modo veio “descentrar” os critérios, considerados objetivos, porque fundada em saberes considerados legítimos, que costumam nortear as interpretações e as atuações do campo da preservação dos bens culturais. (INRC, 2000).

Toda atividade humana produz sentidos de lugar. Neste inventário serão incluídos especificamente aqueles que possuem sentido cultural diferenciado para a população local. São espaços apropriados por práticas e atividades de naturezas variadas (exemplo: trabalho, comércio, lazer, religião, política, etc.), tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernáculos quanto oficiais. Essa densidade diferenciada quanto a atividades e sentidos abrigados por esses lugares constitui a sua centralidade ou excepcionalidade para a cultura local, atributos que são reconhecidos e tematizados em representações simbólicas e narrativas. Do ponto de vista físico, arquitetônico e urbanístico, esses lugares podem ser identificados e delimitados pelos marcos e trajetos desenvolvidos pela população nas atividades que lhes são próprias. Eles podem ser conceituados como lugares focais da vida social de uma localidade (IPHAN, 2000, p.32).

Vale enfatizar que nessa ótica, o lugar para o patrimônio cultural, de acordo com Iphan (2000) não necessariamente tem um sentido de pertencimento. Ele pode estar atribuído apenas à comodidade e ou, à necessidade do desenvolvimento de algumas práticas e atividades humanas. Podendo elas ter cunho político ou religioso, comercial ou de lazer, bem como, de caráter cotidiano ou excepcional. É possível entender que o lugar para o Iphan, diferentemente do lugar para a geografia humanista, não tem relações de pertencimento, mas sim, de funções, atribuições e usos.

Contrários ao significado do lugar para o Iphan, entendemos que o lugar tem que ter apego, emoção, referências socioculturais, pertencimento, etc. São esses sentimentos que nos permitem valorar o bem cultural e, assim, preservá-lo para que o mesmo se torne uma herança para as gerações futuras.

Segundo Pereira (2015) o centro histórico de Porto Nacional é um lugar de referência cultural, pois é valorado com significado construído pelos habitantes. Porém, quanto ao sentido de lugar do centro histórico para os moradores, em Pereira (2014) a autora salienta que esse sentimento se dá “da porta da casa para dentro”. O ambiente interno das residências, incluindo seu acervo (mobiliário, obra de arte, etc.) é o que tem de relevância quanto significado e pertencimento. Podemos considerar neste caso que, a residência é a maior identidade dos habitantes do lugar.

Tuan (1980, na sua obra *Topofilia*,⁴⁰ denomina as áreas fora do domínio da residência como áreas de limites, sobre elas o autor reflete:

O sentimento sobre essas áreas de limites imprecisos e centros de conexão de rodas curtas não é romântico nem verbalizado. Ao contrário, as pessoas da classe média urbana são muito seletivas no uso do espaço e conhecem extensas áreas que lhes são familiares. Outra diferença é que o seu sentido de lar tem limites rígidos. Para uma pessoa de classe média o lar pode se estender até o gramado ou jardim pelo qual ele paga imposto, além daí o espaço é impessoal. Assim que põe o pé na rua ela se sente em um lugar público que pouco lhe pertence (TUAN, 1980, p. 248).

⁴⁰Topofilia, segundo Yi- Fu Tuan, é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico(TUAN, 1980)

No entanto, no decorrer das conversas com moradores do centro histórico de Porto Nacional foi possível identificar uma afeição especial pela catedral e pela praça e frente a esta edificação (Figura 6), Praça Nossa Senhora das Mercês (Tabela 3). É uma afeição que ao ser verbalizada, transcende o afeto que os mesmos habitantes verbalizam pela a residência em que moram. Em alguns casos, percebe-se até certo eufemismo nas expressões usadas para caracterizar o lugar. Como é o caso da expressão utilizada por umamadorana conversa n. 20⁴¹, referindo-se à Praça Nossa senhora das Mercês, a moradora diz: “a frente da catedral para mim é o quintal do mundo! Lá é tudo de bom”.

Da mesma forma na conversa n.8⁴², a moradora ao se referir à catedral, afirma: “o melhor lugar para mim é a catedral. Lá na catedral me sinto muito bem. Nem imagino Porto sem a catedral”.

Figura 6. Vista da Praça e da Catedral Nossa Senhora das Mercês de Porto Nacional - TO



Fonte:Santos, 2018.

Compreende-se, que nesses casos, há um caráter identitário do habitante em relação ao espaço, que se transforma em lugar a partir do sentimento de pertencimento construído pela vivência e experiência, adquiridas através da relação dialética do ser (sujeito), o espaço e o

⁴¹ Conversa n. 20, realizada no dia 08 de fev. 2018.

⁴² Conversa n.8, realizada no dia 16 de nov. 2017.

outro. Entende-se, que a construção do lugar é uma construção histórica e por ser histórica, demanda tempo.

Quanto à percepção do sentimento do lugar, Tuan (2013, p.224) ressalta:

[...] sentir um lugar leva mais tempo: isso se faz de experiências, em sua maior parte fugazes e pouco dramáticas, repetidas dia após dia ao longo dos anos. É uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais, como a hora do sol nascer e se pôr, de trabalhar e brincar. Sentir um lugar é registrado pelos nossos músculos e ossos.

Percebemos, através da observação do objeto, que os moradores do centro histórico de Porto Nacional, em especial, os moradores mais antigos, em sua maioria, carregam dentro de si, talvez de forma inconsciente, um sentimento de lugar fragmentado. Se dividindo entre a residência em que moram, e um outro lugar, conforme demonstra a tabela a seguir (Tabela 3).

Tabela 3. Representação de lugares de referência para os moradores do centro histórico de Porto Nacional-TO

Lugares indicados como referência	%
Catedral	35%
Praça Nossa Senhora das Mercês	35%
Rua Cabaçaco	10%
Comsaúde	6%
Museu Histórico e Cultural de Porto	6%
Outros	8%

Fonte: Dados da pesquisa. Nota: Org. SANTOS, AntonioMirandados., 2018.

Isso pode ser explicado pelo que diz Figueiredo (2013b, p.207): “Um fator condicionante em relação à identificação de uma determinada porção do espaço enquanto lugar diz respeito ao processo de identificação e de conhecimento que a população possui em relação aos espaços de sociabilidade e vivência cultural”.

A catedral e a Praça Nossa Senhora das Mercês são espaços de sociabilidade e convivência cultural, tanto religiosa, como artística e cultural.

Durante a observação do objeto de estudo, no seu contexto de bem tombado, foi possível perceber um distanciamento entre a concepção de lugar e de tombamento no entendimento dos habitantes do centro histórico de Porto Nacional. Assim como, é possível identificar compreensões distintas entre os moradores e o órgão de proteção (Iphan) em relação ao bem. Apesar de todos comungarem com o mesmo objetivo: preservar a história e a memória do lugar. Percebe-se, de certa forma, que o sentimento de lugar nutrido por parte dos habitantes do centro histórico entra em conflito com as ações do Iphan no cumprimento da sua

missão de preservar e proteger o patrimônio cultural brasileiro. Justifica-se essa percepção de supostos conflitos, por meio das declarações de alguns moradores no decorrer das conversas eventuais. Conforme seguem como exemplo:

- Conversa n. 3, realizada no dia 24/10/2017: “O Iphan não quer preservar, quer atrapalhar”.
- Conversa n. 4, realizada no dia 24/10/2017: “O Iphan só faz cobrar e não ajuda na preservação”.
- Conversa n. 10, realizada no dia 05/12/2017: “O Iphan precisa entender que as pessoas gostam dos seus imóveis e que não querem destruí-los, nós queremos manter nossos imóveis, eles são a nossa história, nós não queremos destruir”.
- Conversa n.13, realizada no dia 07/12/2017: “Diz que o tombamento é para preservar as casas, mais o Iphan não ajuda a preservar”.

Diante desses desentendimentos entre os moradores do centro histórico de Porto Nacional e o órgão de patrimônio, em relação ao sentimento de lugar e a preservação dos bens culturais, reforçamos o nosso entendimento de que, as ações de sensibilização para o tombamento de Porto Nacional não foram suficientes para a compreensão dos detentores quanto ao papel de cada um no processo de preservação. Entendemos que, o contato, o diálogo e a comunicação com os moradores e proprietários durante o processo de tombamento devem ser levados à exaustão de forma segura e transparente.

Além disso, é possível questionar se o conceito de lugar defendido pelo Iphan, uma vez que a autarquia prioriza as funções e atribuições de uso para justificar a proteção de um bem enquanto categoria de lugar⁴³ não esteja aguçando o desentendimento entre o órgão e os moradores do centro histórico, no que diz respeito a preservação do lugar tombado em Porto Nacional. Pois, é possível que as ações de preservação defendidas pelo Iphan estejam pautadas na referência de lugar que o órgão prioriza, que certamente, não é a mesma referência apropriada pelos moradores.

⁴³ Ver informações detalhadas em INRC.

Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf>.

CAPÍTULO 3. O OLHAR SOBRE O LUGAR TOMBADO

"[...]queremos pensar um pouco mais sobre esses guias do olhar, que nos indicam o que ver segundo o lugar onde estão as coisa.". (GOMES, 2013, p.12)

Neste capítulo serão abordadas percepções sobre o centro histórico tombado de Porto Nacional. O olhar dos entes envolvidos cotidianamente com o lugar, sejam eles habitantes; os que utilizam o lugar como objeto de estudo; bem como, o olhar dos que tem as prerrogativas e a responsabilidade legal pela sua proteção. Para tanto, o conceito de lugar na geografia humanista será referência nas reflexões sobre os olhares no que tange ao bem tombado.

Além disso, é necessário ressaltar a importância da utilização do método fenomenológico para a realização desta pesquisa. Entendendo que para a fenomenologia o objeto é como o sujeito o percebe, cabendo ao pesquisador a abstração da realidade é que nos enveredamos na discussão deste capítulo.

A ideia primordial aqui não é apresentar o centro histórico como um espaço geográfico, ou simplesmente um local dentro de um espaço maior, um lugar reconhecido apenas pelas suas funções, mas sim, um lugar possuidor de características que permitem problematizá-las como algo construído a partir das relações experienciadas pelos seus atores, sendo também respeitada a sua morfologia.

Conforme Tuan (2013) a familiaridade com determinada parcela do espaço, através da experiência, faz com que este se torne um lugar. De acordo com o geógrafo, espaço e lugar são denominações do nosso cotidiano, indicando experiências vividas no dia a dia.

Entendendo espacialidade, conforme Gomes (2013) como um conjunto formado pela disposição física sobre um determinado plano. Refletiremos aqui, vários aspectos desse plano, através dos olhares sobre o centro histórico de Porto Nacional, um lugar evidenciado no patrimônio cultural, que sofreu permanências e transformações após o seu tombamento. Esses vários olhares se resumem aqui, no olhar dos habitantes, dos usuários, das instituições civil, bem como, no olhar do poder público. Seguindo o raciocínio de Gomes (2013, p.39), “[...] aquilo que está exposto se encontra à vista dos outros e, se for visto será possível de análise, de julgamento”.

Ao discutir sobre a visibilidade do fenômeno sobre a espacialidade, Gomes (2013) destaca e caracteriza três expressões que para o autor fazem parte do nosso cotidiano na dinâmica do olhar, sendo as seguintes:

a) Ponto de vista, indicada como uma relação entre o observador e aquilo que está sendo observado, sendo que essa relação é estabelecida pelas posições espacial tanto do observador quanto do observado. O ponto de vista é a posição que nos permite ver certas coisas. O exame da espacialidade, onde estão situados o olhar e o olhado, nos abre todo um campo inédito de análise. **b) Composição**, segundo o autor, é utilizada para qualificar um conjunto de coisas nas suas mais diversas formas. A sua análise serve para compreender o lugar de cada elemento que compõem a espacialidade. **c) Exposição**, a compreensão das coisas se dá quando temos clareza do que deve ser exibido e o que deve se escondido, ou seja, o que deve ser visto e o que não deve ser visto (GOMES, 2013, p. 20, grifo nosso).

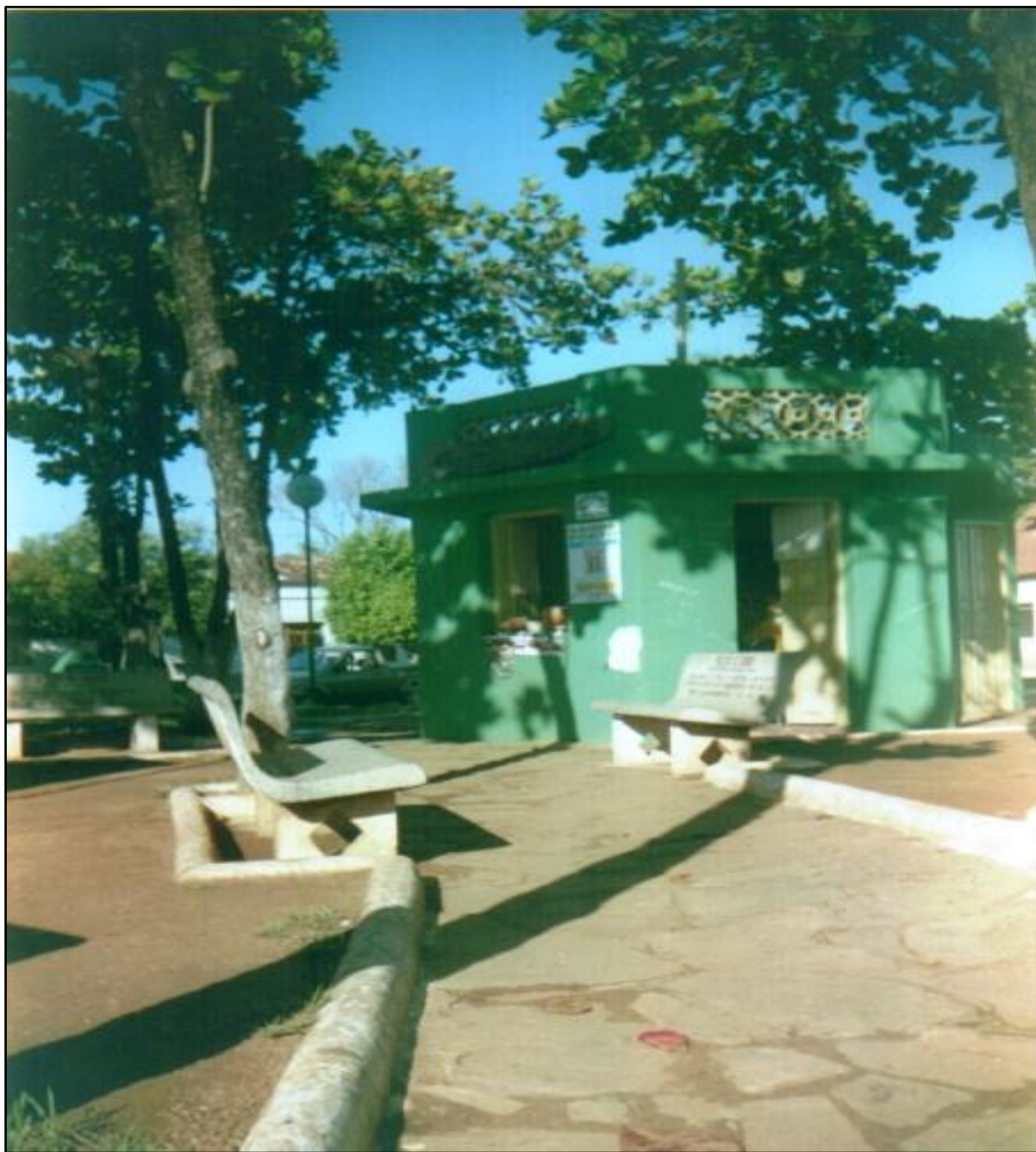
Será com base nessas três expressões (supracitadas) destacadas por Gomes (2013) que enveredaremos com a nossa discussão a respeito do olhar sobre o lugar tombado em Porto Nacional.

Para seguir neste caminho adotaremos a seguinte postura: construir uma discussão acerca do processo de transformação ocorrido no lugar, como parte fundamental da relação dialógica existente entre os moradores e os usuários do centro histórico de Porto Nacional, e, destes com os órgãos protetores e gerenciadores do lugar enquanto patrimônio cultural.

3.1. O lugar e as transformações compulsórias

O ano de 2001 pode ser considerado um marco de transformações ocorridas na morfologia do centro histórico de Porto Nacional. Neste ano, conforme o Iphan (2007) apesar da elaboração do Plano Diretor da cidade, que contempla a preservação do núcleo histórico, foram demolidas por parte do poder público municipal, edificações importantes para a história do lugar, como é o caso do Coreto (Figura 7) além da remodelação da nova praça (Figura 8): "Neste mesmo ano, são destruídas na praça da catedral, quatro antigas casas e o coreto, cuja a construção é datada de 1948, para a "remodelação" da nova praça, construção do mirante e de sanitários públicos. Ao mesmo tempo, é aberta e urbanizada a avenida Beira Rio" (IPHAN, 2007, p.5).

Figura 7. Antigo Coreto localizado na Praça Nossa Senhora das Mercês, em Porto Nacional-TO



Fonte: KAMANA, Camila. s./d.

Figura 8. Vista atual da Praça Nossa Senhora das Mercês, em Porto Nacional - TO



Fonte: SANTOS, 2018⁴⁴.

Grande parte da população da cidade de Porto Nacional, especialmente os habitantes do centro histórico, não aceitaram pacificamente a destruição das edificações, em especial o Coreto em detrimento da construção de uma “nova” paisagem, que teve como referência a Avenida Beira Rio. O Iphan (2007, p.5) descreve que: “A demolição desses edifícios, sobretudo o do coreto, gerou muitos protestos da população. Vários segmentos sociais se manifestaram publicamente em comícios e passeatas, realizando o enterro simbólico do coreto logo após a sua demolição que ocorreu em plena madrugada”. Sobre esse episódio, Pereira (2014, p.101) analisa: “[...] hoje há um quadro inóspito e desolador para grande parcela dos moradores de Porto Nacional, que lamenta a perda de parte dos elementos que compunham aquele espaço carregado de valores efetivos e simbólicos”.

Sobre elementos que se transformam em símbolos de um lugar para os moradores, Mello (2014, p.39) contribui:

Por símbolo entende-se a parte representativa de todo. O habitué de um lugar se apropria, simbolicamente, dos logradouros, dos prédios e dos artefatos expostos pelo equipamento urbanístico. A destruição ou a mutilação de qualquer objeto geográfico causa ressentimento e protestos, pois afeta as pessoas e suas relações.

⁴⁴ Fotografia tirada em 26 de ago. 2018.

Percebe-se, que neste caso específico em Porto Nacional, houve uma ação unilateral por parte da Gestão Municipal da época, ao decidir demolir edificações antigas, carregadas de histórias e simbologias, sem consultar os habitantes do lugar onde essas edificações (em especial o coreto), eram uma referência cultural. Contrapondo a atitudes compulsórias, Tuan (2013) alerta para o cuidado que se deve ter ao propor mudanças significativas para o cotidiano das pessoas nos espaços urbanos. Para o autor é preciso ouvir os moradores a respeito das intervenções que podem causarem mudanças no cotidiano do lugar.

Para o Iphan (2007) as referidas mudanças ocorridas no centro histórico da cidade de Porto Nacional, contribuíram para que se despertasse na população uma consciência que culminou na participação popular de diversos grupos em defesa do patrimônio cultural do lugar: “Criou-se na cidade uma consciência tal, que culminou com a participação popular de diversos grupos atuantes na cidade. Cita-se a atuação do “Bloco Carnavalesco Pau Pereira” no episódio do coreto e em outras atuações em defesa do patrimônio cultural” (IPHAN, 2007, p.10).

Pereira (2014) salienta que os habitantes do centro histórico de Porto Nacional procuram resistir às mudanças ocorridas através das práticas cotidianas e pela demonstração de afetividade aos símbolos existentes no lugar. Para a autora, mesmo com as perdas ocorridas, o centro histórico não deixou de ser um lugar. Nessa linha de pensamento, Tuan (1975, apud Holzer, 1999) afirma que o lugar encarna as experiências e aspirações das pessoas.

Sobre mudanças ou transformações ocorridas na morfologia das cidades ou espaços urbanos, de forma autoritária, Tuan (2013) corrobora: "Muitas expectativas não se realizam e algumas se transformam em pesadelos. Um político revolucionário nos promete uma nova terra e pode nos dar o caos e tirania. Um arquiteto revolucionário nos promete uma nova cidade e pode nos dar gramados vazios e estacionamentos cheios" (TUAN, 2013, p. 218).

Outra medida do poder público, desta vez da esfera federal, que pode ter impactado direta ou indiretamente no olhar dos habitantes e também dos usuários do centro histórico de Porto Nacional sobre o lugar foi o tombamento ocorrido em 2008. E, é exatamente esse olhar sobre o lugar a partir do tombamento que focaremos a nossa análise.

3.2. O olhar de quem habita o lugar

Segundo Nogueira (2013) é preciso ver o lugar a partir de quem nele viveu ou vive experiências. Desta forma, não correremos riscos de construir uma imagem distorcida desse lugar. A autora ainda corrobora com essa discussão, afirmando que “[...] é preciso reaprender a ver o lugar, e esta reaprendizagem se dá a partir das histórias narradas por quem vive os lugares” (NOGUEIRA, 2004, p.224).

Por ocasião das conversas eventuais para fins desta pesquisa, ouvimos dos moradores do centro histórico de Porto Nacional, percepções sobre o centro histórico (o lugar em que habitam) no seu todo: arquitetura, cotidiano do lugar, laços de amizade, preservação, relações com órgãos públicos, vizinhança, etc. Com isso, foi possível observar os olhares desses moradores a respeito do lugar em que moram, nas suas mais diversas características. Percebemos, através de observações, que os olhares dos moradores do centro histórico de Porto Nacional, são ao mesmo tempo: de apego, de angústia, de frustração, saudosista, cético, pessimista, etc., porém, acima de tudo, percebemos o olhar sobre o lugar. O lugar visível para os habitantes nas suas diversas óticas.

Corroborando com a visibilidade do lugar, Tuan (2013, p.217), discorre:

Os lugares podem se fazer visíveis por inúmeros meios: rivalidade ou conflito com outros lugares, proeminência visual e o poder evocativo da arte, arquitetura, cerimônias e ritos. Os lugares humanos se tornam muito reais por meio da dramatização. Alcança-se a identidade do lugar pela dramatização das aspirações, necessidades e ritmos funcionais da vida pessoal e dos grupos.

No propósito de analisar a percepção dos habitantes do centro histórico de Porto Nacional, sobre o lugar tombado, citamos um trecho da conversa nº 33⁴⁵. O morador faz o seguinte depoimento: “Aqui já nos tiraram muitas coisas, nos tiraram o coreto, agora nos tiraram o direito de cuidar das nossas casas do jeito que a gente quer [...], o coreto agora só na lembrança, derrubaram tudo, do jeito que eles quiseram”. Verificamos nesta fala algo carregado de angústia, de decepção e de nostalgia. Porém, observamos também a identificação de um exemplar arquitetônico (coreto), que se tornou símbolo para os habitantes do lugar.

⁴⁵ Conversa n.33, realizada no dia 27 de mar. 2018.

Em nossas observações a respeito do centro histórico de Porto Nacional, além do coreto (já demolido pelo poder público municipal, portanto faz parte apenas da memória dos habitantes) foi possível identificar outros espaços e /ou edificações que também se tornaram uma espécie de símbolos representativos para a população do lugar. Símbolos que fazem parte da espacialidade do centro histórico e que estão presentes no cotidiano das pessoas. Entre esses símbolos destacamos: a Catedral Nossa Senhora das Mercês, a Praça Nossa Senhora das Mercês, o Caetanato, (sede da Comsaúde), o Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional e a Rua do Cabaçaco (Rua Coronel Pinheiro). Sobre a relação simbologia e lugar, Mello (2008, p.167) contribui: “Lugares e símbolos adquirem profundo significado, através dos laços emocionais tecidos ao longo dos anos”. Na mesma linha de pensamento Tuan (1980) afirma que os símbolos sugerem ser a parte significativa do todo.

Em relação ao que a moradora expressa sobre o coreto, na conversa nº 33⁴⁶, constatamos, além de um olhar nostálgico, uma indignação com a forma como aconteceu a retirada da edificação (ocorrida ainda em 2001) localizada na Praça Nossa Senhora das Mercês. Além disso, foi possível compreender que esse olhar se traduz também num sentimento de perda daquilo que era uma referência do lugar. Isso, nos remete a Merleau-Ponty (1996) a respeito da fenomenologia da percepção. Segundo o autor, a fenomenologia da percepção é uma visão fenomenológica do homem, do mundo e de seus acontecimentos, em que é necessário descrever o real fazendo uma reflexão da experimentação e aprendizagem, recolocando numa subjetividade de lado do seu ser e do tempo.

É possível que o olhar de apego e nostalgia dos moradores em relação ao coreto se explique também pelo que afirma Mello (2008, p.168): “a destruição de um velho e querido prédio, localizado em um logradouro acolá, pode causar aqui ou descontentamento e nostalgia, por ser parte ‘integrante do acervo de um indivíduo, porquanto impregnado pela força do sentimento, da experiência, do reconhecimento e da sensação de pertencimento.”

O sentimento de angústia se torna visível, não só pelo que o morador⁴⁷ fala da perda do coreto, mas também, sobre o que ele expressa do direito de cuidar das suas casas: “[...] nos tiraram o direito de cuidar das nossas casas do jeito que a gente quer[...]”. Neste depoimento o habitante revela também sentimento pelo lugar, em especial, o lugar íntimo, a sua casa, o seu lar. Sobre o lugar íntimo, Tuan (2013, p.176) afirma: “O lar é um lugar íntimo. Pensamos na

⁴⁶ Conversa n.33, realizada no dia 27 de mar. 2018.

⁴⁷ Conversa n.33, realizada no dia 27 de mar. 2018.

casa como lar e lugar[...]”. Corroborando com Tuan, Relph (2014), reforça o sentimento que temos pela nossa casa (o lar) como um lugar que nos dá identidade:

Lar: é onde as raízes são mais profundas e mais fortes, onde se conhece e se é conhecido pelos outros, onde se pertence. A ausência do lar pode nos levar a saudade [...] A partir da perspectiva da experiência, lar, constitui o padrão contra o qual todos os outros lugares são julgados, o que é captado nos inúmeros sentimentos populares: “Não há lugar como o lar”. “Lar doce lar”. “Lar é onde está meu coração”. (RELPH, 2014, p. 26).

Na conversa nº. 08⁴⁸, a moradora faz a seguinte manifestação: “Nós queremos cuidar da nossa casa, aqui está a nossa história, as nossas lembranças. Ninguém sabe mais do que nós [...] querer nos obrigar fazer as coisas! ”. Nesta fala podemos observar dois aspectos da percepção dos habitantes do centro histórico sobre o lugar tombado. Primeiro, observamos um sentimento de pertencimento pelo o lugar onde moram, um sentimento que passa a ser coletivo, uma vez que, a moradora utiliza sempre o pronome nós para caracterizar de quem é esse sentimento. Segundo, um sentimento de insatisfação às normas de proteção estabelecidas pelo Iphan para conservação dos imóveis localizados na poligonal de tombamento do centro histórico de Porto Nacional. Esse sentimento de insatisfação, se torna visível na seguinte exclamação: “[...]querer nos obrigar fazer as coisas! ”.A respeito dessa insatisfação dos moradores do centro histórico de Porto Nacional, em relação a aplicação das normas de conservação e preservação dos bens tombados é possível que a mesma, tenha como principais causas, o não envolvimento destes moradores no processo de tombamento do lugar, bem como, a falta de ações sensibilizadoras ao longo do processo de tombamento, que pudessem esclarecer o que é o tombamento, seus efeitos e o papel de cada ator social no processo de conservação e preservação dos bens protegidos.

Os dois aspectos supracitados (sentimento de pertencimento e a insatisfação dos moradores) tornam-se para nós visíveis tanto pelo conteúdo, quanto pela forma que o conteúdo foi expressado pela moradora. Sobre essa ótica Gomes (2013) afirma que a visibilidade depende de três elementos, sendo eles: as leituras dos sentidos que emergem entre o lugar e o evento; a morfologia do espaço físico onde se mostra e seja capaz de garantir a convergência de olhares que levem à captura da atenção e; que os observadores sejam sensíveis aos novos sentidos nascidos da aproximação entre o lugar e o evento que se apresenta.

É importante reafirmar que a discussão abordada aqui sobre o centro histórico de Porto Nacional, leva em consideração o olhar a partir do tombamento do lugar. Tendo como

⁴⁸Conversa nº. 08, realizada no dia 16 de nov. 2017.

referência o conjunto, ou seja, a sua espacialidade. Sobre essa leitura Gomes (2013, p.38), destaca: “A visibilidade [...] depende da morfologia do sítio onde ocorre, da existência de um público e da produção de uma narrativa dentro da qual aquela coisa, pessoa ou fenômeno encontra sentido e merece destaque”.

Por ocasião das observações realizadas no centro histórico de Porto Nacional, constatamos nos habitantes do lugar uma sensação de que falta algo. Talvez essa sensação seja o afloramento do sentimento de perda (já mencionado) e expressado pelos moradores durante as conversas eventuais. Não obstante, também foi possível enxergar nesses habitantes, principalmente os mais antigos, um estímulo de resistência. No entanto, podemos levantar o seguinte questionamento: resistência a quê e/ou a quem?

Não no intuito de responder o questionamento supracitado (não teria eu tal pretensão), mas par refletir sobre possíveis causas dessa resistência, lembramos o que Santo Agostinho apud Tuan (2013, p.171) escreveu quando da morte de um grande amigo:

Meu coração estava agora dilacerado pela dor e para todos os lados que eu olhasse só via a morte. Meus lugares familiares tornaram-se cenários de tortura para mim e meu próprio lar tornou-se um sofrimento. Sem ele, tudo que fizemos juntos tornou-se uma experiência insuportavelmente dolorosa. Meus olhos continuam procurando-os sem achá-lo. Odeio todos os lugares onde costumávamos nos encontrar, porque eles não podem mais me dizer: Olhe aí vem vindo ele, como fazia antes.

Conforme já afirmado neste trabalho, centro histórico de Porto Nacional, ao longo do tempo, passou por transformações que, no olhar de seus habitantes provocaram perdas. É visível o descontentamento com o esvaziamento do lugar, residências fechadas, abandonadas e se deteriorando com o tempo (Figura 9). Para alguns moradores, esse esvaziamento é reflexo da falta de políticas públicas que fomentem atividades comerciais, culturais e turísticas (Figura 10). Políticas que ao mesmo tempo incentivem a permanência da população no centro histórico.

Figura 9. Imóvel abandonado localizado no centro histórico de Porto Nacional - TO



Fonte: SANTOS, 2018⁴⁹

Figura 10. Cotidiano do lugar



Fonte: SANTOS, 2018⁵⁰

⁴⁹ Fotografia tirada em 26 de ago. 2018.

⁵⁰ Fotografia tirada em 20 de fev. 2018.

Podemos observar esse descontentamentorelacionado ao esvaziamento do lugar, no depoimento mencionado na conversa nº.20⁵¹:

[...] O centro histórico está morto, muita gente mudou daqui. Alguns cederam suas casas pra outros morarem, outros deixaram fechadas, outros alugaram bem “baratinho”. [...] não há incentivo para o povo permanecer. O que foi prometido nunca aconteceu. Disseram que ia ter crédito para o povo cuidar das casas, nunca mais falaram nisso. Outra, nós não somos ouvidos pra nada, quando chegam, já é com tudo pronto. Você vê aí, não tem comércio, poucas pessoas na rua. Sinto falta de celebrações no centro histórico, falta de comunicação. Antigamente tinha os festivais, os eventos. Havia o Pátio Cultural Mestre André. Mas, estamos aí na luta, não podemos nos entregar, a gente tem que lutar pelo que é nosso, a nossa história.

Uma análise mais acurada do depoimento referente a conversa nº 20, poderá nos permitir identificar diferentes olhares desta moradora sobre o centro histórico de Porto Nacional, na sua espacialidade. No entanto, o identificar aqui faz parte do nosso olhar sobre o olhar do outro. Nesta ótica, Gomes (2013, p.79) corrobora: “[...] há também um distanciamento que se coloca entre o observador e aquilo que é observado capaz de gerar um ponto de vista diverso daquele que a cotidianidade e convivência ordinário nos imprimem”.

É importante compreendermos nesta situação específica (referente a conversa nº. 20) que, é o olhar de quem se sente atingida pelas políticas (ações do poder público) e/ou, pela falta dessas políticas, que é expressado verbalmente com caráter de descontentamento, de desaprovação, de lembranças, mas também de resistência.

3.3. O ponto de vista do usuário

"[...] o lugar encarna as experiências e as aspirações das pessoas. [...] ele é a realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado" (TUAN, 1979, p.387, apud HOLZER, 1999, p.70).

Para o desenvolvimento desta pesquisa, conforme consta na metodologia, tivemos contato com os usuários do centro histórico de Porto Nacional. No entanto, priorizamos

⁵¹Conversa nº. 20, realizada no dia 08 de fev. 2018.

enquanto usuários, pesquisadores (as) que já publicaram trabalhos acadêmicos sobre o centro histórico. Entendemos que, a concepção destes usuários sobre o lugar nos possibilitará melhor visibilidades sobre o nosso objeto de estudo.

Compreendemos que o lugar é cheio de significados diversos, porém, esse pluralismo de significados depende da perspectiva de quem o olha, bem como, depende do que é experienciado no lugar. Nesta linha de pensamento, Chaveiro (2014, p.268) acrescenta: “um lugar com a mesma materialidade não tem os mesmos sentidos para um sujeito ou para o outro”.

Nogueira (2010) contribui com a dinâmica do significado do lugar a partir do que lhe é experienciado:

Os lugares no mundo têm cor, cheiro, barulho e forma, cada experiência com ele mostra um pouco de como ele é e está sendo. A montanha, o mar, o céu, a floresta, a água, as praças, os monumentos, os palácios, as cidades não se traduzem apenas pela sua forma material, mas também simbólica e imaginária. (NOGUEIRA, 2010, p. 223).

Segundo Oliveira (2014) desde o início da geografia humanista o lugar foi sempre a essência desta ciência. Em termos geográficos, o sentido que se atribui ao meu, ao seu ou ao nosso lugar, são pensados a partir da experiência com o lugar, no que diz respeito às relações, ao habitar, aos ritmos e às transformações ocorridas.

Nossa discussão a respeito do olhar do pesquisador (a) sobre o seu objeto de estudo, neste caso, o centro histórico de Porto Nacional, tentará trazer reflexões sobre o lugar, suas transformações, bem como, causas e efeitos dessas transformações no contexto da cotidianidade dos habitantes do lugar tombado. Claro que, aqui faremos nossa análise a partir da abordagem de outro pesquisador, porém, entendemos, como afirma Gomes (2013), que a abordagem também é uma forma de olhar.

Neste sentido, inicialmente, analisaremos a impressão do pesquisador (P-a)⁵², a respeito da visibilidade que o mesmo tem sobre o centro histórico de Porto Nacional: " [...] vejo um centro histórico de certa forma abandonado. Faltam ações do poder público que possam dar vida para aquele lugar. É um lugar meio morto, sem atividades culturais, sem comércio. O lugar está meio vazio".

Na perspectiva de tentar compreender como pode agir o pesquisador no relacionamento com seu objeto e, por conseguinte, com o campo a ser pesquisado poderíamos aqui, fazer uma reflexão antropológica ou até mesmo filosófica a respeito do olhar do referido pesquisador sobre o centro histórico de Porto Nacional. Porém, o nosso objetivo aqui é

⁵² Entrevista realizada no dia 15 de mar. 2018.

discutir este olhar dentro da geografia humanista, a partir de uma análise fenomenológica. Destarte, lembramos o que diz Gomes (2013, 33): “A visibilidade é um fenômeno que está estreitamente relacionado à posição daquilo que é visto no espaço. Se isso tampouco for contestado, podemos continuar e, logicamente, afirmar que a visibilidade é um fenômeno com uma incontornável geograficidade”.

Voltando ao que diz o pesquisador (P-a), percebemos que a visibilidade deste sobre o centro histórico de Porto Nacional, é de um lugar abandonado pelas ações do poder público, um lugar sem dinâmica cultural, comercial, enfim, um lugar sem movimento sócio/econômico e cultural.

É importante ressaltar que a visibilidade deste usuário sobre o referido lugar está em concordância com relatos de alguns habitantes do centro histórico já apresentados nesta dissertação.

Diante do exposto, podemos deixar aqui os seguintes questionamentos: a) O centro histórico de Porto Nacional, já foi um lugar de pujança econômica e cultural? b). Quais as causas atuais da inexistência de ações do poder público para o fortalecimento econômico e cultural do lugar?

Um outro olhar expressado verbalmente pelo pesquisador (P-b)⁵³, diz o seguinte: “[...] vejo que, quem mora lá, ficou lá e não saiu, ama aquele lugar e defende aquele lugar, não quer sair de lá”. Essa visibilidade do referido pesquisador sobre os habitantes, caracteriza aqueles que criaram identidade com o lugar onde moram e onde querem viver. Identidade que é fruto das relações que são construídas entre os homens e a paisagem do lugar.

Sobre essa linha teórica Carlos (2007, p.22) corrobora: “O lugar é fruto das relações humanas entre o homem e a natureza, tecido por relações sociais que se realizam [...], produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece, porque é o lugar da vida”.

Em suas reflexões sobre lugar e sujeito, Berdoulay e Entrikin (2014) concordam que o intenso sentimento de pertencimento, que cria uma fusão entre o indivíduo e seu mundo vivido, pode ser elevado por elementos mensuráveis ou por curtas relações existenciais que compõem nossa vida cotidiana. Dessa forma, entendemos que é através desta dinâmica relacional entre indivíduo e o mundo vivido, que se constrói uma identidade do lugar.

A percepção apresentada pelo pesquisador (P-b) sobre os habitantes do centro histórico de Porto Nacional, no que diz respeito a relação destes com o lugar onde moram, nos permite compreender que, também para o referido pesquisador, o centro histórico se constitui

⁵³ Entrevista realizada dia 22 de nov. 2017.

num lugar, em especial, para aqueles que não saíram de lá e que querem continuar vivendo naquele lugar.

O pesquisador (P-c)⁵⁴, contribui com nossa análise afirmando:

Vejo o centro histórico de Porto Nacional como algo que pede socorro. Tem muita coisa que não está dando certo, parece que não está havendo diálogo do Iphan e da prefeitura com as pessoas do centro histórico. Mas o centro histórico é o coração da cidade, é muito bom. A gente ver que a história da cidade está ali. [...] vejo que as pessoas se sentem pressionadas com uma certa imposição para cuidar das suas casas. Agente ver que tem casa que está com a fachada bonitinha sem ter ocorrido a imposição do Iphan.

Neste depoimento do pesquisador (P-c), conseguimos imaginar dois olhares sobre o lugar. Primeiro, um olhar de reconhecimento do centro histórico como um lugar que é um marco na história da cidade, “[...] o centro histórico é o coração da cidade, é muito bom. A gente ver que a história da cidade está ali”. Segundo, um olhar de preocupação motivado pela falta de diálogo das instituições com os habitantes do lugar: “[...] O centro histórico pede socorro [...] vejo que as pessoas se sentem pressionadas com a imposição para cuidar das suas casas. [...] Parece que não está havendo diálogo”.

Ao invés de tentarmos fazer uma análise desses supostos olhares supracitados, e, ao mesmo tempo, no propósito de abrir um leque para futuros trabalhos sobre o centro histórico de Porto Nacional, referente a esta temática, optamos em deixar os seguintes questionamentos:

a) O centro histórico de Porto Nacional, hoje, pode ser considerado um lugar que representa a vida e a história da cidade?

b). Podemos considerar o tombamento do centro histórico de Porto Nacional, como um evento aguçador de possíveis descontentamentos dos moradores do lugar com o poder público?

3.4. A visibilidade e/ou invisibilidade das instituições sobre o lugar tombado

Conforme Gomes (2013), a visibilidade é tratada exclusivamente como visibilidade ou invisibilidade de determinados grupos sociais. Desta forma, o referido autor corrobora: “Nesses casos, o fenômeno se confunde com a noção de reconhecimento e com uma forçosa atribuição de importância ao foco do olhar, do que resulta uma superposição problemática

⁵⁴ Entrevista realizada no dia 22 de fev. 2018.

entre duas coisas bem diversas: o ato de ver e o de conscientemente conferir valor ao que é visto”. (GOMES, 2013, p. 10).

É nesse propósito que enveredaremos nossa discussão sobre o olhar das instituições públicas e civil, a respeito do centro histórico tombado de Porto Nacional. Podendo esse olhar, em determinadas situações, ser conferido por nós, do ponto de vista da visibilidade ou da invisibilidade. Porém, sem nunca perder o sentido de lugar, conforme pondera Oliveira (2014, p.15): “É o lugar experienciado como aconchego que levamos dentro de nós. Ou o lugar consciente do tempo social histórico, recorrente e mutável, no transcorrer das horas do tempo em um espaço sentido dentro de um lugar interior ou exterior”.

Para a Paróquia Nossa Senhora das Mercês, localizada na poligonal de tombamento, aqui representada pelo seu pároco. Conforme resposta ao questionário⁵⁵ para fins dessa pesquisa, afirma: “com o evento (tombamento), evidenciou-se muitas coisas no município, uma delas, a sua visibilidade para o mundo: “[...] Ao aproximar os 10 anos de tombamento, muitas coisas foram evidenciadas, inclusive a própria evidência da cidade de Porto Nacional para o mundo [...]”

Nesta percepção apresentada pelo pároco, podemos conceber que o tombamento do centro histórico de Porto Nacional, caracteriza-o, de acordo com Gomes (2013, p.23) como um lugar de exposição: “Lugares de exposição são lugares de grande e legítima visibilidade”. Segundo o referido autor, o que se coloca em exposição deve ser visto, olhado, observado e julgado. Nesta perspectiva, poderemos questionar: a quem interessa o centro histórico de Porto Nacional, como um lugar de exposição?

Num outro trecho do referido questionário, o representante da paróquia expressa o seu sentimento sobre a situação dos moradores a respeito da conservação dos imóveis: “[...]O sentimento que se tem no âmago dos moradores do centro histórico é a ideia de que todos “estão de mãos atadas por se sentirem perdidos no que se refere a manutenção da estrutura física”. Neste caso, poderíamos identificar através do olhar apresentado pelo pároco, que interessa aos habitantes do lugar tombado, a preservação e conservação de seus imóveis. Porém, o que estaria dificultando essa preservação e conservação é o desconhecimento que os mesmos têm das normas estabelecidas pelo órgão responsável pela proteção ao bem tombado. A respeito do desconhecimento dos habitantes do centro histórico em relação às normas de conservação e preservação dos bens tombados, reafirmamos o que já foi discutido neste trabalho: a falta de envolvimento social no processo de tombamento do centro histórico de

⁵⁵ Questionário aplicado ao pároco, aplicado em 21 de nov. 2017.

Porto Nacional, bem como, a ausência de ações educativas junto aos moradores do lugar tombado podem ser as causas da incompreensão sobre as referidas normas.

A Comsaúde, com sede no lugar desde 1969. Em respostas ao questionário para fins desta pesquisa, seu representante afirma perceber que a comunidade não está envolvida nas discussões em prol da preservação do centro histórico. Além disso, sente que os pontos turísticos e culturais não são valorizados: “[...] A comunidade não está envolvida nas discussões do centro histórico [...] sinto falta de uma campanha de valorização dos pontos turísticos e culturais por parte da prefeitura e também do Iphan. O museu poderia ter mais visibilidade e funcionalidade, assim como outros”⁵⁶.

Destarte, poderíamos identificar algumas percepções da referida instituição a respeito da espacialidade do centro histórico de Porto Nacional. No entanto, destacaremos aqui apenas duas percepções. A primeira, um olhar sobre o não envolvimento dos habitantes do lugar nas discussões sobre o centro histórico. O que poderia nos possibilitar a uma reflexão sobre as causas desta falta de envolvimento. No entanto, este não é o nosso foco para o momento. A segunda percepção, seria a falta de valorização das referências turístico/cultural por parte dos órgãos públicos e sua pouca visibilidade.

Poderíamos aqui, substituir o termo valorização por valoração dos pontos turísticos e culturais. Por entender que, quando se fala de cultura, falamos em valoração, pois, segundo Fonseca (2000) valoração de bens culturais, é estabelecer qualidade e importância ao bem.

Sobre a possível utilização do termo valoração referente aos pontos turísticos e culturais, pelo representante da Comsaúde, podemos entender esses pontos como lugares simbólicos.

Nesta perspectiva, os lugares, segundo Chaveiro (2014) são cheios de subjetividades que nem por isso estão livres de controle ou de conflitos. O autor contribui com a discussão sobre lugares simbólicos, através da seguinte reflexão: “[...] lugares simbólicos como as catedrais, teatros, cinemas, [...]. Os lugares aqui não são apenas concebidos, mas vividos pela experiência do corpo” (CHAVEIRO, 2014, p.268).

É possível que, quando o representante da referida instituição menciona sobre os pontos turísticos e culturais localizados no centro histórico tombado de Porto Nacional, esteja se referindo aos mesmos pontos apresentados pelos habitantes do lugar, durante as conversas eventuais e já citados neste trabalho. Sendo os mais citados, a Catedral Nossa Senhora das

⁵⁶Questionário aplicado no dia 08 de fev. 2018.

Mercês, a Praça Nossa Senhora das Mercês, o Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional, o Caetanato (Sede da Comsaúde) e a Rua do Cabaçaco (Rua Coronel Pinheiro).

A gestão pública municipal de Porto Nacional, aqui representada pela Secretaria Municipal da Cultura e Turismo (SECULT) em respostas ao questionário para embasamento teórico deste trabalho, afirma: “Para a SECULT e seus colaboradores, o centro histórico de Porto Nacional é o melhor atrativo turístico da cidade[...]”. Seu representante, ainda faz a seguinte afirmação⁵⁷: “O tombamento do centro histórico de Porto Nacional foi a forma adequada para a preservação de nosso importante centro histórico, que tem a catedral Nossa Senhora das Mercês como símbolo turístico”.

É possível perceber nestas afirmações do representante da SECULT, que a atual gestão municipal, olha o lugar tombado em Porto Nacional mais como um atrativo turístico do que um patrimônio que guarda a sua cultura, a sua história. É certo que, um patrimônio cultural, pode sim, se transformar em um atrativo turístico. Contudo, a preocupação maior ao tombar um bem cultural deve ser conservar a sua originalidade. Assim, a sua história estará sendo preservada e protegida. Além disso, a atração turística do centro histórica deve estar alinhada à preservação da sua história e tradições.

Entretanto, neste projeto, não faremos uma discussão a respeito da relação patrimônio cultural e turismo, pois, esta não é a proposta deste trabalho. Optamos neste caso específico, suscitar uma reflexão sobre o papel do poder público municipal, na preservação do centro histórico como um lugar evidenciado no patrimônio cultural.

À face do exposto, deixamos os seguintes questionamentos:

a). Qual o papel da prefeitura no processo de preservação de um lugar tombado na esfera federal?

b). Como o poder público municipal poderia contribuir com a espacialidade do lugar, no que tange a relação de quem olha (neste caso o habitante) e o que é olhado (o centro histórico tombado)?

A Superintendência do Iphan no Tocantins, órgão responsável pela proteção do centro histórico tombado em Porto Nacional, participou desta etapa da pesquisa por meio de respostas ao questionário elaborado por nós para finalidade deste projeto. No entanto, em algumas perguntas do questionário, obtivemos respostas generalizadas e pouco objetivas.

Como exemplo, mencionamos a questão nº.1: O que representa o tombamento de Porto Nacional para o Iphan? Para responder a referida pergunta, a autarquia através de seus

⁵⁷ Questionário aplicado no dia 10 de out. 2017.

representantes no Tocantins, encaminhou em anexo, Parecer Técnico nº.003/2008, com o seguinte texto introdutório:

Para responder esta questão remetemos ao processo de tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional - TO que contém a justificativa apresentada no dossiê de tombamento que subsidiou a análise da parecerista do IPHAN, ao parecer técnico do IPHAN e do Conselheiro que compõe o Conselho Consultivo conforme prevê o Decreto Lei nº 25/1937(IPHAN, 2008b, grifo nosso⁵⁸).

Face ao exposto, é possível deduzir dois pontos de vistas referente ao posicionamento do Iphan/TO: o primeiro é que os atuais⁵⁹ representantes do Iphan no estado do Tocantins, não têm prerrogativas para falar da representatividade do tombamento do centro histórico de Porto Nacional. O segundo é que talvez, o que representa o tombamento no olhar dos atuais representantes no Tocantins, seja contrário ao que consta no dossiê de tombamento.

Numa outra questão do referido instrumento de pesquisa (questionário), perguntado como a instituição percebe (ver) a aceitação dos habitantes do lugar tombado em relação as políticas de preservação desenvolvidas pelo o órgão, obtivemos resposta basicamente técnica, conforme segue:

É importante ressaltar que o IPHAN não realizou pesquisa de satisfação com comunidade. [...]. É importante ressaltar que a missão do Instituto é “promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país[...].

Diante disso, é correto pensar que as tratativas do Iphan com os habitantes do lugar tombado em Porto Nacional, sejam meramente técnicas. O que ao nosso ver, em certas situações, esta fazível relação da entidade com os moradores e proprietários, poderá causar insatisfação dos habitantes com as normas de preservação defendidas pela autarquia, fomentando assim, prováveis conflitos que dificultarão o processo de preservação do lugar tombado.

Não pretendemos aqui fazer críticas às normas técnicas do Iphan, nem tão pouco admoestar a conduta técnica da autarquia no centro histórico de Porto Nacional. Todavia, queremos ponderar sobre a necessidade de um diálogo, que leve em consideração o

⁵⁸ O objetivo do grifo foi destacar a manifestação da autarquia no Tocantins a respeito da primeira pergunta do questionário.

⁵⁹ Quanto ao termo atuais representantes do Iphan, referimo-nos à gestão da superintendência do Iphan no período e que ocorreu esta pesquisa, 2017 e 2018.

significado do centro histórico para seus habitantes, bem como, que se leve em consideração uma identidade, construída através da vivência cotidiana do habitante com o lugar.

Nesta mesma linha, Relph (2014, p.30) contribui com a supracitada ponderação: “Entendo que significa uma forma de se relacionar com lugar que é sensível, que não impõe nossa vontade ou algum projeto abstrato, mas permite que as coisas sejam elas mesmas, trabalhando com o que já existe e, atento à forma como lugar, estar aberto para o mundo”.

Identificamos neste trabalho, uma relação Iphan/habitante do centro histórico de Porto Nacional, bastante desgastada. É imaginável que as prováveis causas desse desgaste tenham origem na etapa de mobilização para o tombamento do lugar. Toda via, percebemos que ao longo desses dez anos de tombamento, não houve por parte da autarquia uma atuação que na prática pudesse superar prováveis erros de procedimentos ocorridos durante o processo de tombamento. Pelo contrário, visualizamos por parte do órgão responsável pela proteção do centro histórico, uma atuação com base no tecnicismo e na concepção de lugar meramente de atribuições e funções. Além disso, não identificamos ações educativas e/ou sensibilizadoras que pudessem possibilitar a compreensão e aceitação dos moradores do lugar tombado a respeito das normas de conservação dos imóveis.

CONSIDERAÇÕES

No decorrer deste trabalho a proposta foi esclarecer os vínculos estruturadores da relação cotidiana entre o lugar, o tombamento e a percepção, a partir das práticas e olhares das instituições, usuários e habitantes do lugar tombado em Porto Nacional, TO.

Pautamos uma discussão a respeito da origem, conceitos e evolução dos termos patrimônio cultural e patrimonialização; traçamos um paralelo entre os discursos relativos ao tombamento do centro histórico de Porto Nacional, e o que esse tombamento significa para os habitantes do lugar; discutimos o significado do centro histórico para seus habitantes, usuários e instituições e analisamos o centro histórico na perspectiva da categoria de lugar na geografia humanista.

Neste processo comparamos diversas narrativas e identificamos semelhanças e contradições, a fim de demonstrar os valores defendidos pelos habitantes, a (in) existência de políticas públicas para o lugar, o discurso técnico do Iphan e a percepção do olhar sobre o lugar tombado.

No discurso dos habitantes, ao mesmo tempo que é visível o desconhecimento a respeito de seu papel enquanto detentor de um bem tombado, desconhecimento esse que pode ser causado pelo não acesso às informações e/ou, a forma ou falta de ações sensibilizadoras realizadas pelo órgão responsável pela proteção do centro histórico. Foi possível perceber um sentimento de pertencimento pelo lugar vivido, o lugar experienciado, que na concepção da geografia humanista, podemos caracterizar o centro histórico de Porto Nacional como um lugar para seus moradores.

Notamos que para os habitantes do centro histórico de Porto Nacional (em especial os mais antigos) o centro histórico é um lugar cheio de significados e símbolos. Essa compreensão que temos em relação aos moradores do lugar tombado em Porto Nacional, TO, se dá, por entendermos que as pessoas carregam consigo características, marcas, elementos corporais, signos dos lugares onde vivem. Carregam expressões que são capazes de anunciar seus locais de fala na sociedade. Características visíveis nos residentes daquele lugar.

No decorrer desta pesquisa, identificamos nos residentes do centro histórico de Porto Nacional, uma forma de se relacionarem com o lugar que é sensível através de lembranças, às vezes até saudosistas, mas que não aceitam imposições que não estejam de acordo com o sentimento que nutrem pelo lugar onde moram. Foi possível constatar que esses habitantes, buscam nas lembranças do passado vivido, fatores que impulsionam a resistência a tudo

aquilo que entendem ser contrário às suas tradições, às suas experiências. Eles estão sempre olhando para trás, para a história que construíram no lugar, através das vivências e experiências. Experiências que vão da infância e das tradições, à resistência ao “novo”, às transformações do lugar.

Porém, é imprescindível destacar que o que pode parecer novo para moradores e proprietários do centro histórico de Porto Nacional, o tombamento, foi consentido pelos mesmos. Consentimento que pode ter ocorrido em função das “promessas” de melhorias feitas pelo poder público no decorrer do processo que desencadeou no Ato de Tombamento. No entanto, cabe a todos alcançados pelo tombamento aceitar as normas de conservação e cobrar o cumprimento das propostas feitas durante a etapa de mobilização para a proteção do centro histórico. Assim como, cabe aos mesmos, entender que o que parece novo já não é tão novo. E que residentes e proprietários do lugar tombado, juntamente com o Iphan, são atores de um processo que tem como objetivo principal, a preservação patrimônio cultural do lugar.

No discurso do Iphan, é possível identificar o caráter tecnicista que é tratado o centro histórico de Porto Nacional pela a autarquia, bem como, a concepção de um lugar que não tem relações de pertencimento, mas sim, de funções, atribuições e usos. Assim como, é fazível notar a dificuldade que o órgão tem em se comunicar com os moradores do lugar. Talvez essa dificuldade possa ter origem na forma como foi tombado o centro histórico. Tema já discutido neste trabalho. Porém, salientamos que é fundamental um esforço, se necessário até exaustivo para melhoria dessa comunicação com os habitantes do centro histórico tombado.

Durante este trabalho, identificamos também, tanto na fala dos representantes do Iphan, quanto nas falas dos moradores do centro histórico, que não há parceria entre as partes em questão, ou se há parceria, esta é muito frágil. Uma mudança de procedimento, principalmente por parte da referida autarquia, no sentido de se aproximar dos habitantes do lugar, possibilitando para que esses se sintam atores no processo de preservação do patrimônio cultural do qual são detentores é que poderá fazer firmar e fortalecer esta parceria.

Essa mudança de procedimentos poderia se iniciar a partir da compreensão de que o centro histórico de Porto Nacional, não é apenas um lugar de funções e atribuições e sim, um lugar de significados, um lugar vivido, um lugar experienciado pelos seus moradores.

Avaliamos que só a partir da assimilação por parte do Iphan, que o centro histórico de Porto Nacional é um lugar de significados, vivências e experiências, alinhada a uma prática de diálogo menos tecnicista deste órgão é que poderá ser construída uma parceria com os

habitantes do lugar, em prol da preservação do patrimônio cultural tombado em Porto Nacional.

Já o discurso de representantes do poder público municipal, demonstra uma falta de entendimento a respeito do seu papel no que tange ao fortalecimento do lugar. Um desconhecimento que passa pela não concepção do lugar nos seus aspectos materiais e imateriais, que dizem respeito à dinâmica da cidade. Mas também, uma incompreensão que passa pela não percepção de que o poder público municipal é responsável pela instituição de políticas que visem a preservação da identidade do lugar.

Através de dados levantados na pesquisa, foi possível perceber que o poder público municipal, se coloca alheio às questões relacionadas à preservação do centro histórico enquanto um lugar tombado. Talvez, por entender que a responsabilidade pela as ações de preservação sejam da esfera federal, por esta ter realizado o tombamento do centro histórico.

Podemos destacar esse provável entendimento da esfera municipal, como mais um desconhecimento a respeito do seu papel na proteção, preservação e promoção do patrimônio cultural, como forma de fortalecimento da identidade e da memória da população do lugar.

Nesse sentido, entendemos que o poder público municipal não deve se eximir de implementar ações para preservação e promoção do lugar tombado em Porto Nacional, que, desde de 2008, passou a ser patrimônio cultural brasileiro.

Destarte, é indispensável o entendimento de que patrimônio não é um conjunto de edificações, ou seja, não se refere apenas a um conjunto de bens antigos ou aqueles com características semelhantes, mas um conjunto da cidade, espaços e interstícios urbanos que, somados aos edifícios históricos são portadores da memória de um povo. Patrimônio cultural refere-se também às práticas socioculturais e ao cotidiano a partir das relações e pertencimento.

Além disso, deve ser levado em consideração, que o centro histórico de Porto Nacional é um lugar de tradições e vivências e que seus habitantes, devem ser sujeitos de todo processo de permanências e transformações do lugar.

Assim, é fundamental o envolvimento do poder público municipal no processo de fortalecimento do centro histórico como um lugar de vivência e experiência. Ressaltamos que envolvimento aqui, significa participação ativa na preservação da memória, história e tradições. Compreendendo e fazendo valer que os habitantes do centro histórico sejam ouvidos em todo processo de permanências e transformações do lugar.

Dessa forma, desejamos que este trabalho remeta a porta de entrada aos debates futuros sobre as concepções de lugar atreladas às práticas e vivências cotidianas no centro histórico de Porto Nacional. Pois, o exposto até agora não caminha em sentido ao final de uma etapa, mas sim em sentido à abertura de novas possibilidades, novas reflexões e outras propostas acerca da temática.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Mário. **Cartas a Manuel Bandeira**. Rio de Janeiro 1988.
- ARANTES, Antônio Augusto. Documentos históricos, documentos de cultura. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 22, p.48-55, 1987.
- BARCELOS, Letícia Nunes; ALMEIDA, Renata Hermann. Participação Social na Preservação de Sítios Históricos Urbanos: um experimento metodológico do Sítio Histórico de Santa Leopoldina -ES. *In: Mestres e Conselheiros: Agentes multiplicadores do patrimônio*, 9, 2017, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2017. p.626-648.
- BERDOULAY, Vicent; ENTRIKIN, John Nicholas. Lugar e Sujeito: perspectivas teóricas. *In: MARANDOLA JUNIOR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de. (Orgs.). Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia*. São Paulo, Perspectiva, 2014.
- BEZERRA, Laura. A Unesco e a preservação do patrimônio audiovisual. *In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, 5, 2009, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2009. p.1-11.
- BO, João Batista Lanari. **Proteção do patrimônio na UNESCO: ações e significados**. Brasília: UNESCO, 2003. 186p.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- _____. **Decreto nº. 3.551 de 4 de ago. de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm> Acesso em 5 dez. 2017.
- _____. **Decreto nº. 6.844 de 7 de maio de 2009**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_6844_de_07_de_maio_de_2009.pdf> Acesso em 19 de dez. 2017.
- _____. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <planalto.gov.br>. Acesso em: 24 de dez. 2017.
- BURDA, Naomi Anaue; MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. Perspectiva geográfica sobre o patrimônio arquitetônico da cidade da Lapa, PR. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba: v.3, n.1, p. 115-123, jan./jun. 2011.
- CALDEIRA, Cristina Cleide. Conservação preventiva: histórico. **Revista CPC**, São Paulo, v.1, n.1, p.91-102, abr. 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpc/article/download/15582/17156.V>>. Acesso em 05 de nov., 2017.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FELCH, 2007.

CAVALCANTE, Ivana; KIMURA, Simone. Mapeamento do patrimônio cultural do estado do Tocantins. *In*: CAVALCANTE, Ivana; KIMURA, Simone (Orgs.). *Vivências e Sentidos: o patrimônio cultural do Tocantins*. Goiânia: Iphan/14ª Superintendência Regional, 2008.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. O sentido do lugar. *In*: MARANDOLA JUNIOR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de. (Orgs.). **Qual o espaço do lugar?:** geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo, Perspectiva, 2014, p. 250-279.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Arquitetos da memória:** sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

_____. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil, **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n.12, 2001. p.147-165.

_____. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil, **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n.34, 2012. p.149-165.

CIFELLI, Gabrielle. A refuncionalização turística do patrimônio cultural: os novos usos do território apropriado pelo turismo em Ouro Preto–MG. *In*: PAES, Maria Tereza; OLIVEIRA, Melissa. (Orgs.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2010. p.115-138.

COSTA, Amanda Gabrielle de Queiroz. Democratização das políticas culturais - da intenção de Aloísio Magalhães à salvaguarda do patrimônio imaterial (1975-2001). *In*: Simpósio Nacional de História, 26, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2011. p.1-12. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300907680_ARQUIVO_artigoanpuh.pdf>. Acesso em 30 de nov. 2017.

COSTA, Everaldo Batista da. Refuncionalização do patrimônio cultural e a nova racionalidade da organização sócio-espacial em núcleos urbanos tombados, **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 6, n. 2, 2008, p. 53-73. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/496/2942>>. Acesso em 19 de fev. 2018.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. da. "Patrimonialização do Patrimônio": ensaio sobre a relação entre turismo, "patrimônio cultural" e produção de espaço. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n., 31, p. 95-104, 2012.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FEITOSA, Thalyta de Cássia da Silva. **As festas da cidade de Porto Nacional-TO: um olhar dos ativistas culturais**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2017.

FIGUEIREDO, Lauro Cesar. Perspectivas de análise geográfica do patrimônio cultural: algumas reflexões. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 17, n.1, p.55-70, jan./abr., 2013a.

_____. Novos Olhares sobre a Dimensão Geográfica da Cultura: o patrimônio cultural. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da; PIRES, Cláudia Luisa Zeferino (Orgs.). **Maneiras de ler: geografia e cultura**. Porto Alegre: Compasso Lugar Cultura, 2013b, p. 206-219. Disponível em: <https://laboter.iesa.ufg.br/up/214/o/MANEIRAS_DE_LER_GEOGRAFIA_E_CULTURAL.pdf>. Acesso em 15 de mar., 2018.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. 296p.

_____. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. 316p.

_____. O Patrimônio histórico na sociedade contemporânea: discurso de posse, **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, ano., 166, n. 428, p. 165-176, jul./set., 2005. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/151-volume-428.html>> Acesso em 11 de nov. 2017.

_____. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. **Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação**. Brasília: IPHAN/ Minc/DID, 2000.

GASPARINI, Audrey. **O tombamento e a transferência do direito de construir**. 2005. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

GODINHO, Durval da Cunha. **História de Porto Nacional**. Goiânia, 1988.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. **O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GRAHAM, Brian; ASHWORTH, Greg; TUNBRIDGE, John. **A Geography of Heritage: Power, Culture and Economy**. London: Arnold Press, 2000.

HOLZER, Werther. O lugar na geografia humanista. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 7, p. 67-78. jul./dez., 1999. Disponível em <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/07_6_holzer.pdf>. Acesso em 13 de mar. 2018.

_____. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente, **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano II, n.3, p.77-85, jul./dez., 1997.

HORTA, Maria de Lurdes Perreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de educação Patrimonial**, 1999. 65p. Disponível

em:<http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf>. Acesso em 8 de mar. 2018.

IBGE. Cidades: Porto Nacional - TO. **População Estimada[2018]**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/porto-nacional/panorama>>. Acesso em: 28 de mar. 2018.

IPHAN. **Ata da 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, 2008a.

_____. **Carta de Amsterdã**. (1975). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em: 14 de nov. 2017.

_____. **Carta de Petrópolis**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Petropolis%201987.pdf>>. Acesso em: 14 de nov. 2017.

_____. **Dossiê de Tombamento de Porto Nacional - TO**. Iphan, 2007.

_____. **Educação Patrimonial**: históricos, conceitos e processos. Iphan, 2014. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf>. Acesso em: 26. fev. 2018.

_____. **Iphan restaura Igreja de Nossa Senhora do Carmo (TO)**. Disponível em:<<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1953/iphan-restaura-igreja-de-nossa-senhora-do-carmo-to>>. Acesso em 06 fev. 2018.

_____. **Linha do Tempo**. (2016). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3526/linha-do-tempo-registra-100-anos-de-historia-da-preservacao-do-patrimonio>>. Acesso em 10 mar de 2018.

_____. **Manual de aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais**. Brasília: Iphan, 2000. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf> Acesso, 19 de Mar. 2018.

_____. **Parecer do Conselho Consultivo do IPHAN**.(2012). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Parecer_conselho_consultivo.tombamen-to-de-porto-nacional.pdf>. Acesso em: 15 de nov. 2017.

_____. **Portal Iphan**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginainicial.do>>. Acesso em 14 de nov. 2017.

_____. **Parecer Técnico 003/2008**. DEPAM/IPHAN, 2008b.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os rituais de Tombamento e a escrita da história: Bens tombados no Paraná entre 1938 - 1990**. 1998. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

LUCKERMANN, F. Geography as a formal intelectual discipline and the way in which it contributes to human knowledge. **Canadian Geographer**, v.8, n.4, p. 167-172, 1964.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Joel. **Estudos sobre existencialismo, fenomenologia e educação**. São Paulo: Centauro, 2006.

MEC-SPHAN. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília. (1980). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=531>>. Acesso em: 21 de dez. 2017.

MELLO, João Batista Ferreira. O triunfo do lugar sobre o espaço. In: MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia (Orgs.). **Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia**. São Paulo, Perspectiva, 2014, p. 31-68.

_____. Símbolo dos lugares, dos espaços e dos “deslugares”. **Espaço e cultura**, Rio de Janeiro, edição comemorativa, p.167-174, 2008.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Trad. Carlos Alberto R. de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MESSIAS, Noeci Carvalho. Religiosidade e devoção: **As festas do Divino e do Rosário em Monte do Carmo e Natividade/TO**. 2010. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. **Ferrovia: Patrimônio Cultural**: estudo sobre a ferrovia brasileira a partir da região dos campos Gerais (PR). 2006. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 20.ed. São Paulo: Annablume, 2005.

NASCIMENTO, Núbia Nogueira do. **Turismo cultural e a patrimonialização do polígono de tombamento do centro histórico de Porto Nacional - TO**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós -Graduação em Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2014.

NASCIMENTO, Núbia Nogueira; BALSAN, Rosane. Discurso sobre o Processo de Tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional-TO. **Cultur**, Ilheus, n.02, p.109-135, jun., 2017.

NIGRO, Cíntia. **As dimensões culturais e simbólicas nos estudos geográficos**: bases e especificidades da relação entre patrimônio cultural e geografia. In: PAES, Maria Tereza duarte. Oliveira, melissa Ramos da Silva (Orgs.). **Geografia Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Annablume, 2010.

NOGUEIRA, Amélia, Regina Batista. Lugar como a representação da existência. *In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da; PIRES, Claudia Luiza Zeferino (Orgs.). Maneiras de ler: geografia e cultura. Porto alegre: Compasso, 2013. p. 83-89.*
_____. Uma Interpretação fenomenológica na Geografia. *In: SILVA, Aldo Dantas; GALENO, Alex (Orgs.). Geografia, Ciência do Complexus. Porto Alegre: Sulina, 2004.*

_____. A Geografia e a experiência do mundo. *In: BONFIM, Paulo Roberto Albuquerque; SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. (Orgs.). Geografia e Pensamento geográfico no Brasil. São Paulo: Annablume, 2010.*

NÓR, Soraya. O lugar como imaterialidade da paisagem cultural. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, n.32, p.119-128, 2013.

OLIVEIRA, Fernanda Rocha de. **Novos olhares e antigas práticas no tombamento de centros históricos: o caso de Natal-RN.** 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2016.

OLIVEIRA, Livia. O sentido do lugar. *In: MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia (Orgs.). Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 4-16.*

OLIVEIRA, Rafael Fabrício. Contribuição do conceito de rugosidade espacial para o entendimento provisório dos conteúdos urbanos e o potencial escancaramento das contradições sociais na metrópole. *In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 15, 2015, Havana. Anais... Havana: ICAIC, 2015.*

PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos históricos do Estado do Tocantins.** Editora: UFG, 1999.

PEREIRA, Mariele Rodrigues. Porto Nacional: entre o lugar como referência cultural e as intervenções no espaço urbano. **Habitus**, v.13, p.63-88, 2015.

PICANÇO, Valéria Maria Pereira Alves. **Preservação Patrimonial X Qualidade de Vida: Avaliação Pós-Ocupação no Programa Monumenta.** Centro Histórico de Natividade – Tocantins. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pesquisa e Pós - Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

QUEIRÓS, Ana Felipa Gamboa. **Reabilitação de Centros históricos.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Economia) - Faculdade de Economia de Coimbra, Coimbra, 2007.
RELPH, Edward. Reflexões sobre a Emergência, aspectos e essência de lugar. *In: MARANDOLA JUNIOR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de. (Orgs.). Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo, Perspectiva, 2014, p.17-32.*

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese.** (Traduzido por Elaine Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentine). Goiânia: UCG, 2006. 121p.

SANT'ANNA, Márcia. **A cidade-atração: Patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90.** Artigo baseado na comunicação proferida durante a mesa redonda Cidades

monumentos, realizada no dia 15 de outubro de 2003. Disponível em:
<<https://www.passeidireto.com/arquivo/24105665/a-cidade-atracao-patrimonio-e-valorizacao-areas-centrais-no-br-anos-90-marcia>>. Acesso em 4 de dez. 2017.

_____. **Da cidade-monumento à cidade-documento:** a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo. Razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **A totalidade do diabo:** como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais. São Paulo:Hucitec, 1977. p. 31-44.

SANTOS, Antonio Miranda dos; BARBOSA, Joana Euda; SILVA, Luciano Pereira da. Política de Preservação da Fundação Cultural do Tocantins. *In:* CAVALCANTE, Ivana; KIMURA, Simone (Orgs.). **Vivências e Sentidos:** o patrimônio cultural do Tocantins. Goiânia: Iphan/14ª Superintendência Regional, 2008. p. 69-90.

SECOM. **Secretaria da Cultura faz Inventário da Súsia.**(2011). Disponível em
<<http://www.secom.to.gov.br/noticias/8664>>. Acesso em 14 de dez. 2017.

_____. **Igreja de Monte do Carmo é tombada como Patrimônio Cultural do Estado.** (2012). Disponível em: < <https://secom.to.gov.br/noticias/igreja-de-monte-do-carmo-e-tombada-como-patrimonio-cultural-do-estado-86648/>>. Acesso em: 14 de dez. 2017.

SOPHIA, Daniela Carvalho. Políticas de Preservação do Patrimônio. *In:* GRANATO, Marcus (Org.). **MAST:** 30 anos de pesquisa. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015. p. 317-339. Disponível em: <
<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/1266/1/Sophia%2C%20Daniela%20Carvalho%20-%20As%20Pol%C3%ADticas%20de%20Preserva%C3%A7%C3%A3o%20do%20Patrim%C3%B4nio.pdf>>. Acesso em 27 de nov. 2017.

TIERRA, Pedro. **O Porto submerso.** Brasília: Edição do autor, 2005.

TOCANTINS. **Lei nº. 431, de 28 de julho de 1992.** Disponível em:
<www.al.to.leg.br/arquivo/6689>. Acesso em: 14 de dez. 2017.

_____. **Notícias.** Disponível em: <www.to.gov.br>. Acesso em: 06 de fev. 2018.

_____. **Portal Tocantins.**(2018). Disponível em: <<http://to.gov.br/governo/secretarios-e-presidentes/secretaria-de-desenvolvimento-economico-ciencia-tecnologia-turismo-e-cultura/>>. Acesso em: 01 de fev. 2018.

TORELLY, LuizPhilippe. Notas sobre a evolução do conceito de patrimônio cultural. **Fórum Patrimônio**, v.5, n.2, Belo Horizonte, 2012.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência (Traduzido por Livia de Oliveira). Londrina:Eduel, 2013.

_____. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

APÊNDICE

Apêndice A. Roteiro para as conversas eventuais

1. Nome, idade, endereço:
2. Há quanto tempo mora no centro histórico:
3. O que significa esse lugar para ele (a):
4. Sabe se o lugar é tombado? O que mudou com o tombamento para melhor ou pior?
5. Além da residência, qual o melhor lugar do centro histórico? Porque?
6. Se demolisse alguma edificação no centro histórico, faria diferença?
7. Participou ou ficou sabendo de reunião do Iphan durante o tombamento? E depois do tombamento?
8. Sabe informar quem solicitou o tombamento?
9. O que poderia melhorar no centro histórico?

ANEXO

Anexo A. Dossiê de tombamento do centro histórico de Porto Nacional: Notícia História

Centro Histórico de Porto Nacional

Notícia História

La ciudad que nos sueña a todos y que
todos hacemos y
dehacemosmientrassomñamos

Octavio Paz, poeta mexicano.

Falar da história de Porto Nacional é começar por falar dos bandeirantes paulistas que desde o começo do século XVIII, se embrenharam pelo interior do Brasil, inicialmente na busca de índios, a mão de obra agrícola, para trabalhar na "grande lavoura", no dizer de Caio Prado Junior. Esses empreendimentos agrícolas se estabeleceram ao longo do litoral, alguns quilômetros para dentro, e são responsáveis pelo primeiro ciclo econômico do país, o da cana de açúcar.

Como se sabe o ouro foi descoberto nas Minas Gerais na última década do século XVII, iniciando-se o que se chamou de "corrida do ouro" e que veio acompanhado de um processo dinâmico de ocupação de diversos pontos auríferos, de desenvolvimento incomum para o Brasil, o ciclo do ouro.

Em 1719 foi encontrado ouro em Cuiabá, no Mato Grosso, cujo acesso só era possível pelo meio fluvial. Era necessário encontrar-se um meio por terra. Nessa procura chegaram os bandeirantes chefiados por Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, a descobrir ouro de aluvião no rio Vermelho, Goiás, em 1725. Neste local nos anos que se seguem, inicia-se a formação de um povoado, que mais tarde, se tornaria a capital da província de Goiás, a antiga Vila Boa. Hoje ela é conhecida como Cidade de Goiás, ou popularmente chamada Goiás Velho, nome adquirido quando da mudança da capital do estado para Goiânia em 1937. Esse ciclo em Goiás tem o seu clímax por volta dos anos de 1750.

Os bandeirantes continuam suas incursões pelo sertão goiano, já agora tendo o ouro como busca principal. Abrem quatro frentes, uma para o poente em direção a Cuiabá, outra para o nascente, até Paracatu nas Minas Gerais, a terceira para o sul, em direção a São Paulo e finalmente "para o norte, que se segue até o último Arraial desta parte que é o Pontal", (Bertran, 1997: 74). "De fato o Pontal, descoberto no ano de 1738, por Antônio Sanxes, é a última povoação desta capitânia da parte do norte," e mais para cima, para o norte "Até perto do Maranhão, e Pará tudo é Gentio, um de canoa e o outro de terra, por cuja razão o Arraial do Pontal, por ficar distante, é aonde assistem os mais facinerosos Paulistas da Comarca". (Bertran, 1997: 92).

Seguem os bandeirantes em direção ao norte, pelos rios, sobretudo os da bacia do Tocantins, descobrindo ouro em diversos lugares. Cria-se no dizer de Palacin, um novo eixo mineiro, agora no norte de Goiás, as "minas do Tocantins".

Chega-se com dificuldade a estas paragens, saindo de São Paulo, do Rio de Janeiro, da Bahia e pelo norte através do rio Tocantins, saindo de Belém do Pará.

O isolamento e a dificuldade de comunicação dos centros maiores com a região dificultavam a cobrança do quinto pela coroa de Portugal e facilitava o contrabando do

ouro. Para coibir, Portugal resolve taxar demasiado a mineração e controlar as vias de comunicação, proibindo a navegação pelo rio Tocantins.

O descontentamento de mineradores e comerciantes é geral, e dizem os historiadores que as idéias separatistas iniciam-se nesta época, surgindo então o primeiro rompimento entre o sul e o norte de Goiás.

Tudo tinha que passar pela Vila Boa, criando-se conflitos e animosidades, o que levou o governo real a instalar uma nova comarca no norte que se instala na Vila de São João da Palma.

O desembargador Teotônio Segurado, de origem portuguesa, é enviado para a região para ocupar o cargo de intendente e, curiosamente ao se inteirar dos fatos, concebe a instalação do governo independentista do norte, que teve vida curta e foi logo reprimido. Teotônio é chamado para Portugal, lá permanecendo, sem jamais voltar ao Brasil. O movimento separatista perde força e se dispersa por então.

Próximo ao local de mineração, formaram-se simples povoados, pequenas aglomerações urbanas, com construções cobertas com palha, às margens dos cursos d'água. Essas aglomerações logo começam a crescer e se desenvolver sustentadas pelo valioso metal amarelo, vindo mais tarde a se transformar nas principais vilas do então norte goiano, hoje estado do Tocantins.

Cavalcante é de 1740, Arraias é fundada em 1740, S. José do Duro em 1751, Monte Alegre em 1769, Natividade é de 1734, Arraial do Carmo de 1746, Conceição de 1741, Pontal de 1738. Cavalcante ficou no estado de Goiás, abaixo do paralelo 13, linha, fronteira que divide os dois estados da federação desde 1988.

Na verdade, o que se via era um imenso corredor, itinerário dos bandeirantes, que em sua passagem, deixavam gravados na imensidão daqueles sertões os pequenos arraiais auríferos, que vieram hoje a se transformar nas cidades históricas do estado do Tocantins.

Dos arraiais citados acima, dois têm papel importante para Porto Nacional: Carmo e Pontal, ambos prósperos centros de mineração. O primeiro, como Porto Nacional, situado na margem direita do rio Tocantins a quarenta e dois quilômetros sertão a dentro, e o segundo, situado na outra margem, a doze quilômetros, rio abaixo.

A travessia do rio era feita em barcos de propriedade do português Félix Camoa, que residia com sua família em um sítio elevado, acima das barrancas do rio, onde hoje está implantado o centro histórico de Porto Nacional. Na última década do séc. XVIII, desenvolve-se aí o pequeno povoado, porto de passagem de mineradores e mascates que cruzavam o rio ora para o Pontal, ora em sentido inverso em direção ao Carmo.

As versões sobre a formação da então Porto Real, deixam lacunas difíceis de aclarar. São versões de historiadores e intelectuais que se basearam nos poucos documentos escritos, nas narrativas e desenhos dos viajantes que no início do séc. XIX, que por lá passaram e, em informações orais de antigos moradores.

O certo é que o arraial do Pontal estava situado na margem esquerda e Porto Real na direita. A localização do arraial do Pontal, não está clara. Para uns distava quarenta quilômetros de Porto Real, no pé da serra do Pontal. Este arraial teria durado pelo menos uns cem anos (Godinho, 1988: 10).

Para outros, Pontal estava a doze quilômetros de Porto, nas beiradas do Tocantins, (Reis, 1983: 19).

Parece que ele ficava afastado do rio quatro léguas: "Arraial do Pontal, porque ali faz uma grande ponta o Rio Tocantins, de quem ele dista 4 léguas, e do Carmo 12. É freguesia e tem de Quartel uma companhia de Ordenança." (Bertran, 1997: 77). Sabe-se que o Arraial do Pontal tinha duas ruas que se cruzavam, duas igrejas e cerca de setenta casas. Natividade, Carmo e Pontal eram arraiais bastante florescentes.

Os conflitos entre brancos e índios eram freqüentes naquela época. Em 1805 ou 1808, os índios Xerentes, em grande número e bem armados de arcos, flechas e bordunas, atacam o Arraial do Pontal, destruindo grande parte das casas e matando parte dos seus habitantes. Muitos dos que ficaram vivos, atravessam o rio e vão construir suas casas junto a do português Camoa. Algumas famílias chegadas do Carmo, também aí se instalam, e o arraial de Porto Real rapidamente se desenvolve, ao passo que o do Pontal se enfraquece, entrando em decadência, até que é abandonado e as suas construções entram em rápido processo de ruína, chegando ao quase desaparecimento nos dias atuais, tomadas que foram pela vegetação e pelo completo abandono. O arraial do Pontal conviveu com Porto Real, até pelo menos as três primeiras décadas do século XIX. (Porto Nacional - Wikipédia 2007).

Cunha Mattos escreve em 1824, que naquela ocasião as minas do Carmo, de Natividade e de Arraiais ainda eram bastante exploradas e Carmo tinha 70 casas e uma capela, dedicada a N. Sr^a. do Carmo. Porto possuía então 47 casas além da capela dedicada a N. Sr^a das Mercês.

Pohl, em 1819, e Burchell em 1829, também visitaram o então arraial de Porto Real. Este último nos deixou três belos desenhos a lápis, do lugar, onde é possível ver em um deles a capela ao centro, o pelourinho, algumas casas de boa feitura, além da vegetação, pés de mamão e cajá, que na verdade parecem ser cajueiros, pelo seu porte.

Porto Real tornou-se um importante entreposto de víveres, e toda sorte de artefatos necessários à época para o trabalho nas minas, e para a sobrevivência da população. O Tocantins era a via de navegação que conduzia até Belém do Pará. Pelo Porto Real, saía também parte do ouro contrabandeado, talvez, extraído não só no Carmo como em outros arraiais, e também todo o excedente da produção agrícola e pecuária regional.

Com o esgotamento das minas, a partir da segunda metade do séc. XIX, a economia de todo o norte goiano volta-se para a criação e o comércio de gado, comércio este que se estabelece com Pernambuco e, sobretudo com a Bahia, pela necessidade de levar o gado para o sertão a fim de afastá-lo das áreas agrícolas do litoral. Formam-se os grandes latifúndios com a criação extensiva do gado nas campinas e no cerrado. É nesta época que chegam a Natividade, cidade distante de Porto cerca de cento e trinta quilômetros, os pedreiros baianos que vão introduzir nas fachadas das casas e dos demais edifícios coloniais um tipo de ornamentação muito particular. São cornijas, frisos decorados, beiras-sebeiras originais, molduras de portas e janelas, e outras mais, bem ao gosto popular, fruto do rico imaginário desses artífices do sertão. Esta moda logo se espalhou pelas vilas e arraiais, chegando também a Porto Real, promovido a vila em 1831, tornando-se Vila de Porto Imperial.

Desde 1835, Porto Imperial foi elevado à paróquia, deixando então de pertencer à paróquia da Vila do Carmo. Também em 1835, foi a vila elevada a Distrito. Em 1851,

a justiça local passou a ser ministrada por juizes togados. Em 1861 torna-se cidade. Seu primeiro intendente foi o tenente coronel Joaquim Ayres da Silva. Esse influente chefe político, aproveitando a visita do bispo dom Cláudio Ponce de Leão, da diocese de Vila Boa, à qual pertencia Porto Imperial, solicita-lhe que fizesse contatos com os dominicanos franceses a fim de que eles viessem se estabelecer em Porto Imperial e cuidar da evangelização e sobretudo do ensino naquela cidade.

Em 1886, chega a Porto Imperial a primeira leva de frades dominicanos, entre os quais, frei José Maria Audrin, Gil Vila Nova, André Blatgé. Logo depois chegam os freis Domingos Nicolett e Bartolomeu (Berto) Meirinho, este último português.

Logo após a proclamação da república, em 1890, a cidade muda mais uma vez de nome, passando a chamar-se agora Porto Nacional, nome que guarda até hoje. Logo depois, chega o frei Domingos Carrerot, que viria a ser o 1º bispo da diocese de Porto Nacional em 1915, com a divisão da diocese de Goiás. A partir de agora, a Vila Boa seria a responsável pelos fiéis da parte sul, ao passo que a Porto caberia a responsabilidade pela parte norte do estado de Goiás.

A presença desses frades no local vai dar um novo impulso à vida da cidade de Porto Nacional. Em

1904, chegam as freiras francesas de Monteils, no Aveyron, França, também da ordem de São Domingos. Entre elas estavam a Madre Maria Inêz, Irmã Maria Raphael, Irmã Maria André e Irmã Maria Fernanda.

Porto Nacional em poucos anos, torna-se referência no ensino fundamental e religioso em todo o estado de Goiás.

Os frades constroem a catedral, o seminário dominicano, para a educação de meninos e rapazes, enquanto as freiras criam e constroem o Colégio Sagrado Coração de Jesus, também conhecido como Caetanato, pelo fato da senhora que fornecia pão para o colégio, e que lá morava chamar-se Caetana. Este colégio foi e é referência da educação em todo o estado. Por ele passaram gerações de moças portuenses que se destacaram culturalmente, não só na cidade, mas em todo o estado.

Em 1905, é fundado o Jornal do Norte, pelo médico e político Dr. Francisco Ayres da Silva. Este jornal circulou até o ano de 1987. Em 1925, chegam a Porto Nacional 1700 homens da Coluna Prestes, comandadas pelos "seguintes militares: General Miguei Costa, Cel. Luiz Carlos Prestes, tenentes coronéis Cordeiro de Farias, Siqueira Campos, Djalma Dutra e Juarez Távora", (Godinho 1988: 217). A Coluna utilizou as impressoras do "Jornal do Norte", para a impressão de seu periódico "O Libertário". O ano de 1935 foi importante para Porto Nacional, pois foi inaugurado o aeroporto, onde desceu o primeiro avião na cidade. Este aeroporto, mais tarde, serviu de apoio para a descida de aviões que traziam passageiros para Palmas, a nova capital, antes do seu aeroporto ficar pronto.

O Consaude, uma organização não governamental, destinada a promover uma série de programas sociais e culturais, com foco na saúde, é criado em 1969.

Em 1979, é finalizada a construção da ponte ligando as duas margens do rio Tocantins, o que veio facilitar o acesso de Porto Nacional à estrada Belém / Brasília.

1988 é a data da criação do estado do Tocantins. 1993, é o ano da criação do Conselho Municipal de Cultura. Em 2001 é elaborado o Plano Diretor de Porto

Nacional, que contempla a preservação do “núcleo histórico” em seus artigos 25, 27, 41, 42 e 67.

Neste mesmo ano, são destruídas, na praça da catedral, quatro antigas casas e o coreto, construção de 1948, para a “remodelação” da nova praça, construção do mirante e de sanitários públicos. Ao mesmo tempo, é aberta e urbanizada a avenida Beira Rio.

Essas obras foram realizadas tendo em vista o Termo de Ajustamento de Conduta, TAC, firmado entre a prefeitura e a empresa responsável pela construção da barragem do Lajeado, inaugurada em 2002 e localizada rio abaixo, depois de Palmas. As praias do rio Tocantins desapareceram, criando-se um grande lago defronte à cidade. Fato impactante, pois que a cidade durante três a quatro meses no ano, vivia do turismo, em função de suas praias fluviais.

A demolição desses edifícios, sobretudo o do coreto, gerou muitos protestos da população. Vários segmentos sociais se manifestaram publicamente em comícios e passeatas, realizando o enterro simbólico do coreto logo após a sua demolição que ocorreu em plena madrugada. Cria-se uma associação de moradores para lutar junto à Justiça contra as arbitrariedades da prefeitura, visando à preservação do centro histórico. Este movimento cresce e leva a nova gestão municipal a se engajar ativamente neste processo de salvaguarda do seu patrimônio.

Entre 2006 e 2007 há vários encontros entre a prefeitura de Porto e a 14ª Superintendência Regional do IPHAN com vistas à preservação do centro histórico. Esses encontros geraram ações que culminaram com a restauração da antiga Casa de Câmara e Cadeia, para a instalação do Museu Histórico e, o preparo do dossiê de tombamento do centro histórico de Porto Nacional.

A Catedral

O dia nasceu sonolento, ameaçando chuva.
Mas mesmo assim o largo onde seria erguida a Catedral
estava lotado, naquele 7 de maio de 1894.

Edvaldo Rodrigues, escritor portuense.

Os frades dominicanos franceses, logo ao chegarem à então cidade de Porto Imperial, em 1886, percebem que a pequena capela dedicada a Nossa Senhora das Mercês, erguida no início do século XIX, é muito pequena para abrigar os fiéis portuenses. Apressam-se então a fazer planos para a construção de uma nova igreja capaz de atender com folga à grande demanda por espaços destinados aos ofícios religiosos. Decidem então, após elaborar o seu risco de arquitetura, iniciar a construção levantando paredes, para, em seguida, demolir a antiga capela.

Os frades dominicanos, embora com uma boa formação intelectual, não tiveram a necessária sensibilidade para manter o singelo templo, decidindo demoli-lo. A capela era um símbolo da época das minas de ouro naquele pedaço de território, no centro do país, e estava perfeitamente integrada à escala da antiga vila de Porto Real, como nos mostra o desenho de William Burchel, de 1829.

Não se tem notícia se o projeto veio da França ou se foi elaborado em Porto Nacional. Parece que ele foi discutido entre os frades, com a supervisão do Frei Bartolomeu. Nele prevaleceu o estilo românico, esquecendo-se toda a presença do barroco da colônia. Explica-se: os frades vinham de uma Europa do final do século XIX, onde eram válidas as idéias de Violet Le Duc, na França, e de John Ruskin na Inglaterra, idéias surgidas no meio do século XIX e que propugnavam por uma releitura dos estilos clássicos medievais, românico e gótico, tidos como estilos nacionais naqueles países.

No Brasil era tempo de valorização da cultura francesa e o esquecimento e até descaso em relação ao período colonial, que ficaria no limbo por décadas. Época de demolições, de abertura de avenidas, influência do modelo urbanístico dos bulevares abertos pelo barão Haussmann em Paris, do fenômeno “bota abaixo” responsável pela urbanização embelezadora do final do séc. XIX e início do XX, no Rio de Janeiro.

Os dominicanos vinham do sul da França, região rica em monumentos românicos como as igrejas de Saint-Paul-Trois-Châteaux e Notre-Dame-des-Doms. Decidem então por uma solução híbrida incorporando influências de algumas escolas românicas francesas como a normanda e a provençal, adaptadas aos rituais religiosos da época seguindo as plantas de nossas igrejas barrocas oitocentistas.

O projeto da nova igreja de Porto Nacional não apresenta transepto e nem deambulatório. Comporta o pequeno vestibulo ou nártex, com o coro acima, o paravento, a entrada para o batistério à esquerda, e as entradas para as duas torres. Na seqüência, três naves: a central e as duas colaterais que se prolongam dando origem a duas capelas ditas também colaterais. A nave central, com pé direito mais elevado, termina no arco cruzeiro, onde se situa a mesa de comunhão. Em seguida, a capela mor ladeada por duas salas, a do evangelho e a da epístola.

O partido adotado pelos antigos construtores românicos buscava um perfeito acordo entre todos os elementos construtivos, e é um exemplo de absoluta lealdade arquitetural, segundo nos diz o arquiteto Jean Charles Moreux em sua *Histoire de l'Architecture* (1973; 61).

As fachadas refletem e deixam antever o interior do templo, exprimindo corretamente a planta e a estrutura e acusam a destinação do monumento. Elas não receberam revestimento. A fachada principal, imponente e monumental segue o modelo das igrejas românicas provençais do sul da França. O corpo central é dominado por um arco sustentado por dois pares de colunas cilíndricas monumentais, e capitéis formados por prismas quadrados e seqüenciados. Este corpo está dividido em duas tramas, a primeira com a portada, a entrada principal terminada em arco pleno e a superior com janela envidraçada. Acima do arco um frontão triangular coberto e perfurado por uma pequena janela cega, como um nicho. Uma cornija e uma fiada de telhas em capa e bica arrematam todo o conjunto. Este corpo é flanqueado por duas torres iguais, divididas em duas tramas: a mais baixa, onde se situam as portadas laterais, e a superior, com duas ordens de janelas superpostas, de mesmo tamanho. Destaca-se também a fachada posterior, cujo frontão tem a mesma altura da fachada principal, dando à capela mor um pé direito bastante elevado.

De proporção avantajada, inteiramente subordinada à altura, como nos diz Auguste Choisy, esta ciclópica e elevada alvenaria de pedra e tijolos se destacava no meio das casinhas térreas de adobes e de telhas de barro cozido, imagem longínqua de uma vila medieval da região da Provence, no sul da França. O convento dominicano francês está situado em Saint Maximin de la Sainte Baume, cidade próxima a Aix en Provence.

A igreja construída pelos dominicanos em Porto Nacional, não possui abóbadas. A carpintaria do telhado é aparente, formada por tesouras, terças, frechais, caibros e ripas. A nave central é separada das colaterais por arcadas em arco pleno, apoiadas em pilares de secção quadrada. O piso, provavelmente, era todo em lajotas de barro cozido, as mezanelas.

É portanto, neste hibridismo que reside o interesse maior deste centro histórico e de sua igreja, a Catedral de Porto Nacional.

A construção é iniciada em 1894, e as fundações, de mais de dois metros de profundidade, começam a ser escavadas envolvendo o antigo templo, pois que a nova igreja deveria ser erguida no mesmo local da anterior e era, por enquanto, necessário manter a antiga para atender aos atos religiosos. Pouco a pouco, as paredes de aproximadamente um metro de espessura começam a ser levantadas.

Mais tarde, quando a nova igreja ganha corpo é que os frades iniciam a demolição da capela. Após nove anos de intenso trabalho estava parcialmente concluído o grande edifício, referência e ponto fulcral para toda a aglomeração urbana.

O edifício monumental, recentemente construído, correspondia então aos três aspectos percebidos por Vitruvio, quando o arquiteto define a arquitetura, como um edifício que deveria ser sólido, preencher plenamente a sua função utilitária e ser belo.

A catedral estava implantada em terreno plano, acima das barrancas do rio Tocantins, em sua margem direita, defronte a uma grande praça fechada, verdadeiro terreiro, sem pavimentação, como também todo o arruamento da antiga vila, agora a cidade de Porto Nacional.

Foi uma verdadeira epopéia a construção daquela igreja. Decidiram os frades enviarem por barco a Belém, descendo o Tocantins, alguns homens com a incumbência de comprar ferramentas tais como grampos de aço, serras, machados, picaretas e outras mais. Esta expedição levou dois meses para chegar a Belém e quatro meses para voltar a Porto Nacional, rio acima, chegando todos muito cansados, famintos e alguns enfermos. Foram recebidos pelo povo como verdadeiros heróis como nos conta o escritor portuense Edvaldo Rodrigues.

Não se sabe ao certo de quem foi o autor do projeto de arquitetura ou da traça, como se dizia então. Um ou vários frades dominicanos, homens cultos, versados em diversas ciências e artes, provavelmente foram os responsáveis pelo projeto da nova igreja. No entanto parece que um deles, frei André Blatgé, foi o responsável pelo projeto de arquitetura, pois que "era arquiteto e construtor de talento. Anos antes, ainda muito jovem, dera provas de raras aptidões na construção do Colégio de N. S. das Dores de Uberaba e, mais tarde, da igreja matriz de Porto Nacional". (Audrin 2007: 181).

A mão de obra para a construção foi toda conseguida no local pois, logo após a abolição havia um enorme contingente de escravos libertos que, sem ter para onde ir, permaneceram no local e foram oferecidos aos frades pelos fazendeiros e ricos comerciantes portuenses, seus antigos senhores. Parte dos recursos vieram da França, e outra parte foi obtida no local por doações dos fiéis, dos comerciantes e donos de mineradoras, pois o ouro ainda era bastante explorado na região.

Os dominicanos montam no local da construção um enorme canteiro e formam, no melhor estilo das construções das grandes catedrais, escolas de formação de oficiais: pedreiros, carpinteiros, entalhadores e ferreiros. É a mão de obra desses mesmos trabalhadores que serão utilizados na construção do seminário, localizado acima da catedral e concluído em 1913. Constroem uma olaria e uma carpintaria e ativam a exploração de uma pedreira para a retirada das pedras que eram levadas para o canteiro já lavradas ou para serem ali lavradas e aparelhadas.

O prédio é todo construído em pedra e tijolo assentes com argamassa de cal e areia, ora com juntas estreitas, ora largas. O arenito foi usado nas bases e em alguns elementos decorativos: grandes tijolos de barro de alta resistência e a pedra canga na parte superior, formando um original paramento. No interior, a catedral é toda revestida. As telhas e tijolos foram produzidos em Ribeirão dos Potes, arraial de excelente barro, situado do outro lado do rio Tocantins, distante de Porto Nacional, três quilômetros rio acima.

Nas fotos antigas, do início do séc. XX, podiam ser vistos os três retábulos em madeira escura, seguindo modelos góticos, todos talhados pelos marceneiros formados no canteiro da obra. Há em seu interior três imagens de época, todas em madeira. A sua origem é um pouco nebulosa, pois se diz que duas vieram da Bahia e o Senhor Crucificado em tamanho natural veio do antigo Arraial do Pontal. Parece que essa hipótese é a única verdadeira.

De acordo com alguns pesquisadores, a catedral foi concluída em 1903, porém em foto de 1911, parece que o telhado da nave ainda não estava totalmente concluído nessa data, o que faz pensar que a catedral teria sido totalmente terminada às vésperas da criação do bispado de Porto Nacional em 1915.

O então estado de Goiás era dividido em duas dioceses, a do sul com sede em Vila Boa, e a do norte, recém-criada, com sede em Porto Nacional. Isto prova o interesse e o prestígio regional desta cidade que, naquela época, era a mais importante da região que hoje é o estado do Tocantins.

Devido à qualidade dos materiais empregados, à robustez do edifício e, sobretudo, ao esmerado cuidado com a construção, a catedral vence os anos, tendo sofrido poucas intervenções. A maior parte delas são obras de manutenção, reparos em revestimento, telhado, pintura, muitas delas nem sempre acertadas, não comprometendo porém a natureza do imóvel. Não se tem notícia precisa das intervenções mais antigas, isto é, as anteriores à década de 1950. Digna de nota é a intervenção desta década, quando são retirados os retábulos, sob a suspeita de estarem infestados de cupins e são substituídos por outros que seguem o mesmo partido e forma, porém de tamanho mais reduzido e de talha mais pobre.

Na década de 1970, é também erroneamente, assentado como revestimento uma barra de ardósia com dois metros de altura nas paredes internas e nas colunas, sob o pretexto de protegê-las contra a sujeira. Também nesta ocasião, um conhecido mestre de obras local consegue convencer tanto o bispo quanto o pároco que se deveria "calafetar", como se dizia então, as juntas do paramento à vista das paredes externas, isto é, obturar as juntas até uma determinada altura, sobretudo as mais largas, com argamassa de areia e cimento, sob a alegação de que as paredes resistiriam muito mais porque assim se evitaria a entrada da umidade.

A última intervenção - e parece que a mais completa - é realizada pela Fundação Cultural do Tocantins, de 1997 a 2002. Esta obra tem a clara intenção de reparar os

enganos cometidos anteriormente. Recupera todo o telhado já bastante deteriorado; todo o piso é trocado seguindo o modelo das originais tijoleiras; é estabilizado e consolidado o grande arco da fachada principal, com a construção de um sub-arco em concreto armado. As fissuras neste arco de tijolos eram preocupantes e esta foi uma das fortes razões que levaram a Fundação Cultural a conseguir recursos do estado para as obras de restauração, em uma época em que o governo estava quase totalmente concentrado na construção da nova capital, a cidade de Palmas. Este fato evidencia a grande importância cultural de Porto Nacional para o estado do Tocantins.

Comentários sobre a preservação do centro histórico de Porto Nacional.

As cidades são como os seres humanos, têm virtualidades próprias, refletem personalidades que lhes conferem caracterização inconfundível.

As velhas cidades que nem sempre são cidades velhas, são eternos teatros onde se representam todas as cenas da vida.

Durval Godinho, professor e escritor portuense.

Sabe-se que os Centros Históricos são o resultado do desenvolvimento das cidades, através do tempo, e onde foram sendo acumuladas as diversas etapas do seu crescimento, estagnação ou decadência. A cada época foram sendo anexados ou superpostos estilos arquitetônicos, as intervenções, as destruições, as ruínas, as construções mais recentes, enfim as transformações dos espaços urbanos e arquitetônicos. Há cidades que deixam ver todo o dinamismo desse processo. Todas essas etapas ajudam a definir o que hoje encaramos como Centro Histórico.

Preservar um centro histórico significa empreender uma ação conjunta entre as instituições governamentais, nos três níveis, se a importância do centro ultrapassar o município e o estado, e com a participação ativa de moradores, associações, agentes sociais, enfim um grande mutirão que se organiza tendo em vista a mesma causa.

Concebe-se então "o patrimônio e sua preservação relacionada com as necessidades globais da sociedade" (Canclini, 1994: 105). É ainda Canclini que chama esta ação de paradigma participacionista, isto é, - "o valor intrínseco dos bens, seu interesse mercantil e sua capacidade simbólica de legitimação - são subordinadas às demandas presentes dos usuários" (Canclini, id. ib.). Seguindo esta posição pretende-se apresentar a proposta para tombamento do centro histórico de Porto Nacional, tendo como foco sua catedral.

Parece que a cidade amadureceu em função das tragédias, das destruições, das demolições nas madrugadas, como a demolição do coreto em 2001. Criou-se na cidade uma consciência tal, que culminou com a participação popular de diversos grupos atuantes na cidade. Cita-se a atuação do "Bloco Carnavalesco Pau Pereira" no episódio do coreto e em outras atuações em defesa do patrimônio cultural. Como dito anteriormente, foi criado o Conselho do Patrimônio e hoje há um grande interesse dessa gestão municipal, que conseguiu junto ao IPHAN restaurar a antiga Casa de Câmara e Cadeia para a instalação de um Museu, para o qual já está sendo elaborado o projeto museológico.

Há também muito interesse da população em participar desse processo. Percebe-se, quando estamos no centro histórico ou na Praça do Centenário, pontos de encontro da população. Todos querem saber, prestar informações, trazer alguma foto antiga, convidam para visitar suas casas e identificar as relíquias que ainda resistem: um fogão a lenha ainda funcionando, as técnicas tradicionais de fabricação de doces, de licores, bordados, rendas artesanais, falam das manifestações, e das festas tradicionais. A Rua Mizaél Pereira, em pleno centro histórico é toda ornamentada com grandes vasos de plantas produzidos na cidade.

É forte o artesanato de barro e palha, enfim sente-se ali a vida a pulsar. A Súcia, dança típica regional, o Festival do Riso e da Canção, o Clube dos Violeiros, Os Tambores do Tocantins; as quermesses da novena de N.S. das Mercês que, durante nove dias no mês de setembro, enchem a praça da Catedral para animadas rifas,

apresentações de músicos, canções, danças, namoros, conversas variadíssimas, piadas e causos.

Inicialmente pensou-se em preparar um dossiê para tombamento de seu monumento maior, a catedral de N. Sra. das Mercês. No entanto, uma observação mais acurada, a vivência da cidade, a fala de seus agentes sociais e, sobretudo o clima positivo, em que encontramos a cidade, levaram-nos a perceber que um conjunto significativo de por volta de 64 casas em torno daquele edifício merecia ser preservado. Esse conjunto de edificações, além de dar suporte ao monumento, propicia um melhor entendimento da história da cidade como um todo.

Aquele casario faz parte do rol das “pequenas coisas modestas, que podem desaparecer”, ao passo que a Catedral “que é grande parece poder sobreviver”, (Wenders, 1994: 184).

Quase não há, nesse conjunto construções do final do séc. XVIII, quando surgia o povoamento. A partir de 1810 é que o arraial começa a crescer e se desenvolver. A maior parte do casario no centro histórico, é do séc. XIX e início do XX. É da metade do XIX em diante que o casario colonial começa a receber a ornamentação rústica dos pedreiros baianos do ciclo do gado no norte goiano.

A catedral é concluída no início do séc. XX. Como exemplares deste século, cita-se, o seminário, o edifício da Cúria, e pequenos arremedos arquitetônicos que seguiam os estilos de época, aqui chegados com certo atraso, mas com muita singeleza e poesia, o eclético, o art-déco, o neo-colonial e mesmo alguns traços modernos.

Cada época possui sua singularidade. É preciso valorizar a recuperação da história em seu sentido amplo, com todos os seus significados, inclusive os mais recentes. Neste aspecto, a escolha da área a preservar, mais que privilegiar edifícios representativos, foi delimitar baseada no conceito da delimitação de uma superfície significativa para contar a história da cidade, sua criação, sua evolução, com ênfase na catedral. A história da catedral está na boca de todos, fruto do trabalho das freiras e dos frades dominicanos. Estes religiosos educaram e ainda educam com qualidade gerações de portuenses.

Pretende-se também proteger a paisagem urbana, estreitamente ligada a história do lugar. Cada rua, ladeira, cada mirada para o rio, cada foco na catedral, na casa de câmara, numa árvore ou num conjunto delas, conta a história da cidade, lugar onde todos se conhecem, histórias carregadas de um imaginário e de uma simbologia muito particular e ao mesmo tempo universal. Deixar para as gerações de agora e para as futuras um espaço onde se perceba as origens, as transformações, as paisagens urbanas da cidade. Essa atitude pode funcionar como uma compensação para evitar o vazio que se originou quando da construção do lago, com a conseqüente perda das praias fluviais e a demolição do coreto, das quatro casas antigas e do corte das frondosas mangueiras da Praça da Catedral.

Que de agora em diante, os projetos de revitalização ou requalificação do centro histórico, sejam concebidos “a partir de valores relacionados com o dia a dia de seus habitantes” (Campelo, 1994: 123), e de seus conteúdos antigos, evitando esgarçar ainda mais o tecido urbano tradicional.

A necessidade de delimitação da área de entorno veio a seguir, impondo-se de uma maneira natural. A Fundação Cultural do Tocantins, em 2004, imbuída, também de sentido preservacionista, realizou o inventário de aproximadamente 250 bens imóveis

no centro histórico. Para isso foi delimitada uma área dentro da qual se presume estaria o grosso das edificações ditas históricas, sem privilegiar estilos ou épocas.

Entende-se por históricas, todas as construções que apresentam processos e técnicas artesanais e manuais de construir, anteriores ao período onde são introduzidas as novas tecnologias.

Para isso a observação do arruamento e do tecido urbano tradicional, foi de suma importância na delimitação desta linha poligonal. De fato, este arruamento, ainda guarda muito do que foi o antigo Porto Real, o Porto Imperial e mais tarde o Porto Nacional.

Critérios para Delimitação da Poligonal de Tombamento e de Entorno

Por que se dissipa o Porto
De paredes pesadas de adobe,
Janelas azuis de
treliça E segredos
sugeridos?

Pedro Tierra, poeta portuense.

Levanta-se aqui a premissa de que toda a cidade tem a sua história, daí dizer-se que ela é histórica. Ao analisarmos a malha urbana de uma cidade, desde o seu centro até a periferia, em muitos casos, é possível identificar-se as épocas em que cada setor foi construído e as intervenções que foram feitas no seu tecido nos diferentes períodos da história.

Ao se propor uma proteção para uma determinada área desta cidade, como o tombamento, não quer dizer que possa ser abandonado o restante da área urbana. O plano diretor, que é uma forma de planejamento, divide a cidade em setores, ou em zonas, cada qual com sua função específica e, a partir dessa função, estabelece normas para todos esses setores. O centro histórico é um deles. Com o tombamento, tenta-se não só protegê-lo, mas manter com o restante da cidade uma relação de convivência e diálogo.

As intervenções que venham a ser feitas na cidade, inclusive no seu centro histórico, devem estar relacionadas entre si. Elas devem ser pensadas para que aconteçam de uma maneira não violenta, buscando-se o acordo, mesmo que difícil em muitos casos. O objetivo maior não é parar o tempo e museificar o passado contido no centro histórico, mas intervir com sensibilidade, relacionando este centro com uma área de transição e o restante da malha urbana, de uma forma integrada e sem muitos conflitos.

Para delimitar a área que corresponde ao centro histórico, parte-se do que já está demarcado no Plano Diretor. No caso de Porto Nacional optou-se pela área traçada pela Fundação Cultural do Tocantins, FCT, quando da elaboração do inventário nacional de bens imóveis, realizado em 2004/2005, por esse órgão. Essa duas demarcações de área são, embora não coincidentes, bastante aproximadas.

Torna-se difícil entender a evolução da malha urbana de Porto Nacional, pela falta de mapas antigos e de referências documentais. Para suprir essa lacuna, foram feitas muitas entrevistas com antigos moradores e com historiadores e arquitetos, foram observadas fotos antigas e, foram consultados os poucos documentos existentes. Foi

também importante à observação no local, de técnicos do patrimônio, com bastante experiência.

Na análise dos logradouros, ruas, largos e praças e, das edificações, consegue-se também, com um pouco de prática, identificar os períodos da história em que foram sendo construídos. A margem de erro não é grande, e assim pouco a pouco se chega a uma poligonal, bastante representativa do que é o centro histórico de Porto Nacional, sua malha inicial e sua evolução.

Definem-se aqui centro histórico como um conjunto de ruas, largos e praças, casario, monumentos e paisagem urbana, construídos até a década de 1960, antes da industrialização dos processos construtivos e das práticas de planejamento desenvolvimentista. Práticas e processos que provocaram grandes transformações na maioria das cidades em todo o mundo. Este fenômeno está intimamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo e da generalização do automóvel como meio preferencial de transporte.

A área então delimitada por uma poligonal irá ser descrita mais tarde e, acredita-se é a mais representativa deste centro histórico. Abrange aproximadamente 250 edificações e resguarda as miradas dos principais pontos focais contidos na malha, ou até fora dela como é o rio/lago, englobando a Avenida Beira Rio no trecho em frente ao centro histórico.

Esta área, embora apresente algumas interferências danosas, é ainda bastante homogênea em sua escala e na tipologia da maioria de suas edificações.

Grande parte desses exemplares vernaculares foi construída sem estrutura de madeira, as gaiolas, tão comuns em Meia Ponte (Pirenópolis) e em Vila Boa (Goiás Velho). Em madeira só a estrutura dos telhados, sempre cobertos com telha de barro de secção semicircular, as telhas de capa e bica. Em geral não havia forro. “Nos casarões do Porto quando não chove, gotera sol”, nos fala o poeta Pedro Tierra, comentando as “Entre telhas separadas pelos ventos ou pela folia dos gatos”, (Tierra 2005: 34). As paredes foram erguidas em adobes de grande formato, cujas dimensões variavam de 40x25x15cm a 90x45x20cm. A espessura das paredes de terra, a ausência de forro, e o pé direito um pouco elevado, trazem para o interior desses edifícios a ventilação, que se torna levemente úmida, e que, conforta e agrada.

Dentro desta área maior, foi identificada uma menor, mais inteira, cujo conjunto de edificações apresentase mais homogêneo, sem tanta interferência. A área menor denomina-se Área Tombada, enquanto que a maior, Área de Entorno de Preservação. A primeira terá normas e critérios mais rígidos enquanto a segunda embora também de grande importância, terá normas e critérios mais flexíveis, isto porque é ela que vai fazer a transição deste centro histórico com o restante da malha urbana.

Na área tombada estão localizados, além das edificações vernaculares, os edifícios mais singulares do Centro Histórico. Estão aí a Catedral, o Seminário, a Cúria, o Caetanato, ou o antigo colégio das freiras, hoje sede da Consaúde, a outrora Casa de Câmara e Cadeia, o casarão dos Ayres e o dos Maya.

Na área de entorno estão também situados exemplares arquitetônicos importantes, quer pelo seu porte, pelo seu estado de conservação, pela sua arquitetura ou pela sua história, como por exemplo: três casas geminadas, na rua Rafael Belles, uma na avenida João Aires Joca, outra na rua Josué Negre. Nesta área, porém, a malha

urbana é menos homogênea, apresentando algumas lacunas, ruínas e edificações já com alguma descaracterização.

Descrição das Poligonais

Do Pará os barcos traziam nos porões todas as mercadorias imagináveis, sobretudo quantidade de sal. Devido a essas transações anuais, Porto-Nacional tornou-se um importante e realmente único empório

comercial do norte de Goyáz.

José Maria Audrin - Frei Dominicano

Para a Área Tombada do Centro Histórico de Porto Nacional

É necessário o acompanhamento com o desenho em anexo

1. Determinação do Ponto A

No cruzamento da Rua Josué Negre com a Rua Dr. Francisco Aires da Silva, têm o lote nº. 391.

Na divisa das fachadas dos lotes nº. 391 e 183, estabelecemos o ponto SE-1, e no canto oposto do lote 391, o ponto NW-1. Alinha-se estes dois pontos e prolonga-se esta linha imaginária até encontrar o meio fio da Av. Beira Mar, onde estabelecemos o Ponto A.

Descrição:

Partindo do Ponto A, a Poligonal da Área Tombada do Centro Histórico de Porto Nacional, no sentido horário, segue por uma linha reta imaginária até encontrar o ponto dos limites da divisa esquerda entre o lote do Abrigo João XXIII e lote sem construção na sua divisa direita, segue pela divisa de sua fachada até o cruzamento da rua Josué Negre com a rua Getulio Vargas, segue coincidindo com os limites das fachadas do lote nº. 1977, atravessa a Rua Joaquim Pinheiro de Lemos atingindo o canto do lote nº. 1982 e sobrepondo-se ao limite do lote pela fachada, segue até a rua Misael Pereira e acompanha o limite do lote nº. 1982 até encontrar a divisa com o lote nº. 1959, neste ponto a poligonal inflete à esquerda atravessando a rua Misael Pereira e encontra o ponto de divisa entre os lote nº. 1888 à esquerda e nº. 1976 à direita, segue por esta divisa até encontrar a divisa lateral direita do lote nº. 304 da Rua Getulio Vargas, e inflete à direita por esta divisa até encontrar a divisa dos fundos deste lote, percorre a poligonal, sobrepondo-se nas divisas dos fundos dos lote nº. 333, 343, 351, 351, 373 e 385 da Rua Dr. Francisco Aires da Silva, sobrepondo-se agora sobre a divisa direita do lote nº. 385 e esquerda do lote nº. 317 até a divisa da fachada, onde atravessa a Rua Dr. Francisco Aires da Silva em direção ao ponto de divisa entre os lotes nº 406, pelo seu lado direito e o s/nº., pelo lado esquerdo, sobrepondo-se nesta divisa e na divisa dos fundos até encontrar o lote nº. 384, continua sobrepondo-se sobre as divisas do lote nº. 384 até encontrar a divisa dos fundos do nº. 376, e sobre ela, até encontrar a divisa lateral direita do lote nº. 381 da Praça Duque de Caxias, sobrepõe-se aos limites dos lotes nº. 338, 326, da Cúria, do Seminário, e do lote nº. 238, pelas suas fachadas, a poligonal atravessa a rua que liga a Praça com a Rua Padre Antônio e encontra e sobrepõe-se à divisa esquerda do lote nº. 1760, atingindo a divisa dos fundos do lote nº. 1750, prosseguindo sobre todas as divisas do lote nº. 1736 até encontrar a divisa da sua fachada, na rua Padre Antônio, deste ponto, atravessa a rua Padre Antônio em direção a divisa dos lotes nº. 1707 e 1709, sobrepondo-se percorrendo as divisas lateral

esquerda e dos fundos do lote nº. 1709 até encontrar a divisa lateral esquerda do lote nº. 1738, sobrepondo-se até chegar a rua Cel. Pinheiro, atravessa a rua Cel. Pinheiro em direção à divisa entre os lotes nº. 1727 e 1731, onde se sobrepõe a divisa esquerda do lote nº. 1731, e prolonga-se até encontrar o meio fio da Av. Beira Mar, segue a poligonal por sobre o meio fio da Av. Beira Mar até encontrar o Ponto A, origem da poligonal.

Para a Área de Entorno da Área Tombada do Centro Histórico de Porto Nacional

É necessário o acompanhamento com o desenho em anexo

1. Determinação do Ponto B

No final da Rua Cel. Pinheiro, à sua direita, encontramos o lote nº. 1665, tomamos o canto do lote marcado com o ponto SE-2, e alinhamos com o ponto SW-1, canto do lote nº. 189, este alinhamento corresponde aos limites destes lotes. Prolonga-se este alinhamento até o encontro com a margem direita do Lago da Represa do Lajeado. O ponto de cruzamento da margem do lago com este alinhamento será definido como Ponto B.

2. Determinação do Ponto C

No cruzamento das ruas Cel. Rafael Belles com Frederico Lemos, encontramos os lotes nº. 173 e 191, alinha-se o canto SE-3 do lote 191 com o canto NW-2 do lote 173. Prolonga-se este alinhamento até o encontro com a margem direita do Lago da Represa do Lajeado. O ponto de cruzamento da margem do lago com este alinhamento será definido como Ponto C.

Descrição:

Partindo do Ponto C, a Poligonal da Área de Entorno da Área Tombada do Centro Histórico de Porto Nacional, no sentido horário, segue por uma linha reta imaginária até encontrar o ponto de cruzamento dos limites da divisa do lado esquerdo e dos fundos do lote nº. 173, da Rua Frederico Lemos, continua seguindo e coincidindo com os limites dos fundos dos lotes nº. 191, do lote s/nº de uma ruína, e segue pelos fundos do lote da Creche e do lote sem construção, até encontrar o ponto de cruzamento com o limite da frente, voltada para a Rua Misael Pereira, a poligonal segue por esta divisa, atravessando a rua e indo de encontro com o ponto que divide os lotes nº. 2124 e 2113, neste ponto ela inflete para a esquerda e se sobrepõe à divisa do lote nº. 2113, atravessando a Rua Misael Pereira e encontrando a divisa do lote nº. 2116, da Rua Francisco Lemos, segue coincidindo com as testas dos lotes nº. 322, 324, 348, 354, 364, 370, 380, 382, e 2121, atravessa a rua João Aires de Joca, e segue pela divisa da fachada do lote nº. 2120 até o seu final, na Rua Frederico Lemos, percorre agora sobre os limites dos fundos dos lotes nº. 2102, 2094, 2080, 2074, 2066, e 2054, inflete, à esquerda, por parte da lateral e sobre os fundos do lote nº. 2044, prosseguindo agora pela divisa lateral direita do lote nº. 415 da Rua Getúlio Vargas até encontrar a divisa deste lote com a da sua fachada, deste ponto a poligonal atravessa a Rua Getúlio Vargas e encontra a divisa esquerda do lote nº. 440, seguindo por ela e sobrepondo-se pela divisa dos fundos e avançando pelo lote nº. 420, até encontrar a divisa direita do lote nº. 431 da Rua Dr. Francisco Aires, por onde se sobrepõe a esta divisa até o encontro com a divisa da fachada, atravessa a rua Dr. Francisco Aires e chega ao ponto do cruzamento da divisa da fachada com a divisa esquerda do lote nº. 422, percorre esta divisa até encontrar-se com a divisa lateral esquerda do lote nº. 1866 da Rua João Aires de Joca, e percorre por sobre as divisas dos fundos dos lotes nº. 1866, 1856, 1840, 1834, 1828, 1820, 1796, 1786 e 1776, onde encontra a divisa da fachada deste lote com a Rua Joaquim Pereira, travessa-a e encontra o canto do lote nº. 1752, sobrepondo-se à divisa esquerda do lote nº. 1752, e sobre a sua divisa direita, com o

lote nº. 1746 da Rua João Aires de Joca, atravessa esta rua até encontrar a divisa esquerda do lote nº. 1707 da Rua João Aires de Joca, e segue sobrepondo-se a esta divisa e à divisa direita do segundo lote da rua da Piedade, atravessando-a, e indo de encontro com a divisa do lote nº. 1735, neste ponto, a Poligonal inflete para a esquerda e sobrepõe-se às divisas das fachadas dos lotes à sua direita, em direção e cruzando a Rua Cel. Pedreira, onde encontra o ponto de cruzamento da divisa da fachada com a divisa lateral esquerda do lote nº. 250 da Rua Padre Antônio, segue sobrepondo-se a esta divisa esquerda e por sobre as divisas dos fundos dos lotes nº. 242, 216, 208, 200 e divisa lateral do lote nº. 1664 da rua Cel. Pinheiro, onde atravessa e segue percorrendo por sobre a lateral esquerda do lote nº. 1665, da mesma rua, e divisa dos fundos do lote nº. 189, atravessando a Av. Beira Rio e chegando ao Ponto B, segue em direção ao Norte pela orla do Lago da Represa do Lajeado até encontrar o Ponto C, de partida.

Imagens Comparativas

Surgiu em Bom Jesus do Pontal,
Porto Real, Imperial e
Nacional; Do Norte, o
grito ideal.

Creuza Ayres da Silva, professora e poeta portuense.

Porto Nacional foi uma das últimas cidades fundadas no corredor aurífero do então norte de Goiás, nas chamadas Minas do Tocantins. Faz sentido compara-la a uma cidade goiana, do mesmo ciclo econômico, como Vila Boa, antiga capital da província de Goiás.

Por volta de 1770, em pleno auge da exploração do ouro, Vila Boa já contava com todos os seus grandes edifícios civis e religiosos construídos, além de ter sua malha urbana já definida e, estruturada em função de três largos principais, dois na margem esquerda e um na direita do rio Vermelho.

Porto Nacional, ainda um pequeno arraial por volta da segunda década do século XIX, já contava com o seu largo onde estava implantada a antiga capela de Nossa Senhora das Mercês. Esta praça-largo, como a de Vila Boa, passou também a estruturar a sua malha urbana.

É interessante notar que as cidades de mineração das Minas Gerais se instalavam nos morros e a mineração se exercia nos baixios, nos córregos, longe da aglomeração urbana. Em Goiás, os bandeirantes implantaram as suas vilas bem ao lado dos córregos e rios onde bateavam o ouro. Diga-se que a topografia das cidades históricas mineiras, é bem mais acidentada que a goiana, o que condicionou o tipo de ocupação escolhido pelos bandeirantes.

A catedral barroca de Vila Boa incendiou no final do século XIX e foi mais tarde, parcialmente demolida para a construção no mesmo local de uma outra muito mais avantajada, em estilo clássico. Este templo, por ser bem mais alto que o antigo e por situar-se muito próximo do casario baixo, quebrava a escala urbana. Ficou esta catedral por muito tempo inacabada. Na década de 1990, o IPHAN empreendeu um projeto para recuperar a escala urbana e terminar a construção da igreja. Projetam-se então as fachadas brancas a antiga igreja do XVIII sobre as paredes em alvenaria de tijolo à vista da nova. O resultado foi bom. A solução híbrida ficou interessante além de integrar de novo a catedral ao seu antigo entorno, o largo e as moradas

circundantes. Passou também a exibir as intervenções ocorridas nos diferentes períodos históricos.

Porto Nacional também no final XIX, teve a sua capela demolida para a construção da catedral de pedra em estilo românico. A proposta conceitual da nova igreja do norte foi mais bem resolvida. O largo é bem maior que o da Vila Boa, de modo que o grande edifício pode respirar e se destacar com menos conflito. O que poderia ter se tornado uma tragédia, ganhou interesse e valor, a catedral consolida-se como símbolo maior da cidade. Ela se destaca na paisagem como se destacavam as antigas catedrais das vilas medievais francesas. À escolher fotos comparativas: Porto, Vila Boa e uma cidade da França.

Escala e autenticidade

Tudo neste aprazível arraial é novo; pode ser o
empório de todas as riquezas do centro do Brasil,
e tem um excelente terreno para levantar uma cidade
mais extensa do que qualquer das mais famosas
do universo.

Raymundo José da Cunha Mattos,
brigadeiro e governador da Província
de Goiás, referindo-se à cidade de
Porto Imperial em 1824.

A malha urbana e o casario colonial do Porto Nacional, de nítida influência colonial, com a introdução da catedral, adquirem características semelhantes, pelo menos em termos de escala, às antigas vilas medievais da Península Ibérica e do sul da França.

O casario foi relativamente pouco afetado. De um lado, a malha urbana tradicional, modesta, pequena, em estilo colonial; do outro, a catedral românica encaixando-se no grande largo. O resultado é interessante e bastante curioso: um hibridismo de conceitos e de realizações.

Nenhuma outra intervenção de vulto foi observada no centro histórico. Algumas poucas moradas entraram em ruína, até o seu completo desaparecimento, deixando lacunas no tecido urbano. Outras sofreram reformas modernistas, às vezes ampliando mais um piso, e outras ainda sendo ornamentadas pelos pedreiros baianos que começaram a se instalar em Natividade e atuaram também em Porto Nacional. Estas pequenas intervenções decorativas vieram trazer certo encanto caboclo, de um gosto popular que se espalhou pela região.

Em nenhum momento, os volumes e a escala urbana foram, no entanto, desestruturados. A maioria dessas intervenções não apresenta um caráter irreversível e, se for o caso, os prédios em que ocorram poderão ser recuperados. A catedral, que poderia quebrar definitivamente a homogeneidade do tecido urbano, veio juntar-se a ele e se impor como monumento maior e símbolo da cidade, como as catedrais e igrejas das cidades medievais européias. Se observarmos com maior atenção, a malha urbana de Porto Nacional se desenvolveu tendo como referência a antiga igreja de N. Sr^a. das Mercês e mais tarde a catedral de pedra e tijolo.

Internamente, as casas de Porto Nacional, guardam a mesma autenticidade mostrada em suas fachadas. Pequenas modificações não destruíram o clássico partido em L: corredor, quartos, alcovas, salas e, no braço do L, as dependências de serviço: copa, cozinha e sanitário, nesta seqüência da frente da rua até o quintal. Este modelo de

ocupação permanece inalterado: casa de frente para rua, tendo atrás o grande quintal arborizado, com sua horta, pomar e cercado para a criação de aves.

Essas áreas maiores, sem edificação, além de representarem um importante elemento da paisagem, são também de suma importância para se enfrentar as grandes temperaturas da estação seca, pois elas mantêm o micro clima local, aumentando a umidade e valorizando a paisagem urbana. Pelo período de duzentos anos, a ocupação no centro histórico se manteve praticamente inalterada.

Justificativa para o Tombamento

O patrimônio arquitetônico nos centros históricos representa um capital espiritual, cultural, econômico e social de valores insubstituíveis.

A estrutura desses centros favorece o equilíbrio harmonioso das sociedades

Congresso sobre o Patrimônio Arquitetônico Europeu, Amsterdã, 1975.

Porto Nacional é, sem dúvida, um digno representante do ciclo do ouro do norte de Goiás. O arraial de Porto Real era à época, o mais avançado da margem direita do grande rio da bacia amazônica. Na outra margem, a oeste, situava-se o arraial de Bom Jesus do Pontal. Em 1805, este arraial entra em decadência acabando por tornar-se uma ruína completa. A "civilização" acabava ali. Para o norte só o gentio, na verdade só os índios, Carajás, Xavante, Xerente, como vimos anteriormente. Porto Real embora explorasse o ouro em pequena escala, devido a sua localização, destacou-se antes de mais nada como porto fluvial. As vilas vizinhas, Pontal, Carmo e Natividade, esta última tombada pelo IPHAN desde 1987, é que eram as grandes produtoras de ouro.

Algumas Razões para o Tombamento:

Com o tombamento de Porto Nacional, última cidade remanescente do eixo da mineração do norte de Goiás, inicia-se uma etapa de estudos que visa a resgatar a história deste itinerário, que vai de Cavalcante, ao sul, até Porto Nacional, ao norte.

É grande o entendimento entre as três instâncias do poder: o IPHAN, o estado do Tocantins, através da Fundação Cultural do Tocantins – FCT - e a Prefeitura Municipal de Porto Nacional. As três instâncias estão empenhadas na preservação da cidade. O IPHAN e a FCT desde 2004, assessoram a prefeitura e realizam trabalhos conjuntos, destacando-se entre outros: o inventário dos imóveis situados no centro histórico, elaborado entre 2004 e 2005, com o apoio da prefeitura; a Prefeitura e o IPHAN acabam de restaurar dois imóveis, as antigas cadeia e casa de câmara, destinadas a sediar o futuro Museu Histórico e uma nova Biblioteca Pública.

Partiu da prefeitura a iniciativa de elaborar o dossiê de tombamento, proposta essa logo acolhida e apoiada pelo IPHAN.

A atuação da prefeitura no Centro Histórico é feita por meio da Secretaria de Obras Públicas e Políticas Urbanas, que se ocupa da fiscalização e aprovação de obras, e que conta em sua equipe com 4 fiscais e 7 engenheiros.

A prefeitura já ofereceu à 14ª SR do IPHAN um imóvel no centro histórico para a instalação de um escritório técnico, a contratação de um historiador e de um arquiteto,

para em conjunto administrarem o processo de tombamento do centro histórico. Como se vê, o momento é propício ao tombamento.

A prefeitura já solicitou à Centrais Elétricas do Tocantins, Celtsins, a retirada dos postes e a colocação de toda a fiação subterrânea, na área proposta para o tombamento.

O novíssimo estado do Tocantins busca dentro das suas referências, símbolos que possam marcar e fortalecer a sua identidade cultural. O tombamento de Porto Nacional seria o segundo no estado e é muito esperado pelos tocaninenses.

Há, na cidade de Porto Nacional, uma grande expectativa da população em relação ao tombamento. Várias associações e segmentos sociais se manifestaram favoravelmente, entre os quais as duas universidades da cidade, Unitins e Iespen, respectivamente, Universidade Federal do Tocantins e Instituto de Ensino Superior de Porto Nacional. Essas instituições de ensino desenvolvem continuamente projetos de pesquisa na cidade e no centro histórico, sobretudo nos campos disciplinares da História, Arqueologia e Antropologia.

Apesar das obras da hidrelétrica do Lajeado terem criado o lago e trazido a água para mais próximo do Centro Histórico, a paisagem foi pouco afetada em termos visuais. Continua-se com a visão de um porto, só que agora lacustre.

Devido à proximidade com Palmas, que dista 60 km de Porto Nacional em ótima rodovia, o turismo deverá crescer nos próximos anos. Porto Nacional dispõe de diversos atrativos de interesse para os visitantes. Além do centro histórico, há belezas naturais como cachoeiras e rios propícios para diversos esportes. Assim como Belo Horizonte tem Sabará, Ouro Preto e Mariana, Brasília tem Corumbá e Pirenópolis, Palmas terá Porto Nacional e Natividade, como referência histórica, em contraponto à cidade moderna.

Com o afluxo de turistas, a cidade deverá crescer. O plano diretor e o tombamento poderão ser um meio eficaz de orientação, controle e fiscalização desse crescimento.

O Patrimônio Imaterial de Porto Nacional é outro ponto de forte relevância na cidade, por sua qualidade e variedade. Além do artesanato de palha e barro, herança dos índios, e das já comentada atividade das rendeiras, também é mantido um calendário das principais festas religiosas e profanas e dos festivais de música, dança, teatro e cinema.

A sede da Secretaria de Cultura funciona em um centro cultural onde também funcionam uma biblioteca, um museu, salas para múltiplas atividades e um auditório com palco e 250 lugares.

A Escola de Música de Porto Nacional é mantida pela Prefeitura Municipal e conta com 240 alunos em cursos de teoria musical, piano, violão, flauta e percussão. É conveniada com a rede municipal de ensino, transmitindo o conhecimento musical às escolas do município, mesmo as da zona rural. Esta escola tenta resgatar compositores e músicas de toda a região e sua meta é atingir 500 alunos em seus cursos para se transformar em conservatório.

Há um trabalho conjunto entre as secretarias de educação e de cultura para incluir no currículo escolar, a educação patrimonial. Isto será possível, pois uma das políticas da atual gestão municipal é tornar o período de permanência na escola, integral. Das 14

escolas municipais na área urbana, 6 já cumprem o horário integral, preconizado por essa política educacional.

O desejo do povo portuense é ver eternizado o seu passado, por meio do tombamento do seu centro histórico. Acredita-se que as razões acima possam justificar o pedido de tombamento.

Patrimônio Imaterial em Porto Nacional

O barro do
telhado vestido
de verdes
e camadas incontáveis de
tempo recolhe a melodia
luminosa das chuvas de
março.

Pedro Tierra, poeta portuense.

Mário de Andrade ao esboçar o que seria mais tarde o decreto lei nº. 25 de 1937, que cria o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, já se referia ao que hoje chamamos patrimônio imaterial ou intangível.

Na época Gustavo Capanema e sua equipe do Ministério da Educação e Saúde, imbuídos do desejo de criar uma nação brasileira nos moldes modernistas, se apropriam dos significados de povo e popular. Mário então assegura no decreto 25, um lugar para o folclore, para as manifestações populares, ao lado dos objetos, monumentos e paisagens, estas, como lugares “agenciados de forma definitiva pela indústria popular”. (Mariani 1999: 159).

O IPHAN nos anos que se seguiu a sua criação, a chamada fase heróica, tinha pela frente uma enorme tarefa. O patrimônio construído brasileiro estava prestes a entrar em colapso, em ruína, face ao abandono, a estagnação e a conseqüente falta de manutenção. Por essa razão todos os esforços da instituição se concentraram em recuperar e restaurar este imenso e monumental patrimônio.

A partir de 1970, volta-se o órgão a focar o estudo e a preservação das “manifestações populares, culturais e artísticas, que passam progressivamente a figurar entre o conjunto de bens representativos da identidade nacional selecionados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”. (Mariani 1999: 165). Diversas proteções foram implantadas ainda em forma de tombamento, destacando-se os da fábrica de vinhos de cajú Tito Silva na Paraíba e o Terreiro da Casa Branca em Salvador.

A proteção dos bens culturais está ligada a atribuição de valor de patrimônio, assim “cabe lembrar que a atribuição de valor de patrimônio a um bem cultural pressupõe uma sedimentação de significados, algum grau de consenso quanto a atribuição dessa distinção - no sentido que Bourdieu atribui ao termo - e um interesse em ‘preservar’ esse bem, seja lá o que se entenda por isso.” (Londres, 2004: 19)

Cresce cada vez mais o interesse, sobretudo dos antropólogos sobre o conhecimento e a forma de proteger estes artefatos culturais. Os bens de natureza imaterial são incorporados à constituição de 1988, no artigo 216, constituindo patrimônio brasileiro os bens de natureza imaterial representados pelas: formas de expressão; modos de criar, fazer e viver.

Em 1998 é realizado em Fortaleza um encontro onde são discutidos esses temas, na busca de um meio eficaz de protegê-los. A evolução deste pensamento culmina em 2003 com a 32ª Conferência promovida pela Unesco, onde é aprovado por unanimidade o conceito de patrimônio cultural intangível ou imaterial, assim como a sua forma de proteção, isto é, o registro do bem.

O patrimônio imaterial é constituído por práticas, representações, saberes e fazeres, assim como instrumentos, objetos artefatos e espaços culturais que lhe são associados, que comunidades, grupos e quando for o caso, indivíduos reconhecem como parte de sua herança cultural. O patrimônio imaterial é então representado pelas: tradições e expressões orais, incluindo línguas; artes performáticas; práticas sociais, rituais e festas; conhecimentos e práticas sobre a natureza e o universo; artesanato tradicional.

Vale aqui ressaltar o que nos diz Laurent Lévi-Strauss, “para quem os elementos do patrimônio físico aparecem, juntamente com seu ambiente, sempre como suporte de saberes, de práticas e de crenças, organizando uma paisagem viva da comunidade e participando de sua identidade”, citado por Mariza Veloso (Veloso 2004: 34). Os centros históricos são portanto Lugares, no sentido atribuído por Marc Augé, que promovem o aparecimento dessas manifestações culturais de caráter imaterial. “Afirma-se, mais uma vez aqui, a relação entre patrimônio material, imaterial, tradição, memória e os testemunhos de suas manifestações, que compõem os lugares e as celebrações do cotidiano dos grupos sociais”. (Veloso id: ib).

A Fundação Cultural do Tocantins ao lado da 14ª. SR do IPHAN vem a dois anos levantando no estado as referências culturais, já tendo realizado pesquisas e levantamentos em Natividade e Porto Nacional. Os trabalhos em Porto Nacional apontam para resultados que serão a seguir comentados.

Porto Nacional possui e cultiva suas festas religiosas. Elas representam uma forma de convívio social e de expressão, com participação efetiva da população na festa ou em sua preparação. O relatório da Fundação Cultural do Tocantins sobre o Inventário Histórico e Cultural de Porto Nacional, nos fala que as manifestações religiosas, indicam importantes formas de estruturação e transformação dos costumes de um povo, e afirmam “que tanto as festas religiosas, como as profanas, nas cidades do interior, no final do século XIX e começo do XX, eram sem dúvida os acontecimentos de maior significado no cotidiano dos pequenos municípios, onde os festejos de passagem de ano, ou os do carnaval passavam quase despercebidos”.

Essas festas acontecem de acordo com o calendário religioso podendo, no entanto, haver alguns acertos de datas para se adaptar ao calendário agrícola.

A festa de maior importância em Porto Nacional é a festa da sua padroeira, Nossa Senhora das Mercês, cuja comemoração acontece no dia 24 de setembro. Durante nove dias, o povo participa dos rituais religiosos na catedral, no início da noite e depois se concentra todo na praça/largo de N. Srª. das Mercês ou da Catedral, para quermesse, apresentação de cantores, danças e outros folguedos mais. Além dessa festa religiosa outras também são bastante celebradas, como os festejos do Divino Espírito Santo, dos Reis Magos e de São Sebastião. Esta última festa que acontece em janeiro, é sempre acompanhada pela folia de São Sebastião, onde os grupos de brincantes dançam e cantam ao som de pandeiros e violas pela noite a dentro. Ai a coreografia e o cenário são muito importantes pois, que bandeiras e estandartes fazem parte da folia.

Todo sábado há feira na cidade, iniciando em geral por volta das quatro horas da tarde, e se prolonga até a meia noite ou mais. Esta feira acontece durante três sábados do mês na Praça do Centenário, a maior praça de Porto Nacional, onde se localiza a prefeitura e muito próxima do centro histórico. Em um sábado do mês a feira acontece no largo do Cabaçaco, ao lado da antiga cadeia.

A Feira do Cabaçaco figura então como evento popular periódico, onde são vendidos e trocados toda sorte de produtos regionais, desde comidas típicas ao artesanato de madeira, de capim dourado e casca de cajá, passando pelos objetos de cerâmica. Aí também se apresentam os violeiros, por vezes algumas representações teatrais, danças e cantores da região.

Porto Nacional tem sua banda Mestre Adelino, muito atuante não só na cidade, mas nos distritos e em algumas cidades próximas. Há pelo visto um intercâmbio cultural com as cidades de Monte do Carmo e de Natividade. Desta cidade vem o grupo de Catireiros que nas festas do Divino Espírito Santo se junta ao grupo de catira de Porto Nacional para abrilhantar esta festa religiosa.

São ainda formas de expressão na cidade, o Teatro de Rua, que faz suas apresentações em sua maior parte, nas ruas do centro histórico, o Clube dos Violeiros, que se apresentam em muitas festividades, não só em Porto, mas em muitas cidades da região, e os Tambores do Tocantins, grupo de percussão, formado por muitos jovens portuenses. É forte o grupo local de capoeira, assim como o Gruconto, o Grupo de Consciência Negra do Tocantins.

A dança mais popular em Porto Nacional é a súcia ou sússia, que na verdade é a “suça”, segundo o historiador Everton dos Andes. A suça é uma dança ritualística que tem sua origem na África, com os quimbundos, tribo que fala um dialeto banto. Representa a passagem da infância para a puberdade e a fase adulta, onde só os rapazes festejam e, dançam e bebem. É também o tempo onde são feitas as circuncisões nos meninos de doze anos. Parece que a suça entrou no Brasil com os escravos vindos de Angola.

No Tocantins ela se espalhou pelas cidades do ciclo do ouro do então norte de Goiás, se adaptando ao meio e tentando fugir das repressões dos senhores feudais. É uma dança que se baseia no ritmo de tambores gege e de vozes, isto é, dois tambores e muita vibração. A suça no Tocantins vai aos poucos assimilando outras influências, deixa de ser ritual e se transforma em festa de tradição popular. Hoje ela é uma festa profana que acompanha as festas religiosas. As mulheres são aceitas, aumentam os tambores, aparecem os pandeiros e ganha mais melodia com a introdução de violas.

A culinária em Porto Nacional é variada, devido a localização do estado do Tocantins, entre o Maranhão, Bahia e Goiás. Porto absorve influências dessas culinárias e ainda da paraense. Devido a presença forte do gado na região e do peixe do rio Tocantins, há variados pratos típicos onde esses dois ingredientes, são a base desses pratos. Destacam-se o “arroz sirigado”, que é um cozido com carne de sol, pequi e arroz e o “peixe na telha”, que é uma espécie de muqueca com muitos condimentos regionais, cosida numa forma de barro em forma de telha fechada nos dois lados.

Foram também inventariados os modos de fazer de diversos doces típicos, bolos, licores, compotas e conservas. Citam-se os doces de laranja, murici, manga, caju e cajuzinho, espécie de caju muito pequeno e muito doce encontrado no cerrado nos meses de agosto e setembro, em pleno período de seca. Os licores mais conhecidos são os de jenipapo, murici, pequi e caju. Também são muito procurados os biscoitos e bolos de arroz.

A Rua Mizael Pereira era a antiga Rua São José, por ali se situar o teatro São José, hoje demolido. A Rua da Piedade era conhecida como Rua das Pombinhas, “nela residiu Malaquias Camôa”, (Godinho id:ib) descendente do barqueiro português Felix Camôa, primeiro morador de Porto Nacional.
A conhecida Rua da Cadeia, leva hoje o nome de Rua Padre Antônio, em homenagem ao padre Antônio Luiz Pereira, vigário de Porto Nacional em 1840.

A grande maioria desses logradouros são hoje chamados pelos nomes populares que vem do século XIX. Isto demonstra a força da tradição e o sentimento de dignidade do povo em conservar os nomes das ruas que ele mesmo deu, preservando assim o seu acervo de bens de natureza simbólica.

O Plano Diretor de Porto Nacional

O Plano Diretor elaborado em para Porto Nacional, que está em vigor contempla diversos artigos que se referem ao centro histórico.

De acordo com o Plano Diretor, o centro histórico está situado na macro zona urbana e, como já foi dito, os seus limites coincidem aproximadamente com os limites traçados pela Fundação Cultural do Tocantins quando da elaboração do inventário de bens imóveis. Corresponde também com pequenas modificações, à poligonal de entorno de preservação agora apresentada.

Passa-se agora a leitura desses artigos:

SEÇÃO VIII - DA ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Art. 18. A dinamização do núcleo histórico da Cidade com o resgate de sua importância histórica será feita mediante: I - definição do perímetro urbano a ser tratado como núcleo histórico e da zona de transição entre ele e as demais partes da Cidade;

II - promoção da qualificação dos espaços públicos e das edificações;

III - definição de sinalização adequada às características do núcleo original;

IV- estímulo à dinamização do núcleo original pelo uso cultural e turístico de seus espaços;

Art. 25. O ordenamento territorial do Município será efetivado mediante:

I - o macrozoneamento;

II - a estruturação das vias de circulação de veículos e pedestres;

III- a preservação do patrimônio histórico e cultural;

Art. 27. Ficam instituídas as seguintes macrozonas:

I - Macrozonas Urbanas (MU);

II - Macrozona de Proteção Ambiental (MA)

III- Macrozona Rural (MR)

SEÇÃO III - A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Art. 41. A preservação do patrimônio histórico e cultural visa valorizar o legado cultural transmitido pela sociedade, protegendo suas expressões material e imaterial.

A equipe de pesquisadores da Fundação Cultural do Tocantins ainda visitou pequenas oficinas artesanais de construção de canoas, confecção de rede de pesca, e de cerâmica.

Com a breve exposição dessas referências culturais pode-se comprovar a importância do patrimônio imaterial de Porto Nacional.

Ruas de Porto Nacional

“Porto Nacional, como qualquer cidade antiga, não fabricada sob medida e espalhada ao sabor rotineiro e monótono do acaso, ostenta por traz das placas de ruas que evocam nomes de vultos ilustres, outras designações populares por vezes bem curiosas.”

Durval Godinho, escritor portuense.

Curioso ao observarmos nas cidades tradicionais, são as denominações das ruas. Grande parte delas, as mais antigas, apesar de terem ao longo da história mudado de nome, resiste, no entanto, as imposições políticas e, o povo, continua chamando-as por seu nome de origem.

Uma delas, a Rua do Cabaçaco, cujo nome atual é Coronel Pinheiro, já teve os nomes de Imperatriz, de curta duração, em honra da imperatriz Leopoldina, logo após a abolição dos escravos e Intendente, em 1890, após a proclamação da república. Não se sabe ao certo a sua origem; dizem que ela nasceu com o nome de cabaçal, devido a grande quantidade de cabaças encontradas em plantações nas proximidades daquela rua e que também deriva “da ‘rede de saco de malhas’ usada pelos portugueses dos rios Minho e Tejo e para aqui emigrados ao tempo das descobertas do ouro”. (Godinho 1988: 270). Parece então que as duas palavras cabaça e saco ao se juntarem deram nome ao logradouro. Esta rua até os dias de hoje só é conhecida como Rua do Cabaçaco.

A atual rua Dr. Francisco Ayres da Silva, importante via que se desenvolve no sentido leste oeste, durante muito tempo era conhecida por três nomes: rua Grande, Direita e rua Larga. Rua Direita porque do porto, saía-se da cidade, direto ou direito para a Vila do Carmo e outras vilas mais. Era a saída da cidade por terra.

O atual largo de N. Sr^a. das Mercês era o antigo largo da Catedral.

A Rua Coronel Rafael Belles, avenida que margeava o rio Tocantins antes da construção do lago do Lajeado era denominada Rua do Recantão. Ela conduzia os passantes até mais adiante, ao Largo do Recantão, ao norte. Este largo já teve os nomes de São Francisco, Dom Francisco, Largo do Pau e ainda Redenção. Não vingaram esses nomes, sobrou mesmo o Largo do Recantão.

A Rua do Pau d’Óleo é a atual rua João Ayres Joca, que também já foi chamada de Carreira Comprida.

A Rua Getúlio Vargas, importante artéria, já foi chamada de Rua do Capim.

A Rua Joaquim Pinheiro de Lemos foi outrora a Rua do Meio, do Norte e 15 de Novembro, logo após a proclamação da república.

§ 1º Entende-se como patrimônio material as expressões e transformações de cunho histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico e urbanístico.

§ 2º Entende-se como patrimônio imaterial os conhecimentos e modos de fazer, identificados como elementos pertencentes à cultura comunitária, os rituais e festas, a religiosidade, o entretenimento e outras práticas da vida social, bem como as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas.

Art. 42. O Poder Executivo municipal deverá elaborar política de preservação do patrimônio histórico e cultural tendo por finalidades:

- I - tornar reconhecido e apropriado o valor cultural do patrimônio;
- II - garantir que o patrimônio arquitetônico tenha usos compatíveis com a edificação;
- III - desenvolver o potencial turístico do município, com base em seu patrimônio cultural e natural.

.... CAPÍTULO VI - DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

Art. 67. Na Macrozona Urbana 1 os usos são assim distribuídos espacialmente:

- I - área do núcleo histórico de Porto Nacional, na qual são admitidos os usos residenciais unifamiliares, comércio varejista, serviços, pequenas indústrias domésticas, artesanais e hortifrutigranjeiros em edificações de um pavimento;
 - II - áreas que por suas características complementares, proximidade e compatibilidade com o núcleo histórico de Porto Nacional têm componente espacial e ambiental de transição entre ele e a área central da cidade.
 - III - área predominantemente residencial unifamiliar, com baixa densidade de ocupação, em edificações de até dois pavimentos, onde são admitidos comércio e serviços que se relacionem com o uso habitacional;
 - IV - áreas de chácaras de recreio, lindeiras ao córrego São João, destinadas exclusivamente à habitação, em edificações de um pavimento.
 - V - área de uso misto de habitação, comércio e serviços em edificações de até dois pavimentos; VI - área comercial e de serviço em edifícios de até quatro pavimentos, sendo admitido o uso habitacional; VII - Área paisagístico-ambiental correspondendo a:
 - a) área destinada à preservação da paisagem natural na orla do lago e de suas encostas para atividades vinculadas ao turismo e lazer;
 - b) áreas de preservação permanente, destinadas à preservação das áreas naturais, compreendendo as margens do Córrego São João;
 - c) Parque Ecológico criado pela Lei Municipal n º 1.682, de 03 de novembro de 2000.
 - VIII - Área de abastecimento e serviços, onde são admitidas oficinas mecânicas, postos de abastecimentos de combustíveis, borracharias, estabelecimentos comerciais de grande porte, restaurantes e lanchonetes, estabelecimentos de serviços industriais, armazéns atacadistas e atividades especiais;
- § 2º São consideradas atividades especiais aquelas que demandam grandes áreas e implicam em grande concentração de pessoas ou veículos, exigindo preservação e controles específicos.

Referências Bibliográficas

- Audrin, J.M. - Entre Sertanejos e Índios do Norte (1946) - Edições Púgil Ltda, Livraria Agir Editora - Rio de Janeiro, 2007.
- Barbosa, Ycarim Melgaço - As Políticas Territoriais e a Criação do Estado do Tocantins - Tese de doutorado USP - São Paulo, 1999.
- Barros, João Alberto Lins - A Marcha da Coluna - Biblioteca do Exército Editora Rio, 1997.
- Bertran, Paulo - (Org., Ed.) - Notícia Geral da Capitania de Goiás - Tomos 1 e 2, Editora da UCG - Editora da UFG - 1997.
- Brandão, A. J. Costa - Almanach da Província de Goyaz - Editora UCG, Goiânia 1978.
- Campelo, Glauco - Patrimônio e cidade, cidade e patrimônio - Revista do Patrimônio, Rio - IPHAN, nº. 23 - 1994.
- Campofiorito, Ítalo - Enquete tendenciosa - Revista do Patrimônio, Rio - IPHAN, nº. 23 - 1994.
- Canclini, Nestor Garcia - O patrimônio cultural e a construção imaginária do Nacional - Revista do Patrimônio, Rio - IPHAN, nº. 23- 1994.
- Choisy, Auguste - Historia de la Arquitectura - Editorial Victor Leru, Buenos Aires - 1951.
- Rodrigues, Edivaldo - Pedras de Fogo - Romance - Editora Kelps 2ª edição - 2007.
- Ferrez, Gilberto - O Brasil do Primeiro Reinado visto pelo botânico William John Burchell 1825/1829- Fundação João Moreira Salles, Fundação Nacional Pró-Memória - Rio de Janeiro - 1981.
- Londres, Cecília - Patrimônio e performance: uma relação interessante - Patrimônio imaterial, performance cultural (re)tradicionalização - Brasília- Transe/Ceam, UnB - 2004.
- Macaulay, David - Naissance d'une Cathédrale = Éditions des Deux Coqs d'Or - 1974.
- Manduca Talles, Emanuel de França - O Resgate da Cultura e do Lazer de Porto Nacional - TO - Dissertação de Graduação - Curso de Arquitetura e Urbanismo - Unitins - Palmas - 2002.
- Manzano, Heloisa e Lotufo, Eduardo - Nas Barrancas do Tocantins - Memórias de um casal de médicos - Prefeitura Municipal de Porto Nacional - 2005.
- Mariani, Alayde - A Memória Popular no Registro do Patrimônio - Revista do Patrimônio, Rio-IPHAN, nº. 28 - 1999.
- Messias, Noeci Carvalho - Patrimônio Cultural: Entre o Tradicional e a Modernidade com a chegada da Hidrelétrica de Lajeado - Porto Nacional - TO - Tese de Mestrado UCG - Goiânia - 2004.
- Moreux, Jean Charles - Histoire de l'Architecture-Presses Universitaires de France - Paris - 1973.
- Palacin, Luiz, Garcia, Franco e Amado, Janaina - História de Goiás em Documentos: I Colônia Editora UCG, Goiânia - 1995.
- Paz, Octavio - Hablo de la ciudad - Revista do Patrimônio, Rio- IPHAN, nº. 23 - 1994.
- Pohl, Johann Emanuel - Viagem no Interior do Brasil - Edit. da Univ. de S. Paulo, Livraria Itatiaia Edit. Ltda, Belo Horizonte - 1976.
- Porto Nacional - Wikipédia: a enciclopédia livre 21/9/2007.
- Prado Junior, Caio - Formação do Brasil Contemporâneo (1942) - São Paulo, Brasiliense - 1990.
- Reis, Regina - A catedral de Porto Nacional - UCG - Departamento de Arquitetura e Urbanismo- Goiânia - 1983.
- Rodrigues, Lysias - O Rio dos Tocantins - IBGE, Conselho Nacional de Geografia, Rio - 1945.
- Schiavo, Célia e Zettel, Jayme - Memória, Cidade e Cultura - Uerj, IPHAN- Rio - 1997.
- Silva, Creuza Ayres - Vidas em Foco - Artes Gráficas e Editora Nacional Ltda - Porto Nacional - 2005.
- Tierra, Pedro - O Porto Submerso - Prefeitura Municipal de Porto Nacional - 2005
- ... Coluna Prestes.....
- Veloso, Mariza - Patrimônio imaterial, memória coletiva e espaço público - Patrimônio Imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização - Brasília, Transe/Ceam, UnB - 2004.
- Wenders, Wim - A paisagem Urbana - Revista do Patrimônio, Rio - IPHAN, nº. 23 - 1994.
-